

FABIANA BRITTO DE AZEVEDO MAIA

**ANÁLISE DO TURISMO EM RELAÇÃO AO USO PÚBLICO
DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO NO
MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, SC**

Florianópolis

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia**

Fabiana Britto de Azevedo Maia

**Análise do turismo em relação ao uso público do Parque Estadual
da Serra do Tabuleiro no Município de Santo Amaro da Imperatriz, SC**

**Orientadora: Professora Dra. Ângela da Veiga Beltrame
Co-orientador: Professor Dr. Paulo dos Santos Pires**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de concentração: Utilização e Conservação de Recursos Naturais

Florianópolis/SC, maio de 2006

Análise do turismo em relação ao uso público do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro no Município de Santo Amaro da Imperatriz, SC.

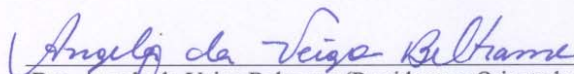
Fabiana Britto de Azevedo Maia

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração, Utilização e Conservação de Recursos Naturais, do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de **Mestre em Geografia**.

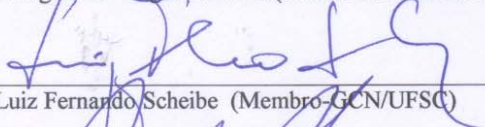


Prof. Dr. Carlos José Espíndola
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 12/05/2006



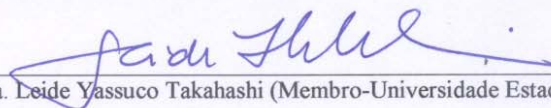
Dra. Angela da Veiga Beltrame (Presidente e Orientadora-GCN/UFSC)



Dr. Luiz Fernando Scheibe (Membro-GCN/UFSC)



Dr. Paulo dos Santos Pires (Membro-Co-orientador-UNIVALI)



Dra. Leide Yassuco Takahashi (Membro-Universidade Estadual de Maringá)

Florianópolis - 2006

Dedico este trabalho a minha família, Lenarte, Rosane, Juliana e Mariana, que de perto, ou de longe me incentivaram e apoiaram para a realização deste.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que apoiaram, forneceram informações e acreditaram na realização deste trabalho.

À professora Ângela da Veiga Beltrame pela orientação pautada na confiança, dedicação e críticas enriquecedoras. A relação estabelecida com as trocas de conhecimento entre a geografia e o turismo possibilitou importante enriquecimento científico e profissional. Dessa relação surgiu ainda uma sincera amizade.

Ao professor Paulo dos Santos Pires pela sua co-orientação, não menos importante no que se refere ao enriquecimento científico. Este trabalho intensificou uma relação profissional e de amizade pessoal iniciada na pós-graduação *lato sensu* em turismo pela UNIVALI.

Coordenação e professores de Pós-graduação em geografia, pelo apoio recebido ao longo do curso.

Pimenta, geógrafo e membro da CAIPORA, que atua no centro de visitantes do parque, pelas indicações no delineamento da pesquisa.

Sr. Manuel Eugênio Bossle, Secretário de Indústria comércio e turismo da Prefeitura de Santo Amaro da Imperatriz, e especial a Luiz, diretor de turismo, pelo apoio institucional a pesquisa e fornecimento de informações e entrevistas que enriqueceram o trabalho.

Aos empresários, Aristeu, Cláudia, Keko, Lian, e aos hoteleiros Salésio e Haroldo, pela concessão na realização das pesquisas de campo nos seus estabelecimentos e importantes informações concedidas nas entrevistas.

Fernando Brüggman, biólogo do Hotel Plaza Caldas da Imperatriz, pela disposição em ajudar e pelas informações úteis repassadas e visitas guiadas na área do hotel.

Magnum e Natália pelo importante auxílio na coleta de dados da pesquisa de campo.

Carlos Eduardo de Souza pelo trabalho e dedicação na edição dos mapas.

Janaina pela amizade sincera, duradoura e companheira em todos os momentos.

A todos os familiares e amigos que participaram direta ou indiretamente deste momento de dedicação “exclusiva” aos estudos, mas que fez perceber o quanto a presença de vocês na minha vida é importante.

RESUMO

As unidades de conservação têm sido escolhidas como um espaço prioritário para a realização de práticas turísticas. Neste sentido, um dos destaques nos estudos da área é a relação entre turismo como forma de uso público em unidades de conservação e a manutenção dos seus aspectos naturais. Esta questão norteou este trabalho que tem como objetivo principal analisar o turismo relacionado com o uso público do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro no município de Santo Amaro da Imperatriz – Santa Catarina. A verificação das normas de uso definidas pelo zoneamento do parque e as atividades turísticas realizadas no município de Santo Amaro, juntamente com a espacialização destas informações através da elaboração de mapas temáticos, com recorte para a área de estudo, permitiram classificar a compatibilidade de uso turístico, de cada tipo de turismo nestas áreas. A aplicação de questionários com os visitantes e entrevistas com empresários turísticos locais, gerentes de hotéis e o poder público municipal foram realizadas, sob o prisma da valorização e apropriação deste espaço e o entendimento das relações estabelecidas entre o uso e a conservação desta área por parte dos envolvidos. Com isso, pode-se verificar que algumas atividades turísticas praticadas no parque são incompatíveis com os seus objetivos de conservação. Observou-se que os visitantes possuem características diferenciadas quanto à forma de uso e entendimento das questões de conservação do parque, de acordo com as atividades praticadas. Evidenciou-se que os empresários turísticos locais e os gerentes de hotéis possuem formas de uso e entendimento das relações do turismo com o parque de forma diferenciada, sendo que os empresários têm contribuído para a divulgação e consciência sobre a conservação do parque. Considerou-se imprescindível que o poder público municipal atue juntamente com o órgão ambiental, com as empresas privadas locais e com as comunidades, para o direcionamento, organização e controle do uso turístico do parque no município. Assim, esta dissertação procede ao resgate e a sistematização de informações que servem de subsídios para a gestão turística do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em Santo Amaro da Imperatriz.

Palavras-chave: turismo; uso público em unidades de conservação, Parque Estadual da Serra do Tabuleiro; município de Santo Amaro da Imperatriz.

ABSTRACT

The protected areas have been chosen as the priority local to the tourism practices. On this way, one of the highlights on studies at this area is the relation between tourism as a way of public use at the protected areas and the maintenance of its natural aspects. This question guides the present study, which has the main purpose to analyze the tourism in relation to the public use at the Serra do Tabuleiro State Park in Santo Amaro da Imperatriz municipal district, Santa Catarina State. Checking the use rules defined by the environmental zoning of the park and the touristic activities done in Santo Amaro municipal district, besides the thematic maps construction, clipped to the studied area, to spread that information, it was allowed to classify the touristic use compatibility, of each kind of tourism activities has shown on these area. It was applied questionnaires to the visitors and has been interviewed local tourism businessmen, hotel managers and the tourism director, representing the municipal district government, which were realized, beneath the valorization and appropriation of this area by tourism practices and tried to understand their knowledge about the relation between the use and its conservancy. Besides that, it could be verified that some touristic activities practiced at the park are incompatible with its conservancy purposes. Noticed that the visitors have different characteristics about their uses and knowledge of the parks conservancy questions, depending on the tourism activities practiced. It became evident that the businessmen and the hotel managers has different uses and knowledge about the relation between tourism and the park, but the businessmen have contributed to divulgate the conservancy park questions. It considers essential that the municipal district government act together with the environment organ, with the local tourism business and with communities to give direction, organization and control about touristic use of the park in the municipal district. Then, this research proceed of the rescue and systematic information that supplies, as subsidies to the touristic management of the Serra do Tabuleiro State Park, in Santo Amaro da Imperatriz.

Keywords: tourism; public use in protected areas; Serra do Tabuleiro State Park; Santo Amaro da Imperatriz municipal district.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Mapa de localização do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST) com destaque para a área de estudo.....	24
FIGURA 2 - Mapa de participação relativa dos municípios para compor a área total do PEST.	25
FIGURA 3 – Mapa do percentual territorial do Parque no Município de Santo Amaro da Imperatriz.....	26
FIGURA 4 - Foto da Serra do Tabuleiro.....	98
FIGURA 5 - Foto do Conventinho do Espírito Santo (Frei Hugolino).....	98
FIGURA 6 - Foto de parte de uma propriedade da Associação de Produtores orgânicos (Vargem do Braço).....	100
FIGURA 7 - Foto do Rio Vargem do Braço	101
FIGURA 8 - Foto do Hotel Caldas da Imperatriz	102
FIGURA 9 – Foto do Hotel Plaza Caldas da Imperatriz.....	103
FIGURA 10 – Rafting no Rio Cubatão.....	105
FIGURA 11 - Mapa de espacialização dos atrativos turísticos em Santo Amaro.....	114
FIGURA 12 - Mapa de compatibilidade de uso turístico em relação ao zoneamento do PEST em Santo Amaro da Imperatriz.....	115
FIGURA 13 - Gráfico de relação entre as atividades praticadas em Santo Amaro e a faixa etária dos visitantes	127
FIGURA 14 - Gráfico de relação entre as atividades praticadas em Santo Amaro e a escolaridade dos visitantes	128
FIGURA 15 - Gráfico de relação entre a frequência anual das visitas e as atividades praticadas	130
FIGURA 16 - Gráfico de relação entre os tipos de agrupamentos de visitantes entrevistados e as atividades praticadas.....	132
FIGURA 17 - Gráfico de relação entre os tipos de agrupamentos de visitantes entrevistados e a faixa etária	133
FIGURA 18 - Gráfico de relação entre os estados de origem e as atividades praticadas pelos entrevistados.....	137
FIGURA 19 - Gráfico de relação entre os estados de origem e a faixa etária dos entrevistados.....	138
FIGURA 20 - Gráfico de relação entre os estados de origem e o tempo de duração das visitas dos entrevistados	139
FIGURA 21 - Gráfico de relação entre os estados de origem e a frequência anual das visitas dos entrevistados.....	140
FIGURA 22 - Gráfico de relação entre o conhecimento da presença do parque no município ou não conhecimento da sua existência e as atividades praticadas pelos entrevistados	148
FIGURA 23 - Gráfico de relação entre o conhecimento da presença do parque no município ou não conhecimento da sua existência e a frequência anual das visitas pelos entrevistados.....	149
FIGURA 24 - Gráfico de relação entre o conhecimento da presença do parque no município ou não conhecimento da sua existência e a duração dos visitantes entrevistados em Santo Amaro	150
FIGURA 25 - Gráfico de relação entre o conhecimento da presença do parque no município ou não conhecimento da sua existência e a faixa etária dos visitantes entrevistados	151
FIGURA 26 - Gráfico de relação entre o conhecimento da presença do parque no município ou não conhecimento da sua existência e a escolaridade dos visitantes entrevistados	152
FIGURA 27 - Gráfico de relação entre a concordância total com os objetivos do parque, o conhecimento da sua existência por parte dos visitantes entrevistados e as atividades praticadas	157

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Gênero dos visitantes.....	123
TABELA 2 - Faixa etária dos visitantes.....	123
TABELA 3 - Escolaridade dos visitantes.....	124
TABELA 4 - Motivo da visita ao município.....	125
TABELA 5 - Outros motivos da visita.....	126
TABELA 6 - Freqüência anual das visitas ao município.....	129
TABELA 7 - Tipos de agrupamento de visitantes.....	131
TABELA 8 - Tempo de duração da visita no município.....	133
TABELA 9 - Cidades de origem dos visitantes entrevistados.....	135
TABELA 10 - Estados de origem dos visitantes.....	136
TABELA 11 - Interesse dos visitantes entrevistados no inverno pelos tipos de atrativos turísticos do município.....	141
TABELA 12 - Opinião dos visitantes entrevistados no inverno sobre os danos causados pelo turismo.....	142
TABELA 13 - Danos apontados pelos visitantes entrevistados no inverno.....	142
TABELA 14 - Opinião dos visitantes entrevistados no verão sobre a infra-estrutura do parque.....	143
TABELA 15 - Comentários dos visitantes entrevistados no verão sobre a infra-estrutura do parque.....	144
TABELA 16 - Opinião dos visitantes entrevistados no verão sobre os aspectos positivos do parque.....	145
TABELA 17 - Opinião dos visitantes entrevistados no verão sobre os aspectos negativos do parque.....	145
TABELA 18 - Conhecimento dos visitantes entrevistados sobre a existência do parque no município.....	147
TABELA 19 - Grau de concordância dos visitantes entrevistados com o objetivo do parque de “conservar os ambientes naturais”.....	153
TABELA 20 - Grau de concordância dos visitantes entrevistados com o objetivo do parque de “possibilitar pesquisas”.....	154
TABELA 21 - Grau de concordância dos visitantes entrevistados com o objetivo do parque de “desenvolver atividades de recreação”.....	154
TABELA 22 - Grau de concordância dos visitantes entrevistados com o objetivo do parque de “promover a educação ambiental”.....	155
TABELA 23 - Grau de concordância dos visitantes entrevistados com o objetivo do parque de “desenvolver as comunidades locais”.....	156

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Potencialidades turísticas do Parque do Tabuleiro em Santo Amaro.....	28
QUADRO 2 - Questionários da pesquisa deixados à disposição dos visitantes.....	33
QUADRO 3 - Variáveis gerais da matriz sócio econômica das localidades de Santo Amaro.....	83
QUADRO 4 - Variáveis da infra-estrutura da matriz sócio econômica das localidades de Santo Amaro	86
QUADRO 5 - Variáveis da organização social da matriz sócio econômica das localidades de Santo Amaro	88
QUADRO 6 - Variáveis da renda familiar da matriz sócio econômica das localidades de Santo Amaro	89
QUADRO 7 - Variáveis das principais atividades do setor primário da matriz sócio econômica das localidades de Santo Amaro.....	91
QUADRO 8 - Variáveis das principais atividades da indústria da matriz sócio econômica das localidades de Santo Amaro.....	92
QUADRO 9 - Variáveis das principais atividades do comércio da matriz sócio econômica das localidades de Santo Amaro.....	92
QUADRO 10 - Variáveis das principais atividades de serviços da matriz sócio econômica das localidades de Santo Amaro.....	94
QUADRO 11 - Variáveis dos atrativos da matriz sócio econômica das localidades de Santo Amaro	94
QUADRO 12 - Variáveis de utilização da área do parque da matriz socioeconômica das localidades de Santo Amaro.....	96
QUADRO 13 - Compatibilidade de uso turístico das atividades potenciais ocorridas na zona primitiva	116
QUADRO 14 - Compatibilidade de uso turístico das atividades potenciais ocorridas na zona de uso	118
QUADRO 15 - Uso turístico nos sítios da zona de entorno	120
QUADRO 16 - Lista dos entrevistados.....	159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CASAN	Companhia Catarinense de Água e Saneamento
CEASA	Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina SA
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo – Santo Amaro
CONSEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente - SC
DEFAP	Departamento de Florestas e Áreas Protegidas – RS
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - SC
ECOTURISMO SOCIETY	Sociedade Internacional de Ecoturismo
FATMA	Fundação do Meio Ambiente - SC
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – RJ
GPS	Global Positioning System
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LCVL	Lagoa Clube de Vôo Livre
LTA	Licenciamento Turístico Ambiental
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não-Governamental
PBZ	Produto Básico do Zoneamento do PEST
PEST	Parque Estadual da Serra do Tabuleiro
PNMA	Programa Nacional do Meio Ambiente
PMTS	Política Municipal de desenvolvimento do Turismo Sustentável
PROAVES	Proteção de Aves do Brasil
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SANTO AMARO	Município de Santo Amaro da Imperatriz
SANTUR	Santa Catarina Turismo
SDA	Secretaria do Desenvolvimento Rural e da Agricultura - SC

SDE	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração do Mercosul
SDM	Secretaria de Desenvolvimento do Meio Ambiente – SC
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente - RS
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente - PR
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza de Santa Catarina
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UCs	Unidades de Conservação
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
WWF	Fundo Mundial para a Vida Selvagem

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
HIPÓTESES DA PESQUISA.....	20
OBJETIVOS	20
ESTRUTURA DO TRABALHO	21
1 METODOLOGIA DA PESQUISA	23
1.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	23
1.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA	27
1.3 TRATAMENTO DOS DADOS	35
1.4 ELABORAÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS.....	36
2 CONTEXTUALIZAÇÃO TURISMO E USO DO ESPAÇO NATURAL	38
2.1 CONSTRUINDO UMA VISÃO HISTÓRICA DO FENÔMENO TURÍSTICO....	38
2.2 ABORDAGEM CONCEITUAL TURISMO E ESPAÇO	45
2.3 TURISMO E ESPAÇO NATURAL	49
3 O TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	52
3.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DA PROTEÇÃO AO USO PÚBLICO	52
3.1.1 Categoria Parque.....	55
3.2 PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO NOS PARQUES	56
3.3 O TURISMO NOS PARQUES ESTADUAIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL	59
3.3.1 Parques do Paraná.....	60
3.3.2 Parques do Rio Grande do Sul	64
3.3.3 Parques de Santa Catarina.....	66
4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	70
4.1 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DA ÁREA DE ESTUDO.....	70
4.2 O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ.....	76
4.2.1 Aspectos Históricos e Culturais	77
4.2.2 Aspectos socioeconômicos.....	80
4.2.3 Aspectos da oferta e demanda turísticas.....	97
4.3 O PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO	107
4.3.1 Proposta de Zoneamento do Parque	109
4.4 COMPATIBILIDADE DE USO TURÍSTICO DO PEST	112

5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	122
5.1	PERFIL DOS VISITANTES	122
5.2	ANÁLISES DAS ENTREVISTAS	158
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
	REFERÊNCIAS	187
	APÊNDICE 1	192
	APÊNDICE 2	194
	ANEXO 1	195
	ANEXO 2	205

INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) no seu artigo 225, estabelece que *“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*.

Ao dedicar um de seus capítulos à questão do meio ambiente, a Constituição Brasileira concede o direito de “uso comum” do meio ambiente, induzindo responsabilidades de “preservação” para todos, como questão de cidadania e coletividade. Esta integração entre uso e preservação tem acontecido através de movimentos de retorno à natureza, de busca pelo contato com paisagens e locais de contemplação, de onde emerge a relação entre turismo e meio ambiente.

A partir desta relação foi surgindo a concepção do que, inicialmente, se chamou de “turismo alternativo”. Estudar este evento passa obrigatoriamente, por uma visão de sustentabilidade, incluindo aspectos de respeito e valorização do meio ambiente natural, de sua cultura e de desenvolvimento econômico e bem-estar social das comunidades dos locais visitados.

Com o intuito de não se estender, neste momento, a uma questão conceitual das diferentes tipologias existentes para explicar as formas “alternativas” de turismo, cabe destacar o termo **ecoturismo**. Segundo a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), em 1996, o ecoturismo é definido como uma *“viagem ambientalmente responsável e visita a áreas relativamente preservadas, com o objetivo de lazer e de apreciar a natureza e todas as manifestações culturais do presente e passado, promovendo a conservação, com mínimo impacto, e propiciando o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais”*. Esta definição vem sendo apresentada sob os mais diferentes olhares, sendo o ecoturismo visto como uma opção de turismo das mais expressivas da realidade, porém, constitui-se um rótulo que tomou conta do mercado turístico.

Analisando esta questão, autores como Wearing & Neil (2001), Costa (2002), Kinker (2002), Lindberg & Hawkins (2001), Pires (2002), entre outros, colocam que o ecoturismo está presente na maioria dos discursos que embasam as políticas públicas de turismo, aliado a idéia do turismo sustentável, bem como se tornou um produto facilmente comercializado.

Conforme verificaram WEARING & NEIL (2001, p. 9) “*o ecoturismo implica um foco sobre a natureza como motivação principal da viagem, para maior conhecimento e consciência da natureza*”.

Por outro lado, pelo fato de ser freqüentemente dirigido a lugares muito especiais, que têm capacidade limitada de suportar pressões (lugares ecologicamente frágeis), o risco do ecoturismo causar impactos negativos é grande. “*Se não for planejado, o ecoturismo pode gerar mais impactos do que qualquer outro segmento do turismo*” (KINKER 2002, p. 25).

Percebe-se que a crescente sensibilização das questões relacionadas aos impactos ambientais, sócio-econômicos e culturais do turismo, inicialmente percebidos por alguns estudiosos e instituições ligados ao setor, a partir de meados dos anos 1970, ocorreu em paralelo com a disseminação do movimento ambientalista mundial, que passou a ser organizado e instrumentalizado. A “preservação” do meio ambiente começou a ser utilizada como argumento para apoiar ações de combate ao uso inadequado dos espaços naturais. Isto tem resultado, desde então, no aumento da criação de territórios institucionalizados, correspondendo, no Brasil, às unidades de conservação¹.

As UCs são definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (BRASIL, 2000) como “*espaço territorial e seus recursos naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público*”. Possui objetivos voltados à conservação, limites definidos, regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

As definições dos limites e objetivos específicos dessas áreas levam a categorizá-las em dois grandes grupos: áreas de proteção integral (ou de uso indireto) e áreas de uso sustentável (ou uso direto). Destes grupos e a partir dos

¹ Daqui por diante estas podem ser referidas como UCs.

seus diferentes objetivos específicos, são também divididas em categorias de manejo.

No grupo de proteção integral, dentre as categorias de manejo definidas com a Lei do SNUC (*op. cit.*), a categoria **parque**, seja ele nacional, estadual ou municipal, não permite a moradia de pessoas em seu interior. Seu uso indireto deve ser regulado sob regime rígido de acordo com o seu plano de manejo, permitindo, porém, o uso recreativo, que pode ser interpretado como uso turístico, tendo como componente principal, o papel educativo.

O que chama a atenção, através da relação entre **turismo e meio ambiente**, na atualidade, é “o aumento na demanda de **uso público** (predominantemente turístico) das **unidades de conservação** e o retorno financeiro proporcionado por esse mesmo uso público, para a viabilização de sua proteção e manejo” (PIRES, 2002, p. 65).

Sendo permitido o uso turístico no seu interior, essas áreas passam a ser vistas pelo meio turístico como um “produto turístico”, cujo atrativo consiste no próprio ambiente natural.

Para analisar o uso desses espaços naturais pelo turismo, e como é possível manter a sua conservação ao longo dos tempos, é necessário que se disponha de um conhecimento mais aprofundado sobre os aspectos físicos deste espaço, bem como das inter-relações que nele ocorrem. A relação sociedade/natureza se estabelece como uma das mais complexas e, portanto, exige destaque nos estudos atuais. Conforme aponta Andrade (2002, p. 25) na visão da geografia sobre a relação sociedade/natureza, “os fatos físico-naturais e os socioeconômicos devem ser encarados de forma integrada”.

O mesmo autor (*idem*) completa, colocando que “o homem para o geógrafo, não é apenas o habitante, mas o produtor, o consumidor”. Isto se reflete no presente estudo ao se analisar o uso público do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro², no

² Pela extensão do nome, a partir de agora, neste trabalho, este vai ser referido como “Parque do Tabuleiro”.

território pertencente ao município de Santo Amaro da Imperatriz³, tanto na produção do espaço pelo turismo local como pelo consumo por parte dos turistas.

O uso dos espaços pelo homem torna-se um dos importantes objetos de estudo da geografia na medida em que esses espaços passam a ser considerados mercadorias. Conforme analisa Santos (1986, p. 19), o espaço “*é formado pelo espaço construído que é também espaço produtivo [...] e ainda pelo espaço não-construído, mas suscetível de tornar-se um valor, não-específico ou particular, mas universal, como o das mercadorias no mercado mundial*”.

Segundo Carlos (2001), o espaço geográfico articula duas dimensões, aquela da localização (um ponto no mapa) e aquela que dá conteúdo a essa localização, que a qualifica e a singulariza. Esse conteúdo é determinado pelas relações sociais que aí se estabelecem – o que confere ao espaço a característica de produto social e histórico.

Dessa forma, o estudo do espaço, enquanto sujeito e objeto de apropriação pelo turismo, nos revela os fatos físico-naturais decorrentes e as relações sociais, econômicas e políticas existentes. Procura, então, desmistificar a relação sociedade/natureza e auxiliar na busca de novas práticas de uso que venham contribuir com a conservação destes espaços naturais ao longo dos tempos.

Verifica-se que esse uso intensivo do turismo nas UCs do Brasil, não tem sido acompanhado pelo planejamento e gestão adequados. Estas têm em seus planos de manejo, um instrumento de conciliação do uso dos recursos naturais com a conservação ambiental através do programa de uso público que lhe cabe. Porém, muitas das unidades brasileiras são consideradas “ficções jurídicas”, pelo fato de só existirem no papel. “*A forma de gestão destas unidades não garantiu representatividade eqüitativa aos biomas nacionais, não favoreceu a administração da diversidade presente nas unidades criadas e, ao mesmo tempo, não buscou o envolvimento dos atores sociais*” (BRITO, 2000, p. 16).

Apesar do Parque do Tabuleiro ter sido criado em 1975, a proposta de zoneamento foi apresentada somente em maio de 2002. A proposta constitui-se no primeiro passo para a delimitação das áreas que permitem o uso público e,

³ Pelo mesmo motivo exposto, a partir de agora, este vai ser referido como “Santo Amaro”.

conseqüentemente, podem ser utilizadas para a prática do ecoturismo (FATMA, 2002).

Contudo, a delimitação das áreas de uso público não é suficiente para que a prática do ecoturismo no Parque do Tabuleiro esteja aliada com a conservação do seu espaço.

A questão central a ser verificada pela presente pesquisa consiste na análise do uso turístico atual do Parque do Tabuleiro, nos limites do Município de Santo Amaro, tentando relacionar o uso público com os objetivos de conservação definidos na sua proposta de zoneamento.

O conceito norteador da presente análise se baseou no enfoque geográfico do **uso e valorização do espaço enquanto objeto de apropriação pelo turismo**. Pelo fato do turismo no caso deste trabalho, se apropriar de um espaço que tem uma identidade própria, a de território institucionalizado, deve ser analisado também o conceito do **uso turístico das unidades de conservação**.

A relação estabelecida entre o uso turístico do parque pelas empresas e poder público local, e o entendimento desta utilização por parte dos visitantes possibilitaram analisar de forma pontual o uso turístico do Parque do Tabuleiro em Santo Amaro.

Cabe ressaltar que a investigação do problema é de caráter apenas exploratório, não comprometendo um resultado fixo, que acompanhe a dinâmica constante em que os fenômenos científicos estão submetidos. *“O conhecimento científico, obtido mediante o emprego do método científico, se expressa em probabilidades. O pesquisador trabalha com suposições prováveis, e não com verdades absolutas”* (DENCKER, 2003, p. 17-18).

E neste contexto, segundo Dencker (idem, p. 20) *“o fenômeno turístico deverá ser estudado conforme a realidade e o momento histórico no qual se manifesta, o que implica uma aquisição de conhecimento, ao mesmo tempo em que se desenvolve e aprimora o método empregado neste conhecimento”*.

HIPÓTESES DA PESQUISA

Na tentativa de buscar resultados para a problemática aqui exposta, procurou-se lançar algumas hipóteses de trabalho:

- Existe incompatibilidade entre as normas de uso definidas pelo zoneamento do Parque do Tabuleiro com algumas atividades turísticas realizadas;
- Não há conhecimento da existência do parque por parte dos visitantes de Santo Amaro que utilizam as suas áreas turisticamente;
- Não há entendimento de responsabilidades quanto ao uso do parque por parte das operadoras, do poder público e dos visitantes;
- Não há participação das comunidades locais no desenvolvimento do turismo no município.

OBJETIVOS

Geral

Analisar a relação de compatibilidade entre o uso público turístico e a conservação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro no Município de Santo Amaro da Imperatriz, SC.

Específicos

- Verificar as atividades turísticas realizadas e os tipos de uso turístico permitidos no Parque do Tabuleiro, dentro dos limites do Município de Santo Amaro, tendo como base o zoneamento ambiental desta área;
- Espacializar as informações sobre o uso turístico do parque, no município e a sua compatibilidade de uso com as normas estabelecidas pelo seu zoneamento;
- Identificar as características dos visitantes em Santo Amaro e suas interpretações a respeito da relação entre turismo e conservação no Parque;
- Analisar as ações e o entendimento da relação entre turismo e conservação do parque em Santo Amaro, a partir da visão dos empresários locais que atuam diretamente com a atividade turística e do poder público municipal;

- Fornecer subsídios para a gestão turística do Parque do Tabuleiro no município de Santo Amaro.

ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está subdividido em cinco capítulos.

O capítulo 1 é dedicado à discussão metodológica da pesquisa, integrando seis partes. A primeira contém a delimitação da área de estudo, justificando o recorte metodológico utilizado. A segunda parte descreve o delineamento da pesquisa qualitativa realizada, com destaque para a questão central proposta e as formas de verificação utilizadas para respondê-la. Os níveis da pesquisa e procedimentos técnicos utilizados foram apresentados na terceira parte. As técnicas de amostragem escolhidas para a coleta de dados estão na quarta parte. A quinta parte apresenta o tratamento dos dados que permitiram analisá-los e discutí-los para se chegar à resposta dos objetivos propostos. A elaboração de mapas temáticos, ressaltando a importância destes para a pesquisa e as bases de dados utilizadas para sua elaboração cabem a sexta parte.

Nos capítulos 2 e 3 são apresentadas as bases conceituais norteadoras da pesquisa, através da revisão da literatura. O capítulo 2 contextualiza o uso e a valorização do espaço como objeto de apropriação do turismo. Neste se apresenta uma visão histórica do fenômeno turístico, uma abordagem conceitual do turismo e espaço e as relações estabelecidas entre turismo e espaço natural. O capítulo 3 se detém a tratar do uso turístico em unidades de conservação. Inicialmente apresenta-se uma contextualização das UCs, enquanto objeto para o uso turístico, com ênfase nos objetivos e características da categoria Parque, sendo objeto de estudo aqui exposto. Em seguida colocam-se algumas questões sobre o planejamento e gestão do turismo nos parques, com base nas diretrizes de elaboração do programa de uso público. E apresenta-se, como forma de exemplificação e base para futuras discussões, o turismo nos parques estaduais da Região Sul do Brasil.

O quarto capítulo trata da caracterização da área de estudo, procurando estabelecer as relações entre os aspectos físicos, histórico-culturais e sócio-

econômicos entre o Município de Santo Amaro da Imperatriz e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Também são tratados os aspectos da oferta e demanda turísticas em Santo Amaro, apresentando o uso turístico do PEST. A partir da descrição das normas para cada zona do Parque do Tabuleiro, definida em Santo Amaro, apresenta-se a compatibilidade de uso turístico para cada atividade realizada.

O quinto e último capítulo focaliza os resultados e discussões da caracterização dos visitantes de Santo Amaro, a partir dos dados levantados com as pesquisas de campo, e as opiniões sobre o uso turístico e a conservação do parque em Santo Amaro, por parte dos empresários turísticos locais, e do poder público municipal ligado ao turismo.

As considerações finais encerram este trabalho, destacando-se os aspectos mais relevantes que surgiram deste estudo. Estabelece-se a importância da contribuição da geografia como visão norteadora da análise do turismo, colocando a relação entre sociedade/natureza, que busca novas formas de uso do espaço, contribuindo com a sua conservação. Apresentam-se algumas limitações do estudo e colocam-se sugestões para futuros estudos e para a gestão turística do Parque do Tabuleiro no município de Santo Amaro.

1 METODOLOGIA DA PESQUISA

1.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Situado no Estado de Santa Catarina na região da Grande Florianópolis, entre as coordenadas 27^o 42' 09" e 28^o 34' 09" de latitude Sul e 48^o 57' 23" e 48^o 43' 09" de longitude Oeste, o PEST ocupa uma extensão de 87.405 hectares (FIGURA 1).

Nestes quase 900 km², abrange, atualmente, parte das áreas de nove municípios: Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes. Engloba também as ilhas de Fortaleza/Araçatuba, Ilha do Andrade, Papagaio Pequeno, Três Irmãs, Moleques do Sul, Siriú, Coral, dos Cardos e a ponta sul da ilha de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1975).

Quanto à participação relativa de cada município na área total do parque, tem-se que Paulo Lopes contribui com a maior área de 29%, seguida por Santo Amaro da Imperatriz com 21% e Palhoça com 19%. São Bonifácio, Águas Mornas e Imaruí participam respectivamente com 11%, 9% e 8% da área do parque. São Martinho participa com 2%, Garopaba com 1% e Florianópolis e as ilhas oceânicas completam a totalidade das terras do parque (FIGURA 2).

Como recorte espacial, considerou-se para a presente pesquisa o território do Parque do Tabuleiro inserido no município de Santo Amaro, uma vez que analisando a parcela do parque inserida na área de cada município, verificou-se que este é o que mais contribui, pois 63% de suas terras estão no território do parque (FIGURA 3).

Buscaram-se documentos específicos sobre a área, tal como o Produto Básico do Zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (FATMA, 2002). Neste verificou-se que Santo Amaro é um dos municípios da porção norte/nordeste do parque que se encontra mais preparado em termos de infra-estrutura turística.

FIGURA 1 – Mapa de localização do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST) com destaque para a área de estudo.

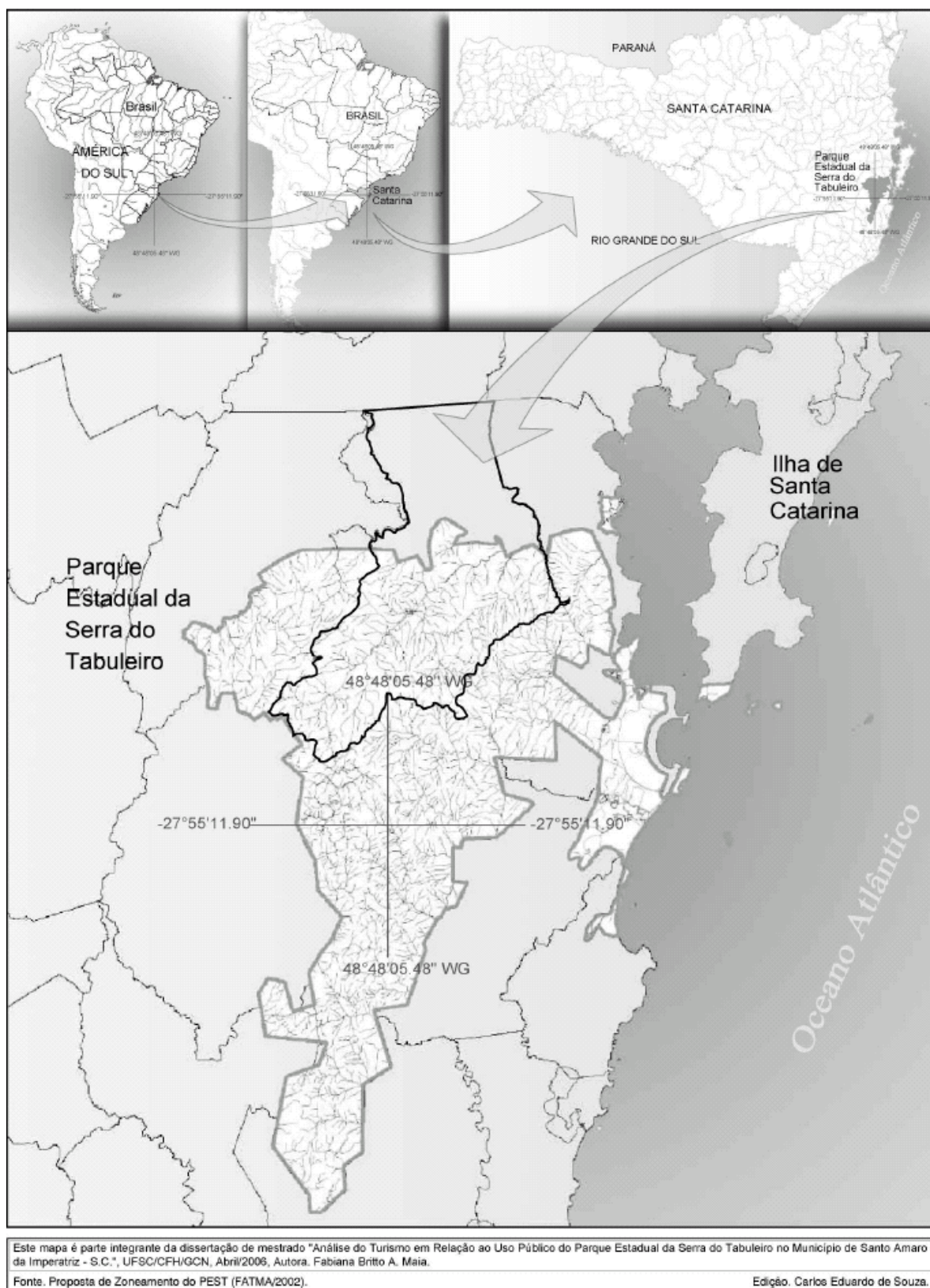
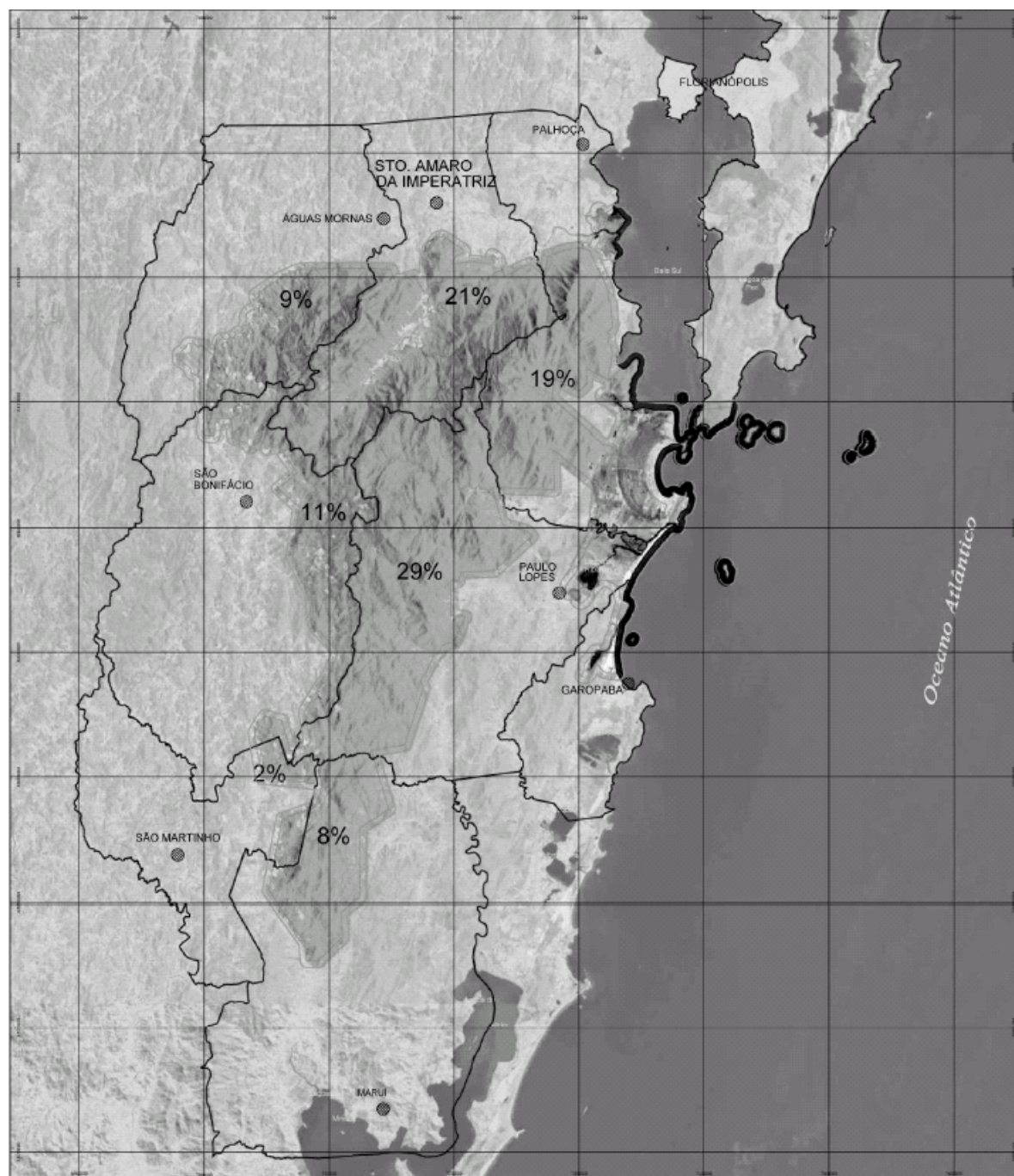


FIGURA 2 - Mapa de participação relativa dos municípios para compor a área total do PEST.



Legenda

- Limite dos Municípios
- Sobreposição do Parque com APA da Baía Franca
- Contorno do PEST
- Municípios

Escala gráfica

0 1000m 5000m 10.000m 20.000m

Informações Técnicas

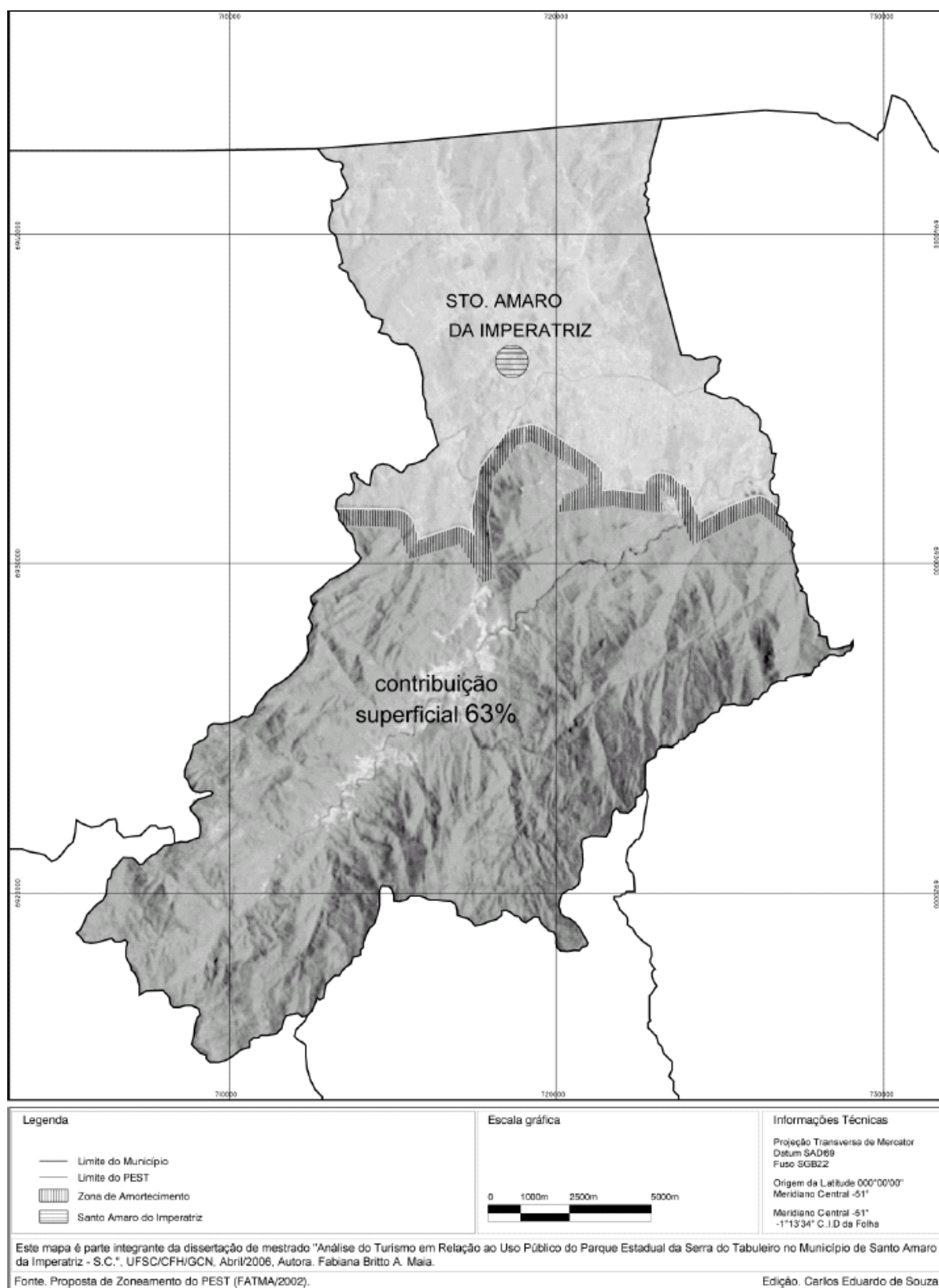
Projeção Transversa de Mercator
Datum SAD69
Fuso SGB22
Origem da Latitude 00°00'00"
Meridiano Central -51°
-1°13'34" C.I.D da Folha

Este mapa é parte integrante da dissertação de mestrado "Análise do Turismo em Relação ao Uso Público do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro no Município de Santo Amaro da Imperatriz - S.C.", UFSC/CFH/GCN, Abril/2006, Autora. Fabiana Brito A. Maia.

Fonte: Proposta de Zoneamento do PEST (FATMA/2002).

Frição: Carlos Eduardo da Souza

FIGURA 3 – Mapa do percentual territorial do Parque no Município de Santo Amaro da Imperatriz.



Santo Amaro faz parte da Região da Grande Florianópolis, estando próximo deste centro emissor de turistas do Estado. O acesso a esse fluxo é facilitado pelas rodovias BR101 e BR 282.

Como critério auxiliar na delimitação da área de estudo, tomou-se como base a Lei Complementar nº 026, de 15 de Outubro de 2003, que dispõe sobre a política municipal de desenvolvimento do turismo sustentável – PMTS – e o funcionamento das atividades e empreendimentos turísticos no Município de Santo Amaro e dá outras providências (ANEXO 1). Neste caso, este é o único município do Parque do Tabuleiro que possui legislação específica direcionada à prática da atividade turística (SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, 2003).

O Termo de cooperação que celebram entre si a Fundação do Meio Ambiente – FATMA – e o Lagoa Clube de Vôo Livre – LCVL, visando a prática de vôo livre e o apoio à fiscalização do Parque do Tabuleiro (FATMA & LCVL, 10 de junho de 2004), complementa o rol de documentos que confirmam a preocupação da prática do turismo com relação à conservação do parque, tanto por parte do poder público em nível municipal e estadual, quanto as organizações associativas e empresários locais (ANEXO 2).

Portanto, para fins desta pesquisa, a área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, compreendida pelo município de Santo Amaro da Imperatriz é definida como espaço geográfico alvo deste estudo. Neste espaço constituído, foram selecionados os atrativos turísticos que, por possuir infra-estrutura de apoio e demanda turística observada, foram os locais definidos nesta pesquisa para a aplicação das técnicas de levantamento para coleta de dados *in loco*.

1.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Entende-se como pesquisa científica, o estudo sistemático e analítico, traçado por um objetivo, embasado em bibliografias específicas, na coleta de dados e na utilização de técnicas e instrumentos de análise que possibilitem o alcance de tais

objetivos. Segundo Lakatos e Marconi (1985, p. 81) “*Não há ciência sem o emprego de métodos científicos*”.

O presente estudo partiu de uma questão baseada na relação existente entre o uso público turístico e a conservação do Parque do Tabuleiro em Santo Amaro.

O entendimento desta questão passou pela verificação dos tipos de uso turístico indicados como possíveis no documento de zoneamento do parque (FATMA, 2002), e os que estão sendo realizados atualmente. No Quadro 1 estão descritos os atrativos turísticos classificados como de potencial ecoturístico⁴, presentes no interior ou entorno do parque, na área do município de Santo Amaro. São apresentadas as atividades indicadas como potenciais, aquelas que são efetivamente realizadas e as fragilidades observadas a partir deste uso.

QUADRO 1 - Potencialidades turísticas do Parque do Tabuleiro em Santo Amaro

Atrativos Turísticos	Atividades Potenciais	Atividades Realizadas	Fragilidades
Estância Hidrotermal Caldas da Imperatriz (entorno do parque) Localidade de Caldas da Imperatriz	- Banhos relaxantes e terapêuticos; - Hospedagem; - Caminhadas; - Banhos de cachoeiras.	- Banhos relaxantes e terapêuticos; - Hospedagem; - Caminhadas; - Banhos de cachoeiras.	- Algumas instalações do Hotel Plaza Caldas estão inseridas dentro da área do parque;
Morro Queimado (interior do parque) Localidade do Sul do Rio de Baixo	- Observação panorâmica; - Vôo-livre; - Observação da Fauna e Flora; - Cicloturismo.	- Observação panorâmica; - Vôo-livre.	- Degradação ambiental já observada; - Grande declividade do terreno de acesso; - Alta visitação diária.
Cachoeira da Fazenda Jomar (interior do parque) Inserida na propriedade do Fischer Hotel Fazenda Jomar – localidade de Braço São João	- Trekking; - Hiking; - Mergulho livre; - Canyoning; - Rapel; - Escalada em rochas; - Observação da fauna e flora; - Turismo científico; - Safári Fotográfico; Banhos de cachoeira.	- Trekking; - Hiking; - Observação da fauna e flora; - Banhos de cachoeira.	- Não foram identificadas fragilidades já que existe controle da visitação.
Cachoeira Cobrinha de Ouro (interior do parque) Inserida em propriedade particular	- Trekking; - Hiking; - Observação da fauna e flora; - Turismo científico;	- Trekking; - Hiking; - Observação da fauna e flora; - Banhos.	- A área já está bastante alterada pela existência de infra-estrutura de visitação.

⁴ O termo ecoturístico é utilizado na proposta de zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (FATMA, 2002), e se refere às atividades que envolvem atrativos naturais e culturais do parque, dentro da tipologia de ecoturismo.

QUADRO 1 - Continuação

Atrativos Turísticos	Atividades Potenciais	Atividades Realizadas	Fragilidades
Cachoeira Cobrinha de Ouro	- Safári Fotográfico; - Banhos.		
Pilões do Rio Vargem do Braço (interior do parque) Localidade de Braço São João	- Observação da fauna e flora; - Turismo científico; - Safári Fotográfico; - Canyoning.	- Não há atividades turísticas verificadas.	- Não foram identificadas fragilidades visto que já possui vias de acesso e passarelas, não necessitando alterar outras áreas para construção.
Pico do Tabuleiro (interior do parque) Faz limite com os municípios de Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas e São Bonifácio.	- Trilha de acesso, passando por diversos atrativos; - Parapente; - Vôo-livre; - Balonismo; - Trekking; - Hiking; - rapel; - Montanhismo; - Observação da fauna e flora; - turismo científico; - turismo eqüestre; - Safári fotográfico.	- Trilha de acesso, passando por diversos atrativos; - Trekking; - Hiking; - Montanhismo; - Observação da fauna e flora; - Safári fotográfico.	- Sinais de erosão na trilha; - O campo de altitude possui uma vegetação muito peculiar e frágil, cuja mínima intervenção pode comprometê-la; - A constante utilização da trilha para condução do gado tornou a trilha larga, lamacenta e nos trechos mais íngremes o gado abriu caminhos aleatórios, ajudando na degradação de novas áreas; - Muitas nascentes de rios se encontram no interior das matilhas nebulares nos campos utilizados pelo gado.
Sede municipal de Santo Amaro da Imperatriz (entorno norte do parque)	- Patrimônio Histórico representado pela Igreja Matriz; - Eventos regionais; - Roteiro da Colonização Germânica, representado pela gastronomia, arquitetura e festas; - Trekking; - Hiking; - cicloturismo; - Observação da fauna e flora; - Safári fotográfico; - Roteiro cultural.	- Patrimônio Histórico representado pela Igreja Matriz; - Eventos regionais como: Festa do Divino Espírito Santo, Festival de Coros; - Roteiro da Colonização Germânica, representado pela gastronomia, arquitetura e festas; - Roteiro cultural.	- Não foram apontadas fragilidades.

Fonte: Adaptado da Proposta de Zoneamento do PEST (FATMA, 2002).

Considera-se importante destacar que o *rafting* no Rio Cubatão, apesar de não ter sido indicado como de potencialidade turística pela proposta de zoneamento do Parque, atualmente constitui importante atividade turística do município. Acredita-se que isso não foi mencionado pelo fato do rio não estar dentro do parque e sim na sua zona de entorno.

Através de observação empírica das atividades turísticas que acontecem neste espaço atualmente, tem-se a prática de **turismo de aventura**, nas diversas modalidades que envolvem a prática de esportes radicais (*rafting, hiking, trekking, vôo livre, etc.*). As águas termais existentes na região possibilitam o **termalismo** para tratamento de saúde, ou lazer. Considera-se como **turismo de lazer**, as atividades diretamente ligadas à participação em eventos e festas locais, interesse pelos atrativos históricos do município e visitas aos pesque-pagues, considerados atrativos locais. Cada uma destas categorias, definidas pela motivação pessoal, ou do grupo, utiliza o espaço de forma diferenciada e, portanto, merecem ser tratadas individualmente, mas como se trata do mesmo espaço geográfico, procurou-se definir estas relações.

A identificação do perfil dos visitantes e a análise das interpretações sobre a relação entre o uso público turístico e a conservação do Parque por parte destes, dos empresários locais, e do poder público municipal, configuram-se essenciais para fornecer algumas respostas à questão levantada.

Segundo Takahashi (2004, p. 6) *“para compatibilizar objetivos tão distintos como a conservação da biodiversidade, a recreação e a interpretação da natureza, são essenciais pesquisas, tanto sobre as características dos visitantes e os tipos de uso praticados, bem como conhecer as condições ambientais do local”*.

Com a finalidade de atender os objetivos formulados neste trabalho, se utilizou uma pesquisa com base qualitativa, de caráter essencialmente exploratório. Entretanto, foram realizados métodos quantitativos para coleta de dados, servindo de base para a interpretação qualitativa da realidade local. Segundo Richardson (1999), o aporte do método quantitativo ao qualitativo pode acontecer no planejamento da pesquisa, na coleta de dados e na análise da informação, a fim de integrar os pontos de vista e fornecer subsídios para entender a realidade.

Para efeito de qualificação das relações entre o uso público turístico e a conservação do Parque do Tabuleiro, foram considerados os critérios que tratam da compatibilidade de uso turístico com os objetivos de conservação do Parque, indicados pelo seu zoneamento. Qualificou-se o uso público como **compatível** quando a atividade turística acontece conforme as especificações de uso para recreação na proposta de zoneamento do Parque, e como **incompatível** quando a atividade turística não acontece conforme as especificações da proposta de zoneamento, conseqüentemente causando alguns dos conflitos de uso apontados no referido documento.

A pesquisa exploratória é utilizada, segundo Gil (1999, p. 43) *“quando o tema escolhido é bastante genérico, tornando-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos”*.

Procurou-se, inicialmente, esclarecer o conceito de turismo, apresentando suas características próprias enquanto praticado em UCs, o que pode acarretar impactos negativos para a conservação ambiental e para a população local.

Coube então, caracterizar os aspectos físicos da área de estudo, bem como discutir os aspectos históricos, socioeconômicos e políticos que interferem no uso público turístico do Parque do Tabuleiro, no município de Santo Amaro.

O aporte quantitativo utilizado na segunda fase da pesquisa teve como objetivo primordial a interpretação das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relação entre variáveis. Utilizou-se de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 1999).

A coleta de dados permitiu explorar o perfil dos visitantes e os tipos de uso que estes fazem do Parque do Tabuleiro nos limites do Município de Santo Amaro. Para fins de análise comparativa foi investigado o entendimento das condições estruturais do parque, sob a visão dos visitantes, empresários locais, e poder público municipal.

Realizaram-se basicamente dois tipos de coletas de dados: a aplicação de questionários aos visitantes; e a realização de entrevistas estruturadas com os empresários locais e com o representante do poder público municipal.

A definição da amostra para aplicação de questionários com os visitantes se utilizou a técnica não-probabilística por julgamento, na qual o pesquisador julga quais os locais de coleta mais convenientes para a pesquisa (DENCKER, 2003).

Esta técnica foi considerada a melhor para a pesquisa, pois se necessitava de locais estratégicos por onde os visitantes eram conduzidos às áreas do parque no município, ou estavam mais próximos dele. Dos oito estabelecimentos existentes na localidade de Caldas da Imperatriz, onde se concentra a oferta e demanda turística do município, foram utilizados como ponto de coleta, seis estabelecimentos: Hotel Caldas da Imperatriz, Imperador Palace Hotel, Ativa Rafting, TDA Rafting, Tabuleiro Eco-aventuras e Tropa de Elite Rafting; os quais se dispuseram a participar da pesquisa.

Cabe colocar que o Hotel Plaza Caldas da Imperatriz não participou da pesquisa, pois de acordo com a sua política interna, a aplicação de pesquisas com os hóspedes não é permitida. Por outro lado, este estabelecimento possui um fluxo de visitantes bastante elevado e bem distribuído durante todo o ano, tendo como atrativo principal as águas termais. Da mesma forma, o Fischer Hotel Fazenda Jomar, situado na localidade do Braço do São João, mesmo estando próximo a atrativos turísticos do parque, não participou da pesquisa. Portanto, reforça-se o caráter essencialmente exploratório da pesquisa, o que não inviabiliza sua aplicação, mas limita sua abrangência.

Com a definição dos locais para a coleta de dados, os visitantes que estiveram em Santo Amaro e passaram nestes estabelecimentos selecionados, foram convidados a participar da pesquisa. Desta forma, tentou-se atingir um maior número de visitantes, desde os que permaneceram menos de um dia, àqueles que pernoveram no município.

Foram definidos, também, dois períodos de aplicação da pesquisa: no inverno - **de maio a julho de 2005**; no verão - **de novembro de 2005 a fevereiro de 2006**. Em cada um destes períodos, de acordo com as mudanças climáticas, o fluxo de

visitantes e os tipos de atividades turísticas praticadas tendem a apresentar características diferenciadas, permitindo comparações.

Nestes dois momentos aplicou-se questionário único desenvolvido como procedimento metodológico, caracterizando-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se desejava conhecer (GIL, 1999).

O questionário constituiu-se em um formulário (APÊNDICE 1), no qual contém questões fechadas para medir as características da visita com relação a motivação, frequência da visita, tamanho do grupo, tempo de permanência, conhecimentos gerais sobre o Parque do Tabuleiro, bem como o perfil sócio-econômico dos visitantes. Para medir o entendimento dos visitantes sobre os objetivos do parque fez-se perguntas abertas e com escalas de atitudes, utilizando-se a escala de Lickert, a mais utilizada em estudos de turismo, segundo Takahashi (2004).

A distribuição dos questionários se utilizou a técnica de amostragem por cotas, na medida em que foi estabelecida uma amostra total de 420 questionários para cada período e estes foram distribuídos para cada estabelecimento de forma equitativa. Contudo, obtiveram-se diferentes quantidades de questionários respondidos (QUADRO 2).

QUADRO 2 - Questionários da pesquisa deixados à disposição dos visitantes

1^o período maio a julho de 2005		2^o período novembro/2005 a fevereiro/ 2006	
Questionários Entregues	Questionários Respondidos	Questionários Entregues	Questionários Respondidos
420	87	420	74

Fonte: pesquisa de campo

A este fato, se atribui a falta de interesse do público pesquisado em responder a pesquisa, estando estes em um momento de lazer e descontração. A abordagem foi realizada ao final das atividades, para possibilitar um maior entendimento do ambiente e das questões pesquisadas.

Os questionários foram entregues, também de forma equitativa, nas seis empresas, mas foi observada quantidade diferente de questionários respondidos entre as mesmas. Neste caso, se atribui o fato de que as empresas apresentam diferentes fluxos de visitantes, incluindo o tamanho dos grupos e a frequência das visitas.

Para entender a visão dos atores direta ou indiretamente envolvidos com o turismo no parque em Santo Amaro, realizou-se entrevista estruturada através de um formulário único. Segundo Lodi (1974 apud LAKATOS & MARCONI, 1990, pág. 85) *“o motivo da padronização é obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas”*.

A entrevista aplicada teve como objetivo principal buscar as opiniões sobre os tipos de usos turísticos e a forma de interação deste uso com o parque. Foram entrevistados os empresários; diretores dos hotéis e poder público municipal, através do diretor de turismo. Desta forma, as questões possibilitaram conhecer a opinião sobre a infra-estrutura do parque no município, os aspectos positivos e negativos observados com o turismo no parque e/ou no município, as ações que estão sendo desenvolvidas para romper as barreiras existentes e a visão do envolvimento e participação da comunidade local com as atividades turísticas desenvolvidas (APÊNDICE 2).

A população entrevistada entre os proprietários e diretores das empresas de turismo em Santo Amaro constituiu-se de cinco entrevistas, realizadas em algumas das empresas que serviram de ponto de coleta de dados com os visitantes. Somando-se a entrevista com o diretor de turismo, representando o poder público municipal, totalizaram-se seis entrevistas.

Esclarece-se que os proprietários que não forneceram entrevistas, foi devido à problemas de incompatibilidades de horários e datas para realização das mesmas no período determinado. O mesmo ocorreu com a intenção de entrevistar a diretoria da Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (FATMA), sendo este o órgão ambiental responsável pela administração do parque. Por problemas de incompatibilidade de horários e datas, a mesma não foi realizada.

Após a coleta das respostas, passou-se a interpretação das falas dos entrevistados, tomando-se como base metodológica às orientações de Thompson (1998) no que diz respeito à análise cruzada. Assim *“a evidência oral é tratada como*

fonte de informações a partir da qual se organiza um texto expositivo” (op.cit, 1998, pág. 304).

1.3 TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento estatístico dos questionários ocorreu em dois momentos. Segundo Labes (1998, p.23):

O primeiro diz respeito ao universo a ser pesquisado, ou seja estabelecer critérios para selecionar e definir a amostra da população que será questionada. O segundo momento trata da organização do questionário, tendo em vista a apuração dos dados, a qual chamamos de tabulação, fase em que se calculam as porcentagens relativas aos quesitos respondidos.

A partir dos dados construíram-se tabelas de distribuição de frequência relativa simples ou múltipla. Essas tabelas tiveram como objetivo principal mostrar de forma mais clara a frequência relativa entre as categorias de cada característica dos visitantes investigas.

No caso das perguntas abertas, foram estabelecidas as categorias a partir das respostas obtidas, formando grupos em função de alguma similaridade entre as respostas. Em seguida, prosseguiu-se a construção de tabelas de distribuição de frequência relativa simples ou múltipla (DENCKER, 2003).

Outra forma de tabulação realizada foi o cruzamento de duas ou mais variáveis, apresentadas na forma de gráficos. Estes gráficos foram obtidos a partir de tabelas de percentual entre as variáveis, ora respeitando-se os dois períodos de coleta (inverno e verão), ora reunindo todos os dados como forma de obter uma maior representatividade da opinião dos visitantes.

A partir da organização dos dados e apresentação na forma de tabelas e gráficos, foi possível analisar como está estruturado o turismo em relação ao uso público do Parque do Tabuleiro em Santo Amaro. Como resultado, foram estabelecidas as características dos visitantes que utilizam os diversos tipos de turismo existentes no município e mostrou-se a relação dos grupos de visitantes com o uso público do parque, seja de forma positiva ou negativa.

Para completar a análise dos visitantes, buscaram-se as evidências nas falas dos entrevistados. Estes foram representados pelos atores responsáveis diretos ou indiretos no desenvolvimento do turismo em Santo Amaro. O conteúdo das entrevistas, após transcritas, foi organizado com a separação por blocos cujas respostas estavam ligadas a uma questão de cada vez.

Posteriormente foram ressaltadas as falas em comum, consideradas uma evidência, mas também as falas que se contradizem, tornando-se valiosas na análise comparativa entre a opinião dos visitantes e dos atores envolvidos.

Os resultados da análise das entrevistas, em comparação com a análise dos visitantes, permitiram chegar a discussão pretendida na pesquisa. A relação entre o turismo e o uso público do Parque do Tabuleiro em Santo Amaro foi identificada estabelecendo-se sua relação com a fundamentação teórica apresentada. Dessa forma, procurou-se fornecer subsídios para a gestão turística do parque no município.

1.4 ELABORAÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS

No presente estudo, os mapas temáticos utilizados provêm da proposta de zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro⁵. Os mapas apresentados na proposta foram construídos a partir da base cartográfica composta da reambulação das folhas topográficas IBGE, cartas topográficas CECAUEX e carta topográfica EPAGRI, atualizadas sobre cenas Land Sat7 Etm+ bandas 5,4,3 – órbita e ponto 220_079 do ano 2000. Malha municipal do Estado da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração do Mercosul – SDE.

Os mapas base originais da proposta se apresentam na escala 1:100 000, sendo que o mapa da contribuição superficial está na escala 1:175 000 e o mapa da contribuição superficial do município de Santo Amaro está na escala de 1:50 000. Estão no formato “pdf”, disponível em cd.

⁵ Proposta elaborada pelas empresas SOCIOAMBIENTAL e DINÂMICA, e apresentado para a FATMA em maio de 2002.

Para apresentação neste trabalho, foi feito um recorte dos mapas da proposta, a fim de se destacar a área de estudo.

O mapa de compatibilidade de uso turístico em relação ao zoneamento do Parque do Tabuleiro em Santo Amaro foi obtido com a união dos mapas dos sítios de interesse ecoturístico e o mapa da proposta de zoneamento, com recorte para a área do município. Desta forma pode-se avaliar a localização dos atrativos turísticos com relação as áreas definidas pelo zoneamento, observando-se os conflitos de uso turístico que podem ser gerados.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TURISMO E USO DO ESPAÇO NATURAL

Este capítulo tem como objetivo contextualizar o tema desta pesquisa com base na literatura existente, a partir de obras, artigos, teses e dissertações, publicações oficiais e alguns *sites*.

Apresentam-se as considerações sobre a evolução histórica do fenômeno turístico no mundo e no Brasil. Seguindo a mesma linha de raciocínio e cronologia, se apresentarão as questões conceituais, sendo importantes para o entendimento da base de discussão do problema.

Posteriormente, coloca-se a relação entre o turismo e o uso do espaço natural, sob a ótica da apropriação do espaço como objeto de consumo na visão da geografia.

2.1 CONSTRUINDO UMA VISÃO HISTÓRICA DO FENÔMENO TURÍSTICO

O turismo enquanto atividade que envolve o deslocamento de pessoas para lugares fora de suas residências habituais pelos mais diversos motivos, existe desde as antigas civilizações. Porém, segundo Moesch (2000), foi como atividade econômica, diante da forma de organização capitalista, que o turismo nasceu e se desenvolveu. “*Em cada avanço capitalista, há um avanço do turismo*” (MOESCH, 2000, p. 9).

A idéia de que o turismo está diretamente associado ao desenvolvimento do modelo capitalista, não se discorda. É evidente a importância econômica que a atividade turística vem alcançando, principalmente a partir da Revolução Industrial, em meados do século XVIII, com o desencadeamento de inovações tecnológicas e do processo de trabalho mais organizado. Esta deu lugar ao aumento do tempo livre e ao surgimento de uma classe média que também se interessava pelas viagens recreativas.

Dentre os principais adventos tecnológicos da revolução, destaca-se em 1807, a incorporação da máquina a vapor aos barcos e em 1814 aos trens, como fonte energética, com os quais se obteve uma maior velocidade, comodidade e capacidade de transportar viajantes e mercadorias (REJOWSKI *et al*, 2002).

Conseqüentemente, a partir do final do século XVIII, os hábitos de viagens começaram a se alterar, permitindo um novo tipo de viajante. Segundo Fernández Fuster (1974), “nessa época o turismo apresentava, tal como hoje, duas tendências: um turismo itinerante e um turismo residencial ou de estada” (*apud* REJOWSKI *et al*, 2002, p. 44).

Para esse autor, o turismo itinerante caracterizava-se por um “turismo de cidades”, praticado pela elite dominante, predominantemente Inglesa, durante as viagens conhecidas como *Grand Tour*⁶, o que conferia *status* a quem o realizava. Já o “turismo residencial” ou de estada, caracterizado por permanências mais longas nos destinos, surgira como resultado dos movimentos denominados: termalismo, cassinismo⁷ e paisagismo.

Dentre esses movimentos, o mais conhecido no século XVII, que surgiu na Europa e disseminou para outros países, chegando ao Brasil Imperial no século XIX, foi o termalismo. Mourão (1992, p.1) o define como “a permanência de pessoas doentes ou não, em localidades hidrotermais, climáticas e marítimas para fins de saúde, repouso e lazer”.

Esta permanência também se dividia em dois momentos, variando de acordo com as temporadas de inverno e verão, sendo uma característica da atividade turística marcante, até hoje denominada “sazonalidade”. Os locais sofrem alteração de fluxo em períodos determinados pelas estações climáticas, de acordo com suas potencialidades.

⁶ O *Grand Tour* é uma expressão inglesa dos séculos XVII e XVIII, que caracterizava viagens realizadas por jovens ingleses acompanhados de seus tutores pelas principais cidades da Europa. Segundo Feifer (1985 *apud* REJOWSKI *et al*, 2002, p.37) o perfil dos viajantes do *Grand Tour* era um homem inglês, solteiro, na faixa etária dos vinte anos, recém saído de Oxford ou Cambridge, procurando saber como o mundo andava e, assim, preparar-se para se tornar membro das classes poderosas.

⁷ Expressão que surge com o movimento cuja atração são os jogos, normalmente realizados em cassinos.

As estâncias termais ofereciam aos visitantes, alojamento e refeições durante sua estada, complementadas por atividades que promovem o entretenimento (teatros, bibliotecas, jogos, etc.).

Dentre as estâncias termais no século surgidas no século XVIII, “*Bath*”, na Inglaterra, foi uma das mais visitadas, e transformou a cidade de “*Cornwall*” num destino turístico conhecido como *healthy and pleasure place* (lugar saudável e de prazer). O centro denominado “*Spa*”, na Bélgica, também se tornou famoso pela afluência de ingleses no final do século XVIII e segundo Boyer (1996 *apud* REJOWSKI *et al*, p. 45) destaca “o sucesso desse destino foi tal que a “*água Spa*” passou a designar todo tipo de água mineral e, em decorrência, *Spa* tornou-se sinônimo de estação termal”.

O termalismo alcançou seu maior esplendor na Europa do século XIX entre os balneários de “*Vichy*”, na França, “*Marienbad*”, na República Tcheca e “*Baden Baden*”, na Alemanha (KHATCHIKIAN, 2000).

No Brasil, a descoberta das águas minerais, em 1913, na então cidade de Caldas da Imperatriz, SC, se transformando na primeira estância hidromineral do país, o termalismo tornou-se reconhecido e cada vez mais difundido (GUARDANI, 1999).

A atração exercida pelo entretenimento nas estâncias termais, surgidas para preencher o tempo livre após o tratamento de saúde, fez com que a procura pelo jogo ultrapassasse a motivação pelas curas hidrominerais. A verdadeira atração nos centros termais do século XVIII, passou a ser os cassinos. Conforme destaca Mourão (1997) nesta época, o centro “*Spa*” tornou-se a capital do jogo atraindo cerca de dois a três mil visitantes estrangeiros por ano, enquanto que as águas termais atraíam cerca de duzentos.

O paisagismo surge no século XIX, como um movimento que buscou um interesse maior pelo contato com a natureza, e com um modo de vida mais bucólico. Mas este desfrute era realizado inicialmente em residências campestres, ou segunda residência, próprias da aristocracia e da burguesia em ascensão. E posteriormente foram sendo criados os clubes e seus meios de hospedagem.

Nesse contexto, o movimento do romantismo na arte e na literatura também estimulou o interesse pela natureza, cenários e montanhas. A montanha passou a exercer uma atração particular, convertendo-se, também, em uma das atrações de verão. Berna, na Suíça, sendo conhecida tradicionalmente pelo desenvolvimento da pecuária intensiva, mas devido à presença de altas montanhas e boas vias de acesso, transformou-se numa das regiões turísticas mais visitadas da época (REJOWSKI *et al*, 2002).

Em meados do século XIX, o movimento de viajantes para as regiões de montanhas nos Alpes, o difundiu por toda Europa central e ocidental e com a ação dos Clubes Alpinos, este se acentuou. “*Chamonix*”, na França, foi o centro de montanha que irradiou este movimento. “*Zermatt*”, em Valais, foi uma das localidades suíças mais favorecidas para o alpinismo. Conforme destaca Khatchikian (2000), “*Saint Moritz*”, na Suíça, é um exemplo de que essas e outras localidades começaram a ser conhecidas como centro turístico de veraneio, mas com a evolução dos esportes de inverno passaram a prosperar como centro turístico de inverno.

Segundo REJOWSKI *et al* (op. cit., p.51) “*não é de estranhar, portanto, que a atração pela natureza, e não apenas pelas montanhas, tenha propiciado, em 1872, a criação do primeiro parque nacional do mundo, nos Estados Unidos*”. O Yellowstone Park, com aproximadamente 89.408 hectares⁸ de área selvagem, foi criado com a intenção de prover “benefício e entretenimento do povo”⁹.

Estes movimentos auxiliaram no aumento da procura e disseminação das viagens para locais diferenciados. Surgiram, então, os pioneiros do turismo e as primeiras entidades e associações na área, dando início à organização e à estruturação da atividade.

Autores e estudiosos do assunto consideram, de fato, que a partir de meados do século XIX, e se estendendo até o início do século XX, houve o desenvolvimento e a consolidação do turismo moderno e /ou organizado.

⁸ Valor obtido transformando-se 2,2 milhões de acres, em m² e, posteriormente em hectares.

⁹ Conforme www.yellowstone.net/history (21/01/2006).

Merece destaque o pioneiro prestador de serviços de agências de viagens, o inglês Thomas Cook. Conforme descreve Witney (1997) “Cook estabeleceu os principais fundamentos das viagens organizadas, introduzindo o conceito de pacote turístico, desenvolvendo o cooperativismo entre as empresas e outros componentes do mercado turístico” (WITNEY *apud* REJOWSKI *et al*, 2002, p.55).

O período entre a 1^o e 2^o guerras mundiais, provocou uma instabilidade do fluxo turístico. Ora se expandindo em razão do constante desenvolvimento tecnológico, principalmente com a fabricação em série dos automóveis e dos ônibus, e a retomada da construção dos dirigíveis; ora sendo interrompido nos períodos das duas grandes guerras mundiais, e no período de recessão da queda da Bolsa de Valores de Nova York. Confirma-se mais uma vez que o fenômeno turístico, assim como outras atividades econômicas, sofre os impactos diretos das crises e revoluções mundiais que afetam o capitalismo.

Após a Primeira Guerra Mundial, mesmo com a instabilidade política e econômica, observou-se uma mudança no perfil do turista. A redução da jornada de trabalho, as férias e o descanso semanal (dominical) remunerado criaram uma nova demanda por turismo. O “turismo social”¹⁰ surge através de programas elaborados por diferentes países, em especial na Itália e Alemanha, cujo principal objetivo era fornecer subsídio e organização dos trabalhadores para realização de viagens e passeios no território nacional (KHATCHIKIAN, 2000).

Com o término da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento massivo da aviação comercial e a diversificação das opções de pacotes de viagens organizados, incluindo vários serviços, deram lugar ao “turismo de massa”¹¹.

Na década de 1960 o turismo se consolidou em decorrência das primeiras operadoras turísticas, do aumento das vendas de passagens aéreas e da profissionalização e surgimento das grandes cadeias de hotéis que seguem um padrão internacional (BARRETO, 1995).

¹⁰ Turismo destinado a classes sociais menos favorecidas economicamente, garantido pelo Estado, a preços mais econômicos (BARRETO, 1995).

¹¹ Denominação de um tipo de turismo relacionado ao volume de turistas em uma viagem organizada (IGNARRA, 1999).

Diante do crescimento da atividade turística, houve uma preocupação maior dos empresários, políticos e estudiosos, em revelar os aspectos positivos do turismo, tanto do ponto de vista econômico quanto sociocultural. Esta fase se caracterizou como uma *plataforma de defesa*, que segundo Jafari (1992) “*as abordagens ressaltam os aspectos positivos do turismo, assumida e difundida principalmente pelos empresários e entidades internacionais de turismo*” (JAFARI *apud* REJOWSKI *et al.*, 2002, p.109-110).

Conforme se verifica nas estatísticas realizadas pela Organização Mundial do Turismo - OMT (2006)¹², “*o crescimento substancial da atividade turística a torna um dos fenômenos sociais e econômicos mais marcantes do século XX*”. Os dados mostram que de 1950 a 2000 o turismo mundial teve um crescimento anual médio de 6,8%, quando o número de registro de chegadas internacionais passou de 25 milhões de turistas em 1950 para 680,6 milhões em 2000.

Os dados da OMT atestam que a importância econômica do turismo passou a ser registrada a partir de 1950. Cabe explicar que isso não significa que anterior a esta data a atividade turística não possuísse importância econômica, nem que o seu crescimento é ininterrupto, mas sim que o turismo ganhou força e reconhecimento como atividade geradora de renda e divisas a partir da divulgação desses dados.

Mas, com o aumento do fluxo de visitantes concentrado em algumas localidades, alguns estudiosos começaram a pensar os aspectos negativos decorrentes da atividade turística. Apoiado na colocação de Ceballos-Lacuráin, Soldateli (1999, p.18) coloca que:

Se por um lado o turismo firmava-se como fenômeno social e econômico através do deslocamento de massas organizadas, por outro se começava a perceber que o turismo não gerava apenas benefícios (econômicos) para as comunidades receptoras, mas também implicava em prejuízos no que diz respeito à perturbação e alteração de valores sócio-culturais destas comunidades e, distribuição desigual de renda e benefícios oriundos da atividade, além de danos ao ambiente natural.

Na década de 1970, portanto observou-se uma postura de contestação, na medida em que começaram a ser percebidos os efeitos negativos do turismo. É a

¹² Disponível em www.world-tourism.org/facts/eng/historical. Base de dados de novembro de 2005. Acesso em 20/01/2006.

plataforma de advertência, que se firmava entre as organizações mundiais de turismo (JAFARI *apud* REJOWSKI *et al.*, 2002).

A partir de 1980, as preocupações com o meio ambiente e com a qualidade de vida começaram a gerar discussões mais profundas em relação aos benefícios e prejuízos da atividade turística. Para Rejowski (*et al.*, 2002, p.96) “*ao lado do turismo de massa, em franca evolução apesar das crises e recessões no período, progrediu o discurso em prol do desenvolvimento sustentável ou durável*”. Surgiram e consolidaram-se expressões como o ecoturismo, o agroturismo, o turismo ecológico e o turismo de aventura¹³ e procurou-se ampliar o conceito de capacidade de carga, a fim de limitar a quantidade de turistas nas destinações e atrações turísticas.

Segundo Jafari (1992), “*esta nova postura foi aceita por acadêmicos, consultores, conservacionistas, planejadores e operadores turísticos, a qual denominou de plataforma de adaptação*” (JAFARI *apud* REJOWSKI *et al.*, 2002, p.111).

Convém explicar que essas denominações, apoiadas no discurso vigente, foram surgindo como uma forma de segmentação do mercado turístico. Procuravam-se novos nichos de mercado, para atingir a um público cada vez mais diversificado, que procurava viagens mais individualizadas e para locais mais afastados dos centros urbanos.

A concorrência acirrada no cenário mundial também fez com que o marketing se tornasse um instrumento importante na atividade turística. Fatores como a segmentação, a reformatação de produtos, a criação de novos produtos, destinos e tipologias de turismo, os investimentos por parte da iniciativa privada e pública na infra-estrutura turística, comprovam a consolidação da atividade.

As pesquisas e o ensino na área também avançam, diante da evolução da atividade. Na década de 1990, as experiências e discussões ocorridas nas décadas anteriores estimularam a produção científica contínua e mais aprofundada sobre o

¹³ O turismo de aventura surge com mais evidência a partir de 1990.

tema, com base na visão holística do turismo e em pesquisas de caráter científico. É a *plataforma do conhecimento científico*¹⁴ (JAFARI *apud* REJOWSKI *et al.*, 2002).

O século XX, especialmente de 1974 a 2000, foi marcado pela verdadeira complexidade e abrangência do turismo, diante de tantas mudanças, onde tudo é questionado, inovado, criado e reformatado. Conforme Rejowski (*op. cit.*, 2002, p.112):

Duas forças impõem-se e novos cenários surgem: a sustentabilidade e a globalização. Desafios constantes levam à importância do planejamento e gestão estratégica, à formação e capacitação de recursos humanos de qualidade, e ao desenvolvimento de pesquisas e estudos científicos.

2.2 ABORDAGEM CONCEITUAL TURISMO E ESPAÇO

À medida que a atividade turística foi se firmando como atividade econômica mundial, foram se intensificando os estudos acerca do seu desenvolvimento e as implicações positivas e negativas observadas nas localidades, advindas da sua prática.

As várias definições formuladas na tentativa de se esclarecer o turismo sob os aspectos econômicos e sócio-culturais, demonstram a multiplicidade de enfoques e complexidade que o envolvem. O conceito formulado por Oscar de La Torre (*apud* IGNARRA, 1999, p. 24) tenta colocar os aspectos intrínsecos desta atividade quando coloca:

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Percebe-se que além do deslocamento temporário e voluntário, aparece neste conceito a complexidade que envolve este fenômeno, quando se coloca que o turismo gera múltiplas inter-relações. Embora os dados numéricos representados

¹⁴ Rejowski (2002, p.111) explica que essas quatro abordagens apresentadas por Jafari (1992), embora tenham surgido cronologicamente, todas co-existem e são importantes na atualidade.

pelos fluxos dos viajantes atestem a importância econômica do turismo, este se configura um fenômeno social, cultural, político e ambiental.

Fica claro que, em síntese, o turismo é uma atividade de caráter humano, pois são os homens que se deslocam, a partir de necessidades pessoais ou coletivas estabelecendo relações com as pessoas do lugar visitado.

Diante da necessidade do ser humano de conhecer o outro, com seus modos de vida, hábitos, costumes, aparece a relação sócio-cultural. Esta relação pode ser benéfica para ambas as partes, ou pode gerar impactos negativos, nos quais são visualizados seus prejuízos, em sua maioria, nas localidades visitadas. Na visão do sociólogo Jost Krippendorf (1989, p.83) *“a integração dos visitantes com as comunidades dos locais visitados parte de uma boa intenção, mas não é realizável e, no fundo, também não é desejável”*. Para ele o “fosso cultural” é muito grande para ser transposto no curto espaço de tempo das férias.

Ruschmann (2002, p.50) ainda complementa esta ideia colocando que *“o desejo de conhecer os modos de vidas de outros povos nem sempre vem acompanhado do devido respeito, da devida consciência do valor e do legítimo interesse por parte dos visitantes”*.

A relação econômico-política que se estabelece com a atividade turística, se traduz com implantação da infra-estrutura e prestação de serviços necessários para atender as necessidades dos consumidores em viagens. Para Andrade (1998), o turismo é um conjunto de serviços ligados à organização, promoção e execução de viagens, em atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais.

A infra-estrutura turística é importante ser analisada, uma vez que para ser considerado um destino turístico, a localidade deve oferecer infra-estrutura de acesso, hospedagem, alimentação, entretenimento, agenciamento e demais serviços associados à atividade turística. Esta infra-estrutura se desenvolve a partir de iniciativas privadas e públicas, em parceria, ou não. Daí se estabelece a relação política.

A associação da infra-estrutura e os atrativos turísticos locais resultam no “produto turístico”. A relação econômica passa a dominar quando o “produto turístico” é comercializado.

Para uma definição de “produto turístico”, Ignarra (1999, p.30) escreve que este é constituído por um conjunto de serviços, que funcionam em torno de um atrativo. Lembra que o seu conceito extrapola à idéia de produto da economia¹⁵.

O atrativo turístico e a localidade em que este se encontra, tornam-se os geradores do deslocamento das pessoas. E o fluxo de pessoas que se deslocam promovem a necessidade de estruturação dessas localidades para transformarem seus atrativos em produtos turísticos, sendo consideradas como destinos turísticos.

Os destinos turísticos configuram-se um conjunto de inter-relações sociais, culturais, econômicas e políticas que acontecem em determinado espaço. Portanto, aparece de forma clara e indissociável, na medida em que estão constituídos os destinos turísticos, a relação entre o turismo e o espaço de que este se utiliza para acontecer.

Para reforçar esta afirmação, Cruz (2003, p.5) coloca que “*o turismo, é antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo*”.

Por sua vez, o espaço geográfico, enquanto “mercadoria” é analisado por Santos (1986, p.19):

O espaço, soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra, é formado pelo espaço construído que é também espaço produtivo, pelo espaço construído que é apenas uma expectativa, primeira ou segunda, de uma atividade produtiva, e ainda pelo espaço não-construído mas suscetível – face ao avanço da ciência e das técnicas e às necessidades econômicas e políticas ou simplesmente militares – de tornar-se um valor, não-específico ou particular, mas universal, como o das mercadorias no mercado mundial.

A valorização dos espaços pelo turismo se configura em função de fatores políticos, econômicos e culturais. Portanto, estes espaços são diferentemente

¹⁵ O “produto turístico” aqui é apresentado não como um bem material final. Seu entendimento parte do conceito apresentado por Ignarra (1999), onde o conjunto de serviços e atrativos resulta em uma experiência vivenciada na localidade escolhida pelo viajante.

valorizados pelas sociedades, o que implica que todo espaço do planeta pode ser considerado, também, espaço do turismo (CRUZ, 2003).

Por outro lado, Boullón (2002, p. 79) define o espaço turístico como:

Conseqüência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do turismo. Este elemento do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infra-estrutura turísticos, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país.

Os objetos introduzidos no espaço, ou aqueles já existentes, que passam a ser re-significados e re-valorizados pelo turismo constituem-se na oferta turística capaz de atender a demanda de uso turístico do espaço.

“A dinâmica de produção dos territórios turísticos (ou seja, da apropriação dos espaços pela prática social do turismo) comporta, com a incorporação de novos espaços, o abandono parcial ou total de outros, pois entre os fatores que determinam sua valorização, destacam-se os modismos, produzidos pela ação determinante do marketing” (CRUZ, *op. cit.*, p.12).

A autora ainda complementa que “*nesse processo de apropriação dos espaços pela prática social do turismo está a gênese dos territórios turísticos*” (idem, 2003, p.12).

De acordo com o uso dos territórios pelo turismo, surgem tipos e intensidades diferentes de fluxos – entende-se de capitais, de informações e de pessoas – que passam a existir nesse local. “*Esses fluxos são, tendencialmente, determinados fora do lugar, pelas pontes estabelecidas entre o local e o global*” (CRUZ, 2003, p.13).

Atualmente a visão do fenômeno turístico está embasada no processo de globalização. Segundo Keller (2005, p. 3) “*o processo irreversível de globalização está mudando nosso mundo. O turismo tem sido um fator importante na aceleração desse processo*”.

Segundo o mesmo autor (idem, p.4) como um processo, “*a globalização une todas as esferas da vida por meio do que hoje é chamado de networking (redes de relacionamento)*”. Desta forma, “*toda a humanidade converge, de maneira clara e dinâmica, para uma condição global*” (idem, p. 4).

Analisando-se o desenvolvimento do turismo, atualmente, percebe-se que o processo de sua globalização ainda está nos estágios iniciais. A incidência de uma

concorrência cada vez mais acirrada, e a aceleração no processo de reestruturação dos destinos turísticos, não atinge a todos os lugares e não possui a mesma aceitação por parte das diferentes culturas locais.

Conforme Cruz (2003), nem todos os recantos do planeta já foram apropriados, de alguma forma, pelo turismo. Existem ainda *territórios sem turismo*. Por outro lado, existem territórios criados em espaços, onde naturalmente não existiriam, sendo considerados *turismo sem territórios*¹⁶.

2.3 TURISMO E ESPAÇO NATURAL

“Até o século XIX, a natureza era vista pelo homem como um desafio, algo selvagem que devia domesticar; depois da industrialização começa a ser vista como algo a ser preservado e desfrutado” (BARRETO, 1995, p. 51). A autora complementa que este tipo de turismo ganha cada vez mais adeptos na medida em que aumenta a deterioração da qualidade de vida nos grandes centros urbanos.

Conforme coloca Cruz (2003, p. 17) *“foi, fundamentalmente, na década de 1990 que modalidades de turismo relacionadas a espaços naturais cresceram em importância no conjunto dos segmentos das viagens turísticas”*.

Esta importância dada aos espaços naturais para a realização de alguns tipos de turismo, não deve representar apenas a apropriação destes espaços pelo turismo, mas sim uma maior conscientização da proteção desses ambientes. Como afirma Ruschmann (2002, p. 27) *“se pelo lado da demanda, a motivação “contato com a natureza” se torna cada vez mais intensa, a natureza intacta e protegida passa a ser um argumento comercial importante”*.

Essas práticas de turismo associadas ao “contato com a natureza”, recebem diversas denominações, dentre as quais se destaca o ecoturismo, trazendo em seu contexto atividades ligadas a prática de esportes, a observação e interpretação dos ambientes naturais visitados.

¹⁶ Termos utilizados por Cruz (2003) e adaptados de Knafou (1996).

O conceito de ecoturismo mais difundido e adotado pela área governamental e pelos órgãos oficiais de turismo e meio ambiente no Brasil¹⁷, foi incorporado a partir dos conceitos adotados pelas organizações, entidades e personalidades das áreas ambientalista e conservacionista, conforme observa Pires (*op. cit.*, p. 150).

Dentre alguns destes, destaca-se o conceito desenvolvido por Héctor Ceballos-Lascuráin, e adotado pelo Programa de Ecoturismo da União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN (1993 *apud* PIRES, 2002, p. 145):

Ecoturismo ou turismo ecológico consiste em viagens ambientalmente responsáveis com visitas a áreas naturais relativamente sem distúrbios, para desfrutar e apreciar a natureza – juntamente com as manifestações culturais do passado ou do presente que possam existir –, e que ao mesmo tempo promove a conservação, proporciona baixo impacto pelos visitantes e contribui positivamente para o envolvimento socioeconômico ativo das populações locais.

Percebe-se que a maioria dos conceitos adotados tem uma preocupação com relação aos princípios de sustentabilidade e/ou conservação do meio ambiente, seja ele natural ou cultural, de conscientização ambiental, tanto do turista quanto da comunidade local com relação à responsabilidade de uso e à promoção do bem estar das populações.

O **ecoturismo** tratado neste trabalho não deve ser considerado apenas um termo utilizado para satisfazer uma nova modalidade de turismo que utiliza a natureza como palco para realização de atividades de lazer. Representa, acima de tudo, **um conceito orientador para a viabilidade desta atividade** que tem alcançado um enorme crescimento a partir das últimas décadas do século XX. Conforme caracteriza Pires (2002, p. 139):

Não deixando de enfocá-lo como uma opção turística e, assim, caracterizar as motivações por ele despertadas e as atividades em nome dele desenvolvidas, trata-se, porém, de desprender o ecoturismo de sua circunscrição meramente tipológica no contexto turístico e conferir-lhe a devida dimensão de fator de agregação de interesses múltiplos – entre os mais ambiciosos, o de apresentar-se como alternativa para um desenvolvimento com características conservacionistas.

A partir dos interesses múltiplos atribuídos na formação de conceitos e princípios do ecoturismo, fica clara a relação turismo-ambiente, entendendo este

¹⁷ Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. MICT / MMA, cit.

ambiente como o espaço natural aqui representado. Desta relação, segundo o mesmo autor (*idem*), citando Buckley (*apud* PIRES, 2002, p. 140) “*deduz-se que os recursos naturais e seu potencial turístico, a sustentabilidade econômica e ambiental – por meio da geração de renda e manejo dos impactos ecológicos – e a educação constituem-se nos principais aspectos emergentes da relação turismo-ambiente*”.

O papel educativo do ecoturismo é um aspecto importante que o diferencia do turismo convencional de massa, juntamente com a promoção da sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica, e a participação ativa da comunidade local.

Os conceitos existentes sobre ecoturismo geralmente são provenientes dos diversos interessados nesta atividade, e portanto, não se caracterizam definições, mas um conjunto de aspectos relevantes que o distingue das demais formas de uso turístico.

Analisando-se a prática das atividades com base na natureza, principalmente às práticas esportivas de alto potencial de impacto (*motocross, off-road, náutica motorizada, caça e pesca*), estas revelam uma gama de fatores que podem contribuir de forma negativa para a conservação ambiental e para o desenvolvimento da população local. Tornam-se, portanto, incompatíveis com o conceito de ecoturismo (PIRES, *op. cit.*).

Conforme verificou Wearing & Neil (2001, p. 09):

O ecoturismo implica um foco sobre a natureza como motivação principal da viagem, para maior conhecimento e consciência da natureza. Contudo, isso também implica a noção de que a atividade do ecoturismo pode contribuir positivamente para a conservação da área de turismo ou da comunidade anfitriã, desde que seja implantado rigorosamente por meio de um sistema eficiente de controles de operação e planejamento.

Cabe aqui então, uma reflexão sobre o planejamento e a gestão do ecoturismo, enquanto praticado em áreas protegidas, estabelecidas na forma de **unidades de conservação**. Estes mecanismos de planejamento e gestão têm como objetivo aliar os princípios do turismo com os da conservação ambiental intrínsecos destas áreas, de forma a contribuir com a prática sustentada.

3 O TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Após contextualizar o turismo, com seus aspectos históricos e conceituais, e apresentar sua relação com o uso do espaço natural, cabe apresentar de maneira mais detalhada sua prática em espaços legalmente instituídos, denominados, no Brasil, de unidades de conservação.

A legislação que cabe a estas áreas, desde seus aspectos conceituais de aplicação, até sua inter-relação com a função turística é aqui apresentada. Para isto, a categoria parque recebe uma atenção especial.

O planejamento e a gestão adequados dos parques para fins de uso público turístico merecem ser destacadas como entendimento das possibilidades de uso, visando sua conservação.

Um panorama mostrando a realidade do planejamento e gestão do turismo nos Parques Estaduais da Região Sul do Brasil serve como subsídio para entender as potencialidades e as limitações dessas áreas, em condições próximas à realidade do Parque do Tabuleiro. Desta forma, torna-se mais claro o entendimento conceitual para se descrever as características da área de estudo.

3.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DA PROTEÇÃO AO USO PÚBLICO

As Áreas protegidas estabelecidas como um dos principais mecanismos de proteção da diversidade biológica mundial, são tratadas como unidades de conservação no Brasil e sistematizadas a partir da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em julho de 2000 através da Lei 9985.

Neste, o termo Unidade de Conservação é definido como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob

regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Porém, cabe ressaltar que embora na maioria dos países o termo "área protegida" signifique automaticamente o que aqui denominamos "unidades de conservação", no Brasil, estes termos apresentam distinções importantes. Como áreas protegidas, são consideradas todas aquelas áreas assim determinadas por lei, como as margens dos rios, os topos dos morros, as encostas íngremes, as reservas legais das propriedades e também as unidades de conservação de diferentes categorias (MILANO, 2002, p. 3).

Neste trabalho, portanto, refere-se ao termo unidades de conservação como uma condição específica, tal como está explicitada em seu conceito. Pois, dessa forma pode-se tratar das definições de limites de uso das mesmas, bem como dos objetivos específicos almejados, incluindo nestes os objetivos para fins turísticos, recreativos e educacionais.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação é constituído pelo conjunto das Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, que devem possuir como objetivo geral manter os recursos naturais em seu estado original, para usufruto das gerações atuais e futuras.

Os objetivos específicos definidos pelo SNUC, em seu Art. 4º, são:

- I – contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II – proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III – contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV – promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V – promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI – proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

VII – proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

VIII – proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

IX – recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

X – proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XI – valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XII – favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Contudo, para que todos os objetivos sejam atendidos nacionalmente, foram instituídos dois grupos com características específicas, e suas respectivas categorias de unidades de conservação com diferentes tipos de manejo, ou gestão.

A divisão em grupos serve para direcionar os objetivos com relação à permissão ao uso direto ou indireto das unidades de conservação, caracterizadas como:

a) **unidades de conservação de uso indireto** – aquelas onde estão totalmente restringidas a exploração ou o aproveitamento direto dos recursos naturais, admitindo-se apenas o aproveitamento indireto dos seus benefícios. São identificadas como **Unidades de Proteção Integral**.

b) **unidades de conservação de uso direto** – aquelas nas quais a exploração e o aproveitamento econômico direto são permitidos, mas de forma planejada e regulamentada. São identificadas como **Unidades de Uso Sustentável**.

Já a divisão em categorias de manejo decorrem desta divisão em grupos e visam atender a todos os objetivos nacionais de conservação. Por este motivo,

existem várias categorias de manejo, de forma que cada uma contempla objetivos de manejo diferenciados.

Vale ressaltar ainda que a divisão em categorias de manejo de unidades de conservação no Brasil está baseada naquela adotada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), conforme cita Milano (2002, p. 6).

Até 2000 o país contava com uma situação relativamente confusa quanto ao conjunto de categorias de manejo conceitual e legalmente instituídas. Tanto existiam categorias que, por profunda semelhança de objetivos, se equivaliam, como categorias sem definição clara de objetivos de manejo. Verifica-se então, que a partir de 2000, com a lei do SNUC, começa-se uma nova era para a organização, planejamento, manejo e reconhecimento público das unidades de conservação no Brasil. (MILANO, 2002, p.12).

Sobre a divisão em categorias de manejo das unidades de conservação Brasileiras, destaca-se a categoria **parque**, por ser a única que possui uma política internacional delineada, conforme observou Brito (2000, p. 42).

Deve-se a estas condições o fato dos parques serem os mais bem definidos, em termos legais, com relação ao uso das unidades de conservação para fins turísticos e recreativos. Justifica-se a preocupação apresentada pela maioria dos autores que tratam do ecoturismo em parques.

3.1.1 Categoria Parque

Os **parques** (Nacionais, Estaduais e Naturais Municipais) correspondem à categoria inserida no grupo das **Unidades de Proteção Integral** e possuem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Percebe-se que, apesar de estar inserida no grupo de proteção integral, a visitação é permitida, desde que controlada e condicionada a restrições específicas relativas às atividades culturais, educativas, turísticas e recreativas. "*Estradas e instalações para quaisquer outros fins devem restringir-se ao mínimo indispensável e sempre no interesse exclusivo da proteção integral da área, que será sempre a finalidade básica dominante*" (MILANO, 2002, p.13).

É ressaltado na lei do SNUC, em seu Art. 11, parágrafo 4º que as unidades dessa categoria, quando criadas pelos Estados ou Municípios, serão denominadas respectivamente, Parque Estadual e Parque Municipal. E estas são administradas, por sua vez, pelos órgãos ambientais responsáveis em seus níveis estaduais e municipais.

No Estado de Santa Catarina, os parques estaduais são consolidados pela LEI N° 11.986, de 12 de novembro de 2001, a qual "Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza e adota outras providências" (SANTA CATARINA, 2001).

Esta define em seu Art. 12 os objetivos dos parques estaduais, tal como:

O Parque Estadual tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, na recreação em contato com a natureza e ecoturismo.

Porém, conciliar o atendimento aos visitantes com a conservação da área, é tarefa árdua e deve estar contemplada no **Plano de Manejo** dos parques, dentro do **Programa de Uso Público**.

3.2 PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO NOS PARQUES

A necessidade de planejamento verificada a partir da utilização das unidades de conservação que permitem o uso público se confirma com a exigência legal de que todas as unidades de conservação devem dispor de um plano de manejo com a finalidade de se fazer cumprir os objetivos propostos pelas mesmas.

O **Plano de Manejo** é definido segundo a Lei do SNUC (Art. 2º, inciso XVII), como sendo:

[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, estabelece-se o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Este deve “*abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades*” (idem, artigo 28, inciso 2º). Desta forma, o regulamento dos parques tem no plano de manejo, a busca pela conciliação entre a conservação e a utilização dos recursos de forma a garantir sua sustentabilidade.

O uso público dos parques pelo turismo deve ser orientado pelo seu plano de manejo através do **programa de uso público**.

O uso público das unidades de conservação para a prática das atividades de ecoturismo e de interpretação ambiental têm objetivos claros, conforme observam Fukahori e Soliani (2003, p.71):

[...] o uso público que inclua a interpretação ambiental e a visita a trilhas, tem como objetivo sensibilizar os visitantes em relação à importância de uma unidade de conservação, proporcionando através da vivência prática, maior conhecimento sobre os processos da natureza.

No caso do Estado de Santa Catarina, a elaboração deste programa está respaldada na lei do SEUC. Esta afirma que “*a visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo de Unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável pela sua administração e àquelas previstas em regulamento*” (SANTA CATARINA, 2001, Artigo 12, inciso 2º).

Segundo o Fundo Mundial para a Vida Selvagem – *World Wildlife Fund* – WWF (apud LINDBERG & HAWKINS, 2001), a administração de áreas protegidas é um dos principais pontos de interesse comum entre o ecoturismo e os objetivos conservacionistas, que requer providências urgentes devido ao aumento do fluxo de turistas nessas áreas.

Neste sentido, a Sociedade Internacional de Ecoturismo (*The Ecotourism Society*) em conjunto com a WWF publicaram em 1993, as diretrizes para diagnóstico e planejamento do ecoturismo direcionado aos administradores de unidades de conservação (LINDBERG & HAWKINS, 2001). Especificamente na categoria de parques, este documento tenta dar subsídios para uma boa administração destas áreas, na qual contemple a administração de recursos financeiros, de pessoal e das atividades desenvolvidas no interior e/ou no entorno dos parques pela população local e principalmente estabelecer a relação entre estes aspectos que as cercam e o turismo.

Conforme descreveu Lindberg & Hawkins (2001), a proposta é que seja avaliado que tipo de turismo é o melhor para cada área, para que se crie uma estratégia servindo de guia para a gestão e administração do parque. A partir dessa avaliação, o gerenciamento implica na promoção ou limitação do turismo em determinada área para que a atividade aconteça de forma organizada, como propõe o processo de planejamento.

Neste documento, portanto, a proposta da criação da estratégia de desenvolvimento e gestão do ecoturismo, é sugerida em três fases:

- I. Avaliar a situação atual – trata-se de uma análise do ambiente interno e externo do local de estudo a fim de se conhecer melhor os limites e arredores do local;
- II. Determinar o nível de turismo desejado e criar um plano – Nesta fase devem ser observados os objetivos do turismo desejado que aconteça na área, e a partir de então se sugere a criação de um plano de ação que estabeleça os passos necessários para se obter o nível de turismo desejável;
- III. Escrever um documento sobre a estratégia ecoturística – Dessa forma, as informações reunidas servirão de fontes para captação de recursos e poderá se tornar o plano ecoturístico oficial da área contribuindo para um direcionamento das ações em favor do desenvolvimento sustentável da atividade.

Verifica-se que estes passos sugeridos tornam-se um completo processo de planejamento, o qual tem no “Plano Ecoturístico” o documento oficial representando

o programa de ecoturismo exigido como parte integrante do plano de manejo dos Parques que permitem o uso público.

Porém, é importante considerar que esta proposta serve apenas como modelo a ser adaptado de acordo com a realidade de cada parque, no qual o ecoturismo está presente, de forma que se faz necessário sofrer algumas modificações diante da diversidade de objetivos de cada área e, principalmente, a partir da vontade e realidade de cada contexto social.

Dessa forma, entende-se que o ecoturismo enquanto praticado em unidades de conservação, mas especialmente em parques e, enquanto planejado e gerido responsávelmente pelos administradores destas áreas em conjunto com a comunidade local, pode beneficiar a conservação do meio ambiente, assim como as próprias comunidades e desta forma, contribuir para que seus objetivos e princípios sejam satisfeitos.

Lembrando-se que os Parques Estaduais fazem parte desta categoria, cabe apresentar um panorama dos instrumentos de planejamento e gestão utilizados nos Parques Estaduais da região Sul do Brasil, como referencial para uma análise do uso público com fins turísticos no Parque do Tabuleiro.

3.3 O TURISMO NOS PARQUES ESTADUAIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL

A Região Sul do Brasil detém atualmente 38 parques estaduais (MMA, 2006). Estes representam, em sua maioria, o Bioma Mata Atlântica que é considerado um dos mais ricos em termos de biodiversidade e de endemismo do planeta, pois possui espécies da fauna e da flora que só acontecem nestas determinadas regiões em todo o mundo.

Os Parques Estaduais da Região Sul do Brasil merecem destaque, pois possuem realidades semelhantes se comparados entre si. Estas semelhanças ocorrem na caracterização das áreas no tocante às questões ambientais e sócio-econômicas das comunidades locais envolvidas.

Contudo, verifica-se que as metodologias utilizadas para o planejamento e a gestão destas áreas entre os três estados diferem um pouco entre si. Estas são apresentadas individualmente, para cada estado e depois, estabelecem-se as semelhanças e contradições entre elas.

3.3.1 Parques do Paraná

O Instituto Ambiental do Paraná – IAP – é o órgão executivo da administração indireta, vinculado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA – criado pela Lei Estadual nº 10.066/92 e alterada pela Lei Estadual nº 11.352/96. Dentre as atribuições do IAP, destacam-se aquelas referentes à gestão das unidades de conservação estaduais, organizada nas seguintes coordenadorias:

- Regularização fundiária das unidades de conservação;
- Criação e ampliação de unidades de conservação;
- Planejamento de unidades de conservação;
- Recuperação de áreas degradadas nas unidades de conservação;
- Implementação e manutenção de unidades de conservação;
- Comunicação e apropriação social das unidades de conservação;
- Apoio à consolidação das reservas particulares do patrimônio natural;
- Apoio e parcerias com os municípios;
- Pesquisa nas unidades de conservação.

Desenvolvendo-se estas ações, o IAP pretende cumprir os objetivos de criação das unidades, garantindo a conservação e proteção da biodiversidade, propiciando o uso público com as atividades de lazer e recreação, desenvolvendo trabalhos de educação ambiental e garantindo o desenvolvimento de pesquisas científicas (IAP, 2006).

O Estado do Paraná possui atualmente 61 unidades de conservação estaduais, sendo que 24 pertencem à categoria de parques estaduais.

A partir de 1995 foi dada ênfase especial para a questão da regularização fundiária das unidades de conservação estaduais. Nesse período (1995 - 2002) efetuou-se a regularização de aproximadamente 7.000 hectares inseridos por Decretos em UCs, mas que não estavam sob domínio pleno do Estado, sendo que sobre algumas áreas pendiam inclusive processos judiciais de desapropriação indireta contra o Estado (IAP, *op. cit.*).

Segundo o IAP (*idem*), até 1995 o Paraná possuía apenas dois parques com planos de manejo e a partir de então, se deu maior atenção na elaboração, revisão e implementação de Planos de Manejo das unidades. Assim, 12 parques estaduais já possuem seus planos de manejo concluídos, que de forma cronológica são: Parque Estadual do Caxambu (1985), Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo (1987), Parque Estadual Pico do Marumbi (1995), Parque Estadual da Serra da Baitaca (1999), Parque Estadual Rio Guarani (2002), Parque Estadual da Mata dos Godoy (2002), Parque Estadual do Guartelá (2002), Parque Estadual do Cerrado (2002), Parque Estadual das Lauráceas (2002), Parque Estadual do Monge (2002), Parque Estadual de Campinhos (2003) e Parque Estadual de Vila Velha (2004).

A partir dos Planos de Manejo, o Estado reconheceu a necessidade de implantação de infra-estrutura adequada ao gerenciamento e ao uso das unidades pela população. Até 1995 o Paraná contava com essa infra-estrutura, embora precária, apenas nos parques de Vila Velha, em Ponta Grossa, e de Vila Rica do Espírito Santo, em Fênix. A partir de então implantaram-se: Centros de Visitantes, sanitários, lanchonetes, Centros de Pesquisa, alojamentos, casas para Guardas-Parque, churrasqueiras, trilhas interpretativas, placas de sinalização e orientação, passarelas, portais e outras estruturas em mais dezessete unidades de conservação, sendo que outras nove vem recebendo infra-estruturas que foram concluídas até o final de 2002 (IAP, *op. cit.*).

Destaca-se que o Parque Estadual de Vila Velha possuía obras irregulares, tais como: piscina de alvenaria, estrada asfaltada, lanchonetes encravadas no arenito e iluminação com holofotes em locais inadequados. Por determinação judicial em 1991, estas obras teriam que ser demolidas e o parque foi fechado para visitação em janeiro de 2002 (FOLHA DO PARANÁ, 2001). Este foi reaberto em novembro de 2002, mas só foi revitalizada parte da infra-estrutura, sendo necessária a sua re-

adequação para receber os turistas sem por em risco o patrimônio natural, conforme analisou um grupo de estudantes do curso de geografia da UFSC, que estiveram no parque em visita de campo em 2003 (TV PARANAENSE, 2003).

Contudo, segundo o IAP (*op. cit.*), há uma busca no processo de concessões de serviços em unidades de conservação, através da iniciativa privada, bem como parcerias com Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Prefeituras Municipais a fim de que a gestão compartilhada possa trazer benefícios ao manejo e à sustentabilidade ambiental e econômica das áreas. Entretanto, dos doze parques estaduais abertos à visitação, apenas dois possuem visitação orientada.

O Parque Estadual do Pico do Marumbi possui um centro de visitantes e abriga o primeiro corpo de socorro em montanha do Brasil. É palco de pesquisas de capacidade de carga e possui trilhas demarcadas e sinalizadas para visitação.

O Parque Estadual Mata São Francisco preserva a última reserva de mata nativa da região norte do Estado do Paraná. Protege inúmeras espécies vegetais, além de ser habitat de vários animais silvestres e diversas aves, que podem ser observados em trilhas para visitação.

O Parque Estadual Mata dos Godoy é considerada área experimental em visitação dirigida no Estado, segundo IAP (*op. cit.*). O visitante é sempre acompanhado por um estudante de biologia ou geografia da Universidade Estadual de Londrina.

O Parque Estadual do Cerrado protege remanescente único no limite de distribuição do cerrado. Fica aberto para visitação aos sábados, domingos e feriados, sendo que nas quintas e sextas-feiras, a visitação deve ser agendada previamente.

O Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo protege, entre remanescentes de várias espécies da fauna e flora, sua história se confunde com a do Paraná, pois ali foi fundada entre os anos de 1580 e 1600, a “Vila Rica Del Espiritu Santo”, sendo a única das três cidades coloniais espanholas que restou da destruição causada pelo desbravamento das terras paranaenses. Possui um museu histórico e arqueológico aberto à visitação.

O Parque Estadual da Ilha do Mel possui um conselho gestor, composto por representantes da comunidade e do poder público, que acompanha a aplicação das normas previstas no zoneamento, tendo como coordenador executivo o IAP (*op. cit.*). O parque permite a visitação pública, a educação ambiental, o lazer ordenado e a pesquisa científica. Possui trilhas, camping e normas de uso para os visitantes.

O Parque Estadual de Campinhos foi o primeiro parque brasileiro criado para proteger patrimônio espeleológico. Porém não possui visitação orientada.

O Parque Estadual do Monge possui um posto de informações, churrasqueiras, cancha de futebol e voleibol, restaurantes, lanchonetes, sanitários, estacionamento e várias trilhas. Entretanto, segundo o IAP (*op. cit.*), este se encontra com visitação não orientada e em processo de revitalização.

O Parque Estadual João Paulo II é gerenciado pelo município de Curitiba, contando com infra-estrutura de trilha, possui um conjunto de edificações em troncos de madeira, típicas da arquitetura polonesa. Mas não possui visita orientada.

O Parque Estadual do Rio da Onça foi dotado de infra-estrutura especial para visitação, sempre monitorada, em função das características da maior parte de sua área ser permanentemente alagada.

Os Parques Estaduais do Guartelá e do Lago Azul não indicam possuir infra-estrutura de visitação (IAP, *op. cit.*).

As ações do Estado referentes às áreas especialmente protegidas se estendem ainda à prestação de apoio técnico e de programas e projetos específicos tais como o ICMS Ecológico, que recompensa financeiramente municípios que possuem áreas protegidas e mananciais de abastecimento público em seus territórios, RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural - e o apoio à criação e gestão de unidades de conservação no âmbito municipal.

Um dos princípios básicos na filosofia de trabalho do IAP (*op. cit.*) é “*buscar o envolvimento e o comprometimento da sociedade, garantindo a perpetuidade das áreas protegidas do Paraná*”. Assim é que o Estado vem implementando Conselhos Gestores para as unidades, formados por membros dos poderes públicos estadual,

federal e municipal, da sociedade civil organizada, da comunidade científica do Estado e das populações diretamente relacionadas com as unidades.

3.3.2 Parques do Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul apresenta uma variedade de ecossistemas: lagoas, campos, dunas, banhados e florestas, os quais são considerados únicos pelo fato de ser a região mais meridional do país. Muitos destes ambientes já se encontram protegidos na forma de unidades de conservação, os quais até bem pouco tempo atrás existiam apenas no papel. Atualmente existem oito parques estaduais (SEMA, 2006).

Dentre os objetivos destas unidades estão: a manutenção de paisagens, o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, pesquisa científica, lazer, um banco genético de vida silvestre e produção, conforme cada uma das categorias de manejo encontradas: parque, reserva biológica, estação ecológica, Área de Proteção Ambiental e horto (*idem*).

As unidades de conservação estaduais são administradas pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP) da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), que coordena o Sistema Estadual de Unidades de Conservação.

Com a criação da SEMA, em 1998, a implementação dos parques já existentes passou a ser prioridade. Muitas dessas áreas foram criadas no início da década de 70, mas nunca houve investimento para que fossem efetivadas. Porém, a SEMA através do seu Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP) passou a investir e, hoje, três parques possuem seus Planos de Manejo encaminhados. Os planos já estão sendo implantados no Parque Estadual do Turvo (2000), no Parque Estadual de Itapuã (2002) e no Parque Estadual Delta do Jacuí, ainda está em fase de elaboração (SEMA, 2006).

O Parque Estadual do Turvo foi o primeiro a ser criado no Estado. Está localizado na região do Planalto, às margens do Rio Uruguai, a 530 km da capital. O

principal atrativo do parque é o Salto do *Yucumã*, "grande roncador", na divisa com a Argentina, considerada uma das maiores quedas longitudinais do mundo, com 1.800 m de extensão. Não possui muitas intervenções em termos de infra-estrutura de visitação, mas está aberto e cobra ingressos.

Localizado a 57 km da capital, o Parque Estadual de Itapuã (ponta de pedra) protege a última amostra dos ecossistemas originais da Região Metropolitana de Porto Alegre, com campos, dunas, lagoas, ilhas, praias e morros, às margens do lago Guaíba e da laguna dos Patos. No parque existem locais históricos como o morro da Fortaleza, a ilha do Junco e a Ferraria dos Farrapos, ligados à Revolução Farroupilha; o Farol de Itapuã, construído em 1860, marca o encontro do lago Guaíba com a laguna dos Patos. Segundo a SEMA (*op. cit.*), devido aos impactos ambientais produzidos pelo homem nas duas décadas, o parque ficou fechado por mais de dez anos, sendo reaberto em abril de 2002. Atualmente os visitantes podem desfrutar da Praia das Pombas e da Praia da Pedreira, que dispõem de infra-estrutura com churrasqueiras, banheiros, vestiários e estacionamento. O Plano de manejo deste parque prevê o limite diário de 350 pessoas em cada praia e apenas 60 pessoas/dia por trilha, divididas em grupos de 15 visitantes. As trilhas são guiadas por condutores locais, com agendamento prévio e horário fixo, sendo cobrado ingresso para as trilhas e para acesso à cada uma das praias separados. Há ainda um Centro de Visitantes com exibição de um vídeo sobre o parque.

O Parque Estadual Delta do Jacuí está situado na Região Metropolitana de Porto Alegre. É formado por 30 ilhas e porções continentais com matas, banhados e campos inundados. O complexo de ilhas funciona como filtro e esponja regulando a vazão dos rios em épocas de cheias, protegendo a população da grande Porto Alegre. A elaboração do novo plano de manejo começa a inserir a população das ilhas e as prefeituras nas decisões sobre a preservação e a melhoria da qualidade de vida. Este parque não está aberto à visitação.

O Parque Estadual de Itapeva, localizado em Torres, no litoral norte gaúcho, não possui seu plano de manejo elaborado, mas está aberto à visitação e dispõe de um camping com churrasqueiras e área de lazer. Atividades de educação ambiental podem ser agendadas e são cobrados ingressos por pessoa, por dia, sendo isentas crianças com até 10 anos de idade.

Portanto, percebe-se que a visitação nos Parques Estaduais do Rio Grande do Sul, com exceção do Parque Estadual Delta do Jacuí, está acontecendo de forma planejada e regulamentada, inclusive com a cobrança de ingressos e medidas de agendamento prévio, que além de limitar o número de visitantes, obtêm fonte de recursos para auxiliar na gestão dos mesmos.

3.3.3 Parques de Santa Catarina

O Estado de Santa Catarina conta desde 2001 com o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC – que é constituído pelo conjunto das Unidades de Conservação estaduais e municipais (LEI nº 11.986/01, Art. 3º, Capítulo II).

Dentre seus objetivos, tem-se o de “favorecer as condições para a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o ecoturismo”.

Para tanto, o SEUC é regido por diretrizes dentre as quais, destacam-se:

I - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais (ONG's), organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das Unidades de Conservação;

II - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem Unidades de Conservação dentro do SEUC;

III - assegurem, nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das Unidades de Conservação;

XI - assegurem a participação efetiva das populações locais na implantação e gestão das Unidades de Conservação;

Desta forma, o Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA – atua como órgão consultivo e deliberativo com atribuições de acompanhar a implementação do Sistema; a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDM – funciona como órgão central com a finalidade de coordenar o Sistema; e a Fundação do Meio Ambiente – FATMA – e os órgãos ambientais municipais são os órgãos executores, com a função de implantar o SEUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as Unidades de Conservação estaduais e municipais nas respectivas esferas de atuação.

A FATMA, então, é responsável pela administração de nove unidades de conservação do Estado de Santa Catarina – seis da categoria Parque Estadual, que é mais flexível quanto aos usos da área e onde o acesso ao público é normatizado, mas permitido.

As UCs da categoria parque são: Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (1975), Parque Estadual da Serra Furada (1980), Parque Estadual das Araucárias (2003), Parque Estadual Fritz Plaumann (2003), Parque Estadual Rio Canoas (2004) e Parque Estadual Acaraí (2005).

O Parque Estadual da Serra Furada abrange parcialmente os municípios de Orleans e Grão-Pará. Tem esse nome devido a um furo existente em uma grande rocha, que pode ser visto de longe. Seu relevo é extremamente acidentado e de grande beleza o que torna o Parque um local de grande potencial turístico. Contudo, não há registros de estrutura para visitação.

O Parque Estadual das Araucárias, no município de São Domingos conta com uma área de 612 hectares cobertos por Floresta Ombrófila mista, que abrigam duas espécies em extinção, a *Araucária angustifolia* (araucária) e *Dicksonia sellowiana* (xaxim). É a primeira unidade de conservação de Araucárias sob a responsabilidade do governo do Estado (FATMA, 2006). Atualmente está sendo elaborado o Plano de Manejo para o parque e, em breve, os visitantes poderão contar com trilhas, sinalizações sobre a fauna e flora.

O Parque Estadual Fritz Plaumann localiza-se no município de Concórdia. É a primeira e única unidade de conservação da floresta estacional decidual no Estado de Santa Catarina. Foi Criado como medida de compensação ambiental pelo

aproveitamento hidrelétrico da Usina de Itá, na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai (*idem*). Não possui infra-estrutura de visitação.

O Parque Estadual Rio Canoas, localizado no município de Campos Novos, é a segunda unidade de conservação do Estado de floresta ombrófila mista. A área do parque foi adquirida como doação pela Campos Novos Energia S.A., como compensação ambiental pelo aproveitamento hidrelétrico de Campos Novos, na Bacia Hidrográfica do Rio Canoas. Não possui infra-estrutura de visitação.

O Parque Estadual de Acaraí, localizado no município de São Francisco do Sul. Segundo a FATMA (op. cit.), “o parque é uma ação propositiva para o estabelecimento de uma política territorial direcionada, em especial, para o turismo e para o desenvolvimento regional”. O apoio para criação e implantação deste parque é oriundo dos recursos da compensação ambiental decorrente do licenciamento efetuado pela FATMA de uma unidade da empresa VEGA do Sul S.A.

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro será melhor caracterizado em seguida, pois se constitui objeto deste estudo. Apesar de não possuir seu plano de manejo elaborado, conta com um centro de visitantes na Baixada do Maciambu, em Palhoça, sendo aberto para visitação orientada pela trilha interpretativa de 1 km de extensão.

Verifica-se que os parques estaduais da região Sul do Brasil, de forma geral, estão sendo implementados a partir de 2000, cumprindo com a exigência de elaboração de planos de manejo, e os órgãos administrativos demonstram preocupação com a visitação turística, dotando-os de infra-estrutura e monitorando as visitas.

Comparando-se os instrumentos de gestão dos parques dos três estados, percebe-se que dos 38 parques existentes, 15 já possuem planos de manejo, sendo que um está sendo implementado. Estes estão abertos à visitação, entretanto, apenas três possuem visitação orientada.

Destaca-se que os doze parques do Paraná abertos à visitação possuem certa infra-estrutura, mesmo que algumas precárias, mas apenas dois deles possuem visitação orientada.

Entre os oito parques do Rio Grandes do Sul destaca-se que três deles estão abertos à visitação e apesar de não possuírem visitas monitoradas, todos cobram ingressos. A cobrança de ingressos auxilia na manutenção da infra-estrutura e no controle da entrada de visitantes.

Os parques de Santa Catarina são os menos estruturados. Dos seis parques, apenas o Parque do Tabuleiro possui infra-estrutura de visitação e monitoramento das mesmas.

Desta forma, apesar das iniciativas de planejamento e gestão dos parques estaduais da Região Sul do Brasil serem recentes, são consideradas importante passo na implantação e organização do uso público turístico nos mesmos.

4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A caracterização da área torna-se necessária no momento em que ao se analisar o desenvolvimento da atividade turística de um local, deve-se conhecer suas características físicas, histórico-culturais, sociais, econômicas e políticas. Os aspectos da demanda e oferta que fazem parte da dinâmica desta atividade, também merecem ser identificados.

As características físicas gerais da área de estudo são apresentadas como forma de reconhecimento do ambiente natural, tornando-se o espaço no qual o turismo se insere.

O Município de Santo Amaro é descrito, em seguida, pelas suas características histórico-culturais, socioeconômicas, políticas, sendo especialmente observados os aspectos da oferta e demanda turística.

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro é identificado pelo seu histórico de criação, pelas suas características legais que o tornam território institucional, e por sua relação com a atividade turística no município de Santo Amaro.

4.1 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DA ÁREA DE ESTUDO

A natureza do Parque do Tabuleiro torna-se importante de ser descrita, inicialmente porque os motivos que levaram a criação desta unidade de conservação estão relacionados com as suas características hídricas, geológicas, florísticas, faunísticas e climáticas. A partir destas características, reconhece-se sua importância estratégica para toda a região da Grande Florianópolis e até para o sul do Estado. O conjunto paisagístico formado a partir das inter-relações entre as suas características físicas, a torna também área estratégica para o desenvolvimento de atividades de lazer, recreação e educação ambiental.

Conforme coloca Fidélis Filho (2003, p. 34) “a hidrografia do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro é sem dúvida, uma das mais ricas do estado de Santa Catarina, tanto pela enorme quantidade de cursos d’água que ocorrem nas linhas de falhas, distribuídas em direção oblíqua e paralelamente aos paredões da Serra Geral, quanto pela incrível diversidade que estes cursos apresentam”.

Santo Amaro está inserido na região da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão cuja nascente está localizada dentro do PEST. Para Fidélis Filho (*idem*, p. 33) “o Rio do Cubatão, situado na parte setentrional do Parque, tem como principais contribuintes o rio do Salto, rio Novo, rio dos Porcos, rio do Cedro, rio Vargem do Braço, rio das Águas Claras, ribeirão Vermelho, rio das Antas, rio dos Bugres, rio das Forquilhas e rio Varginha”.

Conforme apresentado no Plano Diretor do PEST (FEEMA/FATMA, 1976, p.82) “os rios da Bacia Hidrográfica do Cubatão do Sul são do tipo encachoeirados (...)”. Isto significa que o rio Vargem do Braço, que deságua no Rio Cubatão, possuindo a maior altitude que chega a 1.215 metros, é um dos principais afluentes do rio Cubatão.

Silva (2003, p.91), complementa colocando que “atualmente os principais mananciais da região da Grande Florianópolis são Cubatão e Vargem do Braço por abastecerem uma população de aproximadamente 700.000 habitantes distribuídos entre Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Antônio Carlos e Santo Amaro da Imperatriz”.

Para captação de água, a Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN, possui duas represas na região. Uma é a represa localizada no Salto dos Pilões (na cota 240m) do Rio Vargem do Braço. A outra represa fica no Rio Cubatão (na cota 10m). As águas captadas nestas represas são bombeadas até a Estação de Tratamento de Água localizada no Morro dos Quadros (na cota 120m), criada na década de 80, em Palhoça (SANTA CATARINA, 1995, p.43).

Segundo os estudos de Silva (*op. cit.*), na Represa de Pilões há ocorrência de matéria orgânica devido a desmatamentos de mata nativa e cortes de pinus e eucaliptos de reflorestamentos existentes, além do risco da presença de agrotóxicos utilizados por famílias agricultoras (grandes áreas de plantação de tomates)

habitando a Vargem do Braço, à montante da represa. Recebe também cargas orgânicas biodegradáveis (esgotos) de origem urbana, de hotéis, hospitais e ambulatórios, despejos industriais, lixo urbano e rural e dejetos animais e uso abusivo de produtos químicos na agropecuária. Esta represa constitui-se um dos atrativos turísticos naturais do Parque do Tabuleiro em Santo Amaro.

A situação da bacia hidrográfica do rio Cubatão do Sul também apresenta problemas, segundo o Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico da Grande Florianópolis, elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento do Meio Ambiente – SDM, há fortes indícios de degradação ambiental. Entre as principais fontes poluidoras, estão: os esgotos domiciliares, hospitalar, agrotóxicos, a poluição industrial e degradação do solo (OLIVEIRA *apud* BITENCOURT, 2000, p. 88). O Rio Cubatão do Sul é bastante utilizado pela prática do *rafting* no município.

Sobre os aspectos geomorfológicos, cabe destacar que o PEST está inserido no domínio geomorfológico das Serras do Leste Catarinense (ROCHA, 2003).

A serra do Leste Catarinense ou Unidade Geomorfológica Serra do Tabuleiro estende-se na direção Nordeste-Sudoeste, tendo como características gerais uma seqüência de serras com disposição subparalela, intensa dissecação, vales profundos com encostas íngremes, sulcadas e separadas por cristas bem marcadas. As mais altas elevações da unidade encontram-se na Serra do Tabuleiro com pontos com mais de 1.200m (SILVA, 2003, p. 89).

Segundo Gaplan (*apud* SILVA, *idem*, p. 88), “*a geologia do Estado de Santa Catarina, em síntese, é delineada com a área do Escudo Atlântico, a área da Bacia do Paraná e a área de Sedimentos Quaternários*”. A área do Escudo Atlântico no Estado possui em seu interior terrenos cristalinos metamórficos, que se estendem desde o paralelo 27° 15’S em SC até o 29° 15’S no Rio Grande do Sul - RS.

Rocha (*op. cit.*, p. 39) completa ao descrever os aspectos geológicos do PEST que “*ao nível do conhecimento atual, a história geológica desta porção do terreno catarinense iniciou-se com a solidificação de magmas graníticos a profundidade de aproximadamente 10 km no interior da crosta*”.

Seguindo a evolução da formação geológica desta área, o mesmo autor (*idem*) afirma que a intrusão dos granitos marca o estágio final de evolução de um cinturão de montanhas, sendo erguido durante o período Neoproterozóico (700 a 500 Ma). Verifica-se uma continuidade desta estrutura no território africano, atestando, juntamente com outras evidências (fósseis, geleiras, paleomagnetismo), a existência do antigo “supercontinente” (*Gondwana*). Este abrangeu áreas cobertas pelo Brasil, África, Antártida, Austrália e Índia.

Posteriormente, esta cadeia de montanhas foi parcialmente submersa por águas oceânicas, responsáveis pela formação da Bacia do Paraná, ocorrida no período Paleozóico a Mesozóico (475 a 120 Ma). A fase de evolução subsequente, marcada pela separação continental e abertura do oceano atlântico, resultou na atual disposição dos continentes. Neste estágio ficou registrada a intrusão de diques de diabásio, mais facilmente identificados na zona litorânea, e pela intensa fratura das rochas (*idem*, p. 41).

Dessas estruturas surgiu parte da fisiografia atual, como cristas e morros alongados, cursos de rios, cachoeiras, entre outros.

Em Santo Amaro, estas estruturas são encontradas na própria encosta da Serra do Tabuleiro, no morro Queimado, nas cachoeiras como o Salto do Rio Cubatão, a Cachoeira Cobrinha de Ouro e o Salto do Rio Matias. Além dos trechos encachoeirados do Rio Cubatão, onde se pratica o *rafting*. Todos estes sendo considerados atrativos turísticos do parque no município.

Sobre o clima, Fidélis Filho (2003, p. 32) coloca que fatores como a altitude, latitude, maritimidade, relevo e as massas de ar, servem para facilitar a compreensão dos inúmeros elementos que caracterizam a paisagem climática do PEST. “*Entre esses se destacam a latitude e o domínio geomorfológico, influenciando na variação da pressão atmosférica sobre a superfície da área do Parque*”.

Pela classificação climática de Köppen, o clima predominante no PEST, o qual se aplica para o município de Santo Amaro, é o “Mesotérmico Úmido com verão quente (Cfa)” – Clima Subtropical Úmido. A temperatura máxima chega a atingir 35⁰ C, a média é de 20⁰ C e a mínima de 1⁰ C (FEEMA/FATMA, 1976).

Nas altitudes acima de 800 metros, constituídas pelas cristas das principais serras, tem-se o registro do clima Mesotérmico Úmido com verão fresco (Cfb), caracterizado pela temperatura do mês mais quente abaixo de 22^o C – Clima temperado Úmido (FIDÉLIS FILHO, *op.cit.*, p. 34).

O índice pluviométrico varia de 70mm a 260mm, sendo que, nos meses de janeiro a março, apresenta maior intensidade. Na região, há também ocorrência de geadas principalmente nos meses de junho e julho (FEEMA/FATMA, 1976).

Sobre esta precipitação, Fidélis Filho (*op.cit.*, p. 33) coloca que “*as elevadas altitudes do Morro do Cambirela e das Serras do Tabuleiro e do Capivari, somadas ao choque das massas de ar úmido com o relevo, formam chuvas orográficas que contribuem para o forte índice pluviométrico registrado na área do Parque*”.

Os benefícios da regulação térmica e pluvial propiciam o desenvolvimento de cinco tipos de vegetação existentes no Parque: desde a Restinga Litorânea, a Mata Pluvial Atlântica (ou Floresta Ombrófila Densa), a Mata de Araucária (ou Floresta Ombrófila Mista), a Vegetação dos Campos de Altitude e a Matinha Nebular (FIDÉLIS FILHO, *op.cit.*).

Para Rosário (2003) o conjunto montanhoso do Parque, constituído basicamente pelo Morro do Cambirela, pelas Serras do Tabuleiro e Capivari, estão cobertos pela floresta Atlântica na sua maior parte. Em menor área observa-se representações da floresta de Araucária, a formação da Matinha Nebular com representantes andinos e antárticos e nos topos das serras o aparecimento dos campos de altitude.

A autora (*idem*, p.53) completa que “*todo este sistema paisagístico estão contidos sem dúvida, habitat importantes para a preservação das espécies raras e endêmicas da floresta Atlântica*”.

Entretanto, Silva (2003, p. 89-90) comenta que “*desde a colonização, a maior parte dessa cobertura vegetal original foi sendo descaracterizada pela ação antrópica (extração de madeira, implantação de culturas cíclicas e formação de pastagens)*”. Encontram-se apenas remanescentes dessa vegetação original no maciço do Tabuleiro.

Atualmente, na extensão do vale, onde havia florestas, há o cultivo da agricultura e nas encostas que não são tão íngremes a floresta foi substituída por pastagens. Na região, também se encontra o reflorestamento de Pinus em uma área de 148 hectares (SANTA CATARINA, 1997, p. 4).

Em seu diagnóstico ambiental no município de Santo Amaro, Gama (1998) descreve os tipos de paisagens existentes no seu entorno, tais como: Paisagens Florestais; Paisagens Campestres; Paisagens Mistas; Agropaisagens; e Paisagem urbana.

Em função da vulnerabilidade ambiental foram qualificadas como *fitoestabilizadas*, *conservadas*, *derivadas*, *desestabilizadas* e *impactadas*. Desta forma, as paisagens florestais, ou paisagens naturais¹⁸ e as paisagens campestres, se mantêm *fitoestabilizadas*, por não terem sofrido interferência antrópica significativa no período recente. As paisagens mistas, concentradas nos morros, encontram-se *conservadas* ou *derivadas*, dependendo do grau de alteração da vegetação. São constituídas essencialmente de vegetação sucessional de capoeirão, pontuada por pequenas áreas agropastoris remanescentes. As agropaisagens, configuradas pelas paisagens rurais que sofrem interferência antrópica mais forte, encontram-se *desestabilizadas* (colinas e rampas dos morros) ou *impactadas* (planícies aluviais dos rios Cubatão, do Matias, das Forquilhas e do Vargem do Braço), dependendo do nível de descaracterização apresentado (GAMA, 1998, p.223).

A paisagem urbana, segundo a mesma autora (idem) apresenta espaços interativos com o meio rural, onde se mantém a agricultura intensiva. Entretanto, mesmo que a passos lentos, já se delineia entre os agricultores a consciência da necessidade de buscar meios de produção alternativos, mais ecológicos, levando em conta a conservação dos solos e a sustentabilidade da agricultura.

Diante das fragilidades apontadas a partir da análise das paisagens existentes no Município de Santo Amaro, destacam-se as paisagens florestais e campestres, pelo fato de serem as áreas com maior potencialidade para a prática da

¹⁸ Conforme estabeleceu Gama (1998, p.182) poder-se-ia correlacionar as paisagens naturais do presente àqueles espaços onde a intervenção humana não chegou a alterar significativamente a presença e o funcionamento dos componentes bióticos e abióticos.

atividade turística. Percebe-se, portanto que suas características físicas, se não forem devidamente monitoradas e controladas no sentido de conter as interferências antrópicas, estas paisagens podem alterar suas qualificações de *fitoestabilizadas* para *desestabilizadas* ou *impactadas*. Sendo assim, perderia sua potencialidade turística, além de trazer sérios riscos para a biodiversidade do local, indo contra um dos objetivos principais do Parque do Tabuleiro.

4.2 O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

O município de Santo Amaro está localizado na porção centro-leste do Estado de Santa Catarina, microrregião de Florianópolis, a 35 km da capital. Situa-se entre as coordenadas geográficas de 27° 37' e 27° 53' de latitude sul, e 48° 42' e 48° 55' de longitude oeste.

Santo Amaro ocupa superfície de 310,74 km², sendo que 63% desta área (195,76 km²) compreendem parte da superfície do Parque do Tabuleiro. Tem como limites territoriais os municípios de São José ao norte, São Bonifácio e Paulo Lopes ao sul, Águas Mornas a oeste, e Palhoça a leste.

De acordo com dados do Censo Demográfico 2000 – IBGE, Santo Amaro apresentava uma população total de 15.708 (quinze mil, setecentos e oito) habitantes dos quais 8.016 (oito mil e dezesseis) eram do sexo masculino e 7.692 (sete mil seiscentos e noventa e dois) do sexo feminino. A população em sua maioria estava localizada na zona urbana: 79,81%.

A zona urbana de Santo Amaro da Imperatriz está subdividida em 13 comunidades, entre as quais destaca-se Caldas da Imperatriz, onde se concentra grande parte da infra-estrutura turística do município.

Outra comunidade importante é o Braço do São João, onde se localiza o Fischer Hotel Fazenda Jomar. Neste são oferecidas algumas atividades turísticas para atrativos que se encontram no interior do Parque, merecendo ser estudado com mais profundidade.

4.2.1 Aspectos Históricos e Culturais

A história da colonização do Estado de Santa Catarina tem predominância dos povos Açorianos. Este processo iniciou no litoral, em 1748 e se expandiu para a região Serrana, em 1771 (SANTOS, 1994).

O povoamento de Santo Amaro aconteceu no século XIX, quando, em especial os alemães emigraram para o Brasil e passaram a preencher os espaços entre o litoral e a região serrana.

Segundo Santos (*op. cit.*) em razão da região ser bastante montanhosa, e muitos dos colonos alemães serem ex-soldados e artesãos, e portanto pouco hábeis para a agricultura, estes procuraram se estabelecer nos arredores da região. Em 1837, elementos dessa colônia procuraram o Vale do Rio Cubatão e se fixaram na Vargem Grande, atual município de Águas Mornas, com o objetivo de ter novas e melhores terras.

Porém, percebe-se que a colonização da área que hoje pertence ao município de Santo Amaro é anterior ao estabelecimento na Vargem Grande, pois com a descoberta da fonte de águas termais, por caçadores, em 1813, a região passou a garantir destaque e proteção do governo imperial. Este, já sabendo do poder de cura dessas águas, mandou milícias para tomar conta do local. Após um ataque organizado pelas tribos indígenas da região, no qual foram dizimados os soldados do governo, a fonte ficou quatro anos em poder dos índios. Esta foi retomada em 1817, por ordem do então governador de Santa Catarina, João Vieira Tavares de Albuquerque.

Seguindo o apelo do governo catarinense, o Rei Dom João VI baixou um decreto, em 18 de março de 1818, determinando a construção de um hospital no local, considerado a primeira lei de criação de uma estância termal do Brasil (SANTOS, *op. cit.*).

Pelos anos de 1832 a 1839 foi levantada uma Capela em honra à Nossa Senhora de Sant'Ana, no lugar denominado "Morro da Tapera". Foi nesta Capela que, em outubro de 1845, o casal imperial, Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina, foram festivamente recebidos. Durante a visita o casal mandou construir um prédio com quartos e banheiras para os visitantes em busca de alívio para suas dores (SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, 2005).

Em 1850, encontrando-se a Capela de Sant'Ana em precárias condições, foi iniciada a construção de uma outra, no mesmo local, que veio a ser a igreja matriz (SANTOS, 1994).

A povoação permaneceu na condição de Arraial, até 29 de maio de 1854, quando, pela Lei Provincial nº 371, foi elevada à categoria de Freguesia, com a conseqüente criação de Paróquia, sob a invocação de Santo Amaro. Serviu de igreja matriz a então Capela de Sant'Ana existente no Arraial. Por esta Lei foram também fixados os limites da nova Paróquia, desmembrada da Paróquia de São José (*idem*).

A autora conta ainda que nesta ocasião em que Santo Amaro do Cubatão se desmembrou de São José, e por ser dia de Pentecostes, celebrou nesta cidade a 1^o Festa do Divino Espírito Santo. Manifestação religiosa trazida da colonização açoriana e ainda celebrada no município.

Data de 1855 a conclusão das instalações e de todo o mobiliário do prédio mandando ser erguido pela imperatriz, durante sua visita na localidade, a qual, a partir desta construção, passou a ser chamada de "Caldas da Imperatriz". Por volta de 1920 foi então realizada uma grande reforma no prédio original, passando a funcionar como hotel em regime de arrendamento. Neste local funciona atualmente o Hotel Caldas da Imperatriz, que será posteriormente melhor descrito com relação à sua infra-estrutura.

A fim de situar os diversos distritos de Santo Amaro até a sua emancipação política e administrativa, Santos (op.cit., 1994, p. 31-33) descreve que por Decreto de 15 de março de 1856, nº 403, os limites anteriores da freguesia foram ampliados, compreendendo também o território do lado d' oeste do rio denominado Braço São João, desmembrado da freguesia de Enseada de Brito.

Pelo Decreto 184, de 24 de abril de 1894, que cria o município de Palhoça, Santo Amaro é desmembrada de São José para, juntamente com a Enseada de Brito, formar o recém-criado município.

Até chegar à atual denominação, Santo Amaro da Imperatriz, o então Arraial do Cubatão foi conhecido como: Arraial de Sant'Ana do Cubatão, em homenagem à sua Padroeira, nome que conservou até 1943. Nesse ano, passou a ser conhecido como Cambirela até que, em 1949, recebeu a atual denominação. Pela Lei nº 344, de 6 de janeiro de 1958, Santo Amaro é elevado à categoria de município, com território desmembrado do município de Palhoça (*idem*, 1994).

Dentre as comunidades atuais de Santo Amaro, estão: Bairro de São Francisco de Assis (Sítio de Dentro); Braço São João; Caldas da Imperatriz; Calemba; Canto da Amizade; Cova da Onça; Estrada do Salto; Fazenda Bom Jesus; Loteamento Dona Ema; Loteamento Juca Broering (Morro do Euzébio); Morro da Caixa; Morro das três voltas; Morro da Varginha I e II; Morro do Gato; Morro do Fabrício; Morro Queimado; Morro dos Venturas; Pagará; Pantanal; Poço Fundo; Rua São João; Rua Vicente Silveira (Estrada velha); Sertão do Braço; Sertão do Espíndola; Sombrio; Sul do Rio (Bairro Santa Luzia); Sul do Rio (São Sebastião); Taquara; Vargem do Braço; Vargem dos Pinheiros; Varginha; Vila Nossa Senhora de Lourdes; Vila Santana; e Morro Santo Antônio (Varginha) (SANTOS, 1994, p.44).

Destas destacam-se neste estudo, Caldas da Imperatriz, Braço do São João, Vargem do Braço e o Sul do Rio de Baixo, onde se localiza o Morro Queimado. Nestas localidades estão os atrativos turísticos analisados.

Sobre a Vargem do Braço, particularmente, existe uma característica que se refere às pressões sofridas pela comunidade para que vá aos poucos se desintegrando. Observa-se que, há trinta e um anos, os moradores de Vargem do Braço vêm tentando, por meio de conflitos, conviver em suas terras dentro do Parque. Sobre isso, Amaral (1998) expõe que, em 1991, defendeu a ação do Projeto Microbacias Hidrográficas com o propósito de retirar todas as pessoas da região.

Apesar da proposta nitidamente conservacionista do projeto para a área, a visão dominante da preservação com total separação entre o homem e a natureza, somada à forma de interpretação da legislação ambiental, levou os técnicos da

FATMA, da coordenação do Projeto Microbacias e do Banco Mundial (BIRD) a vetarem a execução da proposta e, conseqüentemente, à permanência das pessoas na área. (op. cit. p. 14)

Mas, segundo Amaral (op. cit., p. 15), passados sete anos de sua intervenção, não foi feito nenhum trabalho no sentido de proporcionar para a comunidade, a sua convivência harmoniosa com a natureza dentro dos limites do Parque. As pessoas que não residem dentro do Parque são caracterizadas como “pessoas de fora” e não observam o cuidado que deve haver com a natureza no manuseio de suas práticas agrícolas.

Existe uma pousada na Vargem do Braço que dispõe de cachoeiras em seu interior, oferecendo maior contato dos visitantes com o parque. A maioria das trilhas e cachoeiras presentes nesta localidade está no interior dos “sítios” particulares, mas não é controlado o uso turístico.

4.2.2 Aspectos socioeconômicos

Os aspectos socioeconômicos de Santo Amaro foram obtidos, basicamente a partir do diagnóstico realizado pela empresa Socioambiental e apresentado na forma de matriz socioeconômica das localidades na proposta de zoneamento do PEST (FATMA, 2002).

Esta matriz apresenta todas as localidades do interior e entorno do parque, considerando sua potencial influência a partir das seguintes características:

- Distância entre a localidade e o limite do parque;
- Existência de acesso entre a localidade e o parque, mesmo que acesso de uso tradicional;
- A rede hidrográfica, observando o sentido da drenagem;
- A natureza das atividades desenvolvidas na localidade;
- A citação do nome da localidade no cadastro fundiário fornecidos pela Secretaria da Agricultura (SDA).

Do agrupamento das localidades, como resultado da relação entre os fatores de desenvolvimento e as características físico-ambientais existentes, chegou-se a caracterização regional. Verifica-se que quase todas as localidades do município de Santo Amaro estão caracterizadas como pertencentes a região norte, com exceção da localidade da Vargem do Braço. Apesar de estar no município de Santo Amaro, esta foi inserida na região oeste como uma área especial do parque, pelo fato desta comunidade se encontrar totalmente em seu interior.

Para uma visualização mais direta das localidades de Santo Amaro estudadas, fez-se um recorte da matriz sócio-econômica apresentando-as: Caldas da Imperatriz, Poço Fundo, Sede de Santo Amaro, Sul do Rio de Cima, Sul do Rio de Baixo, Vila Santana, Braço do São João e Vargem do Braço.

Dentre as variáveis analisadas para cada localidade, que se apresentam na caracterização sócio-econômica de Santo Amaro, estão: a localização em relação ao parque; a caracterização urbana e rural; os dados populacionais fixos e flutuantes; as origens da migração da população; as variáveis de infra-estrutura; organização social das comunidades; a fonte de renda principal para as famílias; as principais atividades do setor primário, indústria, comércio e serviços e a utilização da área do parque por cada atividade desenvolvida.

Diante da localização em relação ao parque (QUADRO 3), percebe-se que as localidades que estão na faixa de 500 metros junto ao limite do parque, considerada zona de amortecimento, são: Sul do Rio de Cima, onde está o Morro Queimado cujo principal atrativo turístico é a rampa de vôo livre, Vila Santana e Braço São João, onde se situa o Fischer Hotel Fazenda Jomar, outro importante atrativo turístico local.

Caldas da Imperatriz, Poço Fundo, a sede de Santo Amaro, e Sul do Rio de Baixo estão localizadas fora da faixa acima de 500 metros em relação ao parque. Estas localidades do entorno merecem atenção especial por possuírem atividades que podem gerar tensão direta sobre o parque.

O aspecto que chama a atenção é a tendência da instalação de hotéis de médio e grande porte na região norte, com destaque para as comunidades de Caldas da Imperatriz e Braço do São João, atraídos respectivamente pelas fontes de

água termal ou pela potencialidade de turismo rural. Estes hotéis, mesmo não estando localizados no interior do parque, muitas vezes oferecem passeios pelo interior do mesmo.

A caracterização das localidades em urbanas ou rurais (QUADRO 3), leva a observar que Caldas da Imperatriz e Sul do Rio de Baixo são consideradas predominantemente urbanas, mas também com características rurais. No Sul do Rio de Cima, a predominância é urbana, o que confere uma tensão com o parque já que se encontra na zona de amortecimento do parque, onde verifica-se que as habitações da população de baixa renda avançam sobre o Morro Queimado. Outro conflito observado é na Vargem do Braço, que está inserida no interior do parque, tendo a agricultura como principal atividade econômica da população local.

Analisando-se a variável da população fixa e flutuante (QUADRO 3), percebe-se que a localidade de Caldas da Imperatriz é a única que apresenta uma população flutuante de aproximadamente 67% a mais do que a população fixa, ocasionada pelo turismo. Isto se reflete na demanda acentuada de pessoas que pode se utilizar da área do parque para diversas atividades de lazer e recreação.

A influência do Aglomerado de Florianópolis, como pólo regional, se reflete no povoamento de Santo Amaro (QUADRO 3). Em Caldas ocorreu a migração desta área. Mas a influência que mais se manifesta com relação à origem da migração para ocupação das localidades de Santo Amaro é do interior do estado, representado basicamente pelo Planalto Catarinense e Oeste do estado, sendo facilitado o acesso pela BR-282. A localidade da Vargem do Braço chama a atenção por receber pessoas tanto da Grande Florianópolis, como de outros estados, sendo verificada a característica de serem estes os proprietários dos sítios e chácaras existentes na localidade.

As origens migratórias justificam a presença constante dos visitantes de Florianópolis, sendo estes principalmente observados entre os proprietários das empresas de turismo de Caldas da Imperatriz, e os “visitantes temporários”, sítiantes da Vargem do Braço.

QUADRO 3 - Variáveis gerais da matriz sócio econômica das localidades de Santo Amaro

Variáveis Gerais	Localidades							
	Caldas da Imperatriz	Poço Fundo	Sede de Santo Amaro	Sul do rio de cima	Sul do rio de baixo	Vila Santana/ Braço do São João	Vargem do Braço	
1. Localização em relação ao parque	No interior							
	Até 500 metros							
2. Paisagem local fisiográfica	Acima de 500 metros							
	Montanha							
	Planície							
	Praia							
	Lagoa							
	Original							
3. Paisagem local fisionômica	Original							
	fragmentada							
	Urbana							
4. Características da localidade	Rural							
5. População fixa (aproximada)	450	100	4000	2000	2000	1000	100	
6. População flutuante (aproximada)	300							
7. Migração	Grande Florianópolis							
	Interior estado							
	Outros estados							
8. Origem étnica da população	Alemã							
	Portuguesa/Açoriana							
	Indígena							
	Indefinida							

Fonte: Proposta de zoneamento do Parque do Tabuleiro (FATMA, 2002).

LEGENDA:



Variável não se manifesta



Variável se manifesta



Variável se manifesta com grande intensidade

A infra-estrutura das localidades é outra variável que deve ser analisada para caracterização sócio-econômica (QUADRO 4).

A educação é avaliada pela existência de escolas públicas e/ou privadas nas localidades, desde a pré-escola até o 2^o grau. Percebe-se que há uma carência de pré-escolas em todas as regiões do entorno do parque, mas há uma concentração nas localidades de Santo Amaro, principalmente em Caldas da Imperatriz, na sede do município e no Sul do Rio de Baixo. A existência de escolas de 1^o a 4^o séries ocorre em quase todas as localidades de Santo Amaro, com maior intensidade na sede do município e no Sul do Rio de Baixo. As escolas de 5^o a 8^o séries possuem poucos estabelecimentos no entorno do parque, sendo que estão concentrados na região norte, na sede e no Sul do Rio de Baixo. O ensino para o 2^o grau há uma escola na sede de Santo Amaro e outra no Sul do Rio de Baixo. Cabe ressaltar, que principalmente para a região norte, a Grande Florianópolis representa uma opção acessível de estruturas de ensino de 1^o e 2^o graus e ensino superior, facilitado pela curta distância e a presença da BR-101.

O pequeno número de escolas, principalmente no ensino do 2^o grau no município torna-se preocupante na medida em que as informações mais detalhadas sobre a realidade do parque, e a influência das atividades econômicas do município na sua conservação não são disseminadas entre os jovens.

A estrutura de saúde é coberta, basicamente por postos de saúde. Santo Amaro conta com um hospital localizado na sua sede. Da mesma forma que na educação, a população é beneficiada com a infra-estrutura existente em toda a região da Grande Florianópolis.

Os principais tipos de mananciais utilizados para o abastecimento de água em Santo Amaro são a captação de água das cachoeiras e dos rios. O maior fornecedor nessas localidades é a CASAN, sendo que se observa, em algumas localidades, principalmente nas de características mais rurais e próximas as montanhas, a captação de água é feita diretamente das cachoeiras. Este último caso é verificado com bastante intensidade na Vargem do Braço.

Todas as comunidades de Santo Amaro são servidas pela coleta pública de lixo, inclusive a Vargem do Braço. O destino é o lixão do Aririú, em Palhoça, onde é recebido todo o lixo das localidades das regiões norte e nordeste.

A coleta e o tratamento de esgoto é um problema na maioria das localidades do entorno do parque. Mesmo assim, a sede de Santo Amaro, o Sul do Rio de Baixo e o Sul do Rio de Cima possuem coleta e tratamento (ainda que parcial), e isto ocorre por estarem localizadas a montante da captação de água no Rio Cubatão, que abastece a Grande Florianópolis. Caldas da Imperatriz não possui serviço público, mas os principais hotéis possuem estação própria de tratamento. Na maior parte das localidades, a solução é individual através da construção de fossas e sumidouros, sendo que há ocorrência de despejo direto, sem tratamento, principalmente na Vila Santana e no Braço do São João.

Um fator positivo é que há a presença de instalações sanitárias domiciliares de quase 100% em todas as localidades de Santo Amaro. Este é apontado indicador de condições sócio-econômicas e culturais com reflexos sanitários.

O serviço de fornecimento de energia elétrica domiciliar e pública atinge todas as localidades de Santo Amaro. O principal fornecedor desta região é a CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina). Cabe observar que a Vargem do Braço, apesar de estar totalmente inserida no Parque, recebe este fornecimento de energia, mas este se apresenta pouco intenso com relação à iluminação pública.

A malha viária com estradas pavimentadas é intensa principalmente nas localidades de Caldas da Imperatriz, Poço Fundo, na sede do município e em parte no Sul do Rio de Cima e no Sul do Rio de Baixo. Na Vila Santana e no Braço do São João a maior parte das estradas é não-pavimentada, o que dificulta o acesso aos atrativos turísticos existentes. A Vargem do Braço também possui acesso não-pavimentado, sendo precário em alguns trechos.

A infra-estrutura de saúde, serviços públicos (coleta e tratamento do lixo, saneamento e iluminação) e de acesso são importantes para o desenvolvimento da atividade turística nas localidades. Percebe-se que Caldas da Imperatriz, principal localidade turística do município, apresenta deficiências nessa infra-estrutura.

QUADRO 4 - Variáveis da infra-estrutura da matriz sócio econômica das localidades de Santo Amaro

Variáveis Infra-estrutura	Localidades							
	Caldas da Imperatriz	Poço Fundo	Sede de Santo Amaro	Sul do rio de cima	Sul do rio de baixo	Vila Santana/ Braço do São João	Vargem do Braço	
9. Educação (existência de escolas públicas e/ou privadas)	Pré-escola							
	1 ^o a 4 ^o série							
	5 ^o a 8 ^o série							
	2 ^o grau							
10. Saúde (existência do serviço)	Posto de saúde							
	Hospital							
	Outros							
11. Água (manancial) (gestor / fornecedor)	Poço / Ponteira							
	Cachoeira							
	Rio							
	CASAN							
12. Lixo (coleta e destino)	Prefeitura							
	Particular (individual)							
	Coleta pública							
	Lixão							
	Descarte individual							
	Outro							
13. Esgoto	Coletado e tratado							
	Fossas							
	Despejo direto							
14. Instalação Sanitária	0 a 50%							
	50 a 100%							
15. Energia elétrica	Iluminação domiciliar							
	Iluminação pública							
	CELESC							
	Cooperativa							
16. Estrada	Pavimentada							
	Não-pavimentada							
	Escolar							
17. Transporte	De linha							
	Posto (telefone público)							
18. Telefonia	Posto (telefone público)							
	Telefone domiciliar							

Fonte: Proposta de zoneamento do Parque do Tabuleiro (FATMA, 2002).

Tratando-se dos aspectos relacionados à organização social das comunidades, variáveis como os tipos de igrejas existentes, as festas e eventos, a atuação e tipos das associações e os principais tipos de liderança, também servem para caracterizar sócio-economicamente as localidades (QUADRO 5).

Devido a existência de igrejas quase todas as comunidades possuem festas religiosas. Mas também existem festas de cunho comunitário, associadas a produtos e eventos, como é o caso da Festa do Milho Verde na sede de Santo Amaro, e as manifestações folclóricas, embora tenham origem nas temáticas religiosas, vem se destacando como elemento cultural das comunidades, como é o caso da Festa do Divino.

As lideranças políticas e religiosas possuem mais atuação na sede de Santo Amaro e no Sul do Rio de Baixo. E a liderança comunitária que chama a atenção é a da Vargem do Braço, através dos produtores orgânicos. As lideranças de educadores, embora existam, são menos expressivas.

Cabe colocar que a presença de lideranças e associações comunitárias é importante para a eficácia de qualquer estratégia de envolvimento das comunidades locais com o Parque.

A principal fonte de renda para as famílias de Santo Amaro é proveniente da agricultura. Esta aparece com mais intensidade no Sul do Rio de Baixo, e principalmente na Vila Santana, No Braço do São João e na Vargem do Braço, onde esta constitui-se a única atividade geradora de renda para as famílias. O comércio e a construção civil se destacam como fonte de renda principal para a maioria das famílias da Sede de Santo Amaro e do Sul do Rio de Cima. No caso do turismo, este aparece como fonte de renda principal em Caldas da Imperatriz, onde estão as operadoras de rafting e os hotéis, e com menos intensidade no Poço Fundo, onde se localizam os pesque-pagues. Apesar da existência do Fischer Hotel Fazenda Jomar estar situado no Braço do São João, por ser um empreendimento isolado que se refere ao turismo, este não apareceu como fonte de renda nesta localidade (QUADRO 6).

QUADRO 5 - Variáveis da organização social da matriz sócio econômica das localidades de Santo Amaro

Variáveis Organização Social	Localidades							
	Caldas da Imperatriz	Poço Fundo	Sede de Santo Amaro	Sul do rio de cima	Sul do rio de baixo	Vila Santana/ Braço do São João	Vargem do Braço	
21. Igreja	Católica							
	Outras							
22. Festas e eventos	Religiosas							
	Comunitária (produtos e eventos)							
	Folclórica							
23. Associações	Atuantes							
	Discretas							
	Atuação indeterminada							
24. Principais lideranças	Políticos							
	Religiosos							
	Educadores							
	Comunitários							
25. Principais organizações locais	Associação de moradores							
	Clubes e agremiações							
	Ambientalistas							
	Associação de produtores							
	Colônia de pesca							
Religiosa								

Fonte: Proposta de zoneamento do Parque do Tabuleiro (FATMA, 2002).

LEGENDA:



Variável não se manifesta



Variável se manifesta



Variável se manifesta com grande intensidade

QUADRO 6 - Variáveis da renda familiar da matriz sócio econômica das localidades de Santo Amaro

Variáveis Renda Familiar	Localidades						
	Caldas da Imperatriz	Poço Fundo	Sede de Santo Amaro	Sul do rio de cima	Sul do rio de baixo	Vila Santana/ Braço do São João	Vargem do Braço
26. Fonte de Renda principal para as famílias	Agricultura						
	Pecuária						
	Pesca						
	Empregado em atividades agrícolas (reflorestamento, aviário, etc.)						
	Indústria						
	Indústria caseira						
	Comércio						
	Construção civil						
	Turismo						
	Funcionário público						
	Aposentado						
	Outro						

Fonte: Proposta de zoneamento do Parque do Tabuleiro (FATMA, 2002).

LEGENDA:



Variável não se manifesta



Variável se manifesta



Variável se manifesta com grande intensidade

De forma pontual, as principais atividades ligadas ao setor primário em Santo Amaro, tem-se destaque a agricultura orgânica cultivada na Vargem do Braço. Esta tem seu reconhecimento através da Associação Ecológica Recanto da Natureza, contando atualmente com 9 famílias associadas e 50 produtos orgânicos comercializados em supermercados, feira livre em Florianópolis e escolas das redes municipal e estadual. Também possuem alguns produtos derivados, na forma de doces, geléias, biscoitos, expostos com fins comerciais num Café Colonial as margens da BR 282, nas proximidades da entrada de Caldas da Imperatriz. Estes produtos locais ajudam a incentivar a agricultura orgânica, divulgando a possibilidade de uma relação benéfica entre o parque e as comunidades locais (QUADRO 7).

Os cultivos de espécies exóticas mais disseminados nas localidades de Santo Amaro são o reflorestamento com pinus e eucalipto e a piscicultura. O reflorestamento é observado em Caldas da Imperatriz, na Vila Santana, Braço do São João e na Vargem do Braço. Neste último caso, por estar inserida dentro do parque, o cultivo de espécies exóticas pode trazer sérias ameaças através da proliferação destas espécies no ambiente natural, resultando numa possível supressão ou redução das populações das espécies nativas.

A piscicultura é observada com mais intensidade em quase todas as localidades, sendo mais comum na Vila Santana e Braço do São João. Esta prática tem sido disseminada com a construção de pequenos tanques ou açudes de engorda em pequenas propriedades, seja como complementação da renda familiar ou como lazer. Neste caso aparecem os Pesque-pagues no Poço Fundo, que podem representar atrativo turístico, beneficiando diretamente os proprietários locais envolvidos.

O setor secundário é representado pelas indústrias da madeira, de beneficiamento mineral e de forma incipiente a indústria caseira, ocorrida apenas na Vargem do Braço. Observa-se uma tendência de valorização como alternativa de renda, embalada pelo turismo. Destaca-se a produção da Cachaça do Imperador, de biscoitos, doces e conservas, que podem ser comercializados como produtos típicos da região para os visitantes (QUADRO 8).

QUADRO 7 - Variáveis das principais atividades do setor primário da matriz sócio econômica das localidades de Santo Amaro

Variáveis Principais Atividades Setor primário	Localidades							
	Caldas da Imperatriz	Poço Fundo	Sede de Santo Amaro	Sul do rio de cima	Sul do rio de baixo	Vila Santana/Braço do São João	Vargem do Braço	
27. Agricultura (comercial)	Olericultura							
	Arroz							
	Fumo							
	Mandioca							
	Outra							
28. Agricultura de Subsistência								
	Bovino corte							
	Bovino leiteiro							
	Aves							
	Suínos							
29. Pecuária (comercial)	Outros							
30. Pecuária domiciliar								
31. Apicultura								
32. Pesca	Artesanal							
	Embarcada							
	Maricultura							
	Areia							
	Água Mineral							
33. Mineração	Argila							
	Brita							
	Outros							
34. Cultivos exóticos	Reflorestamento (pinus, eucalipto)							
	Piscicultura							
	Outros							

Fonte: Proposta de zoneamento do Parque do Tabuleiro (FATMA, 2002).

LEGENDA:



Variável não se manifesta



Variável se manifesta



Variável se manifesta com grande intensidade

QUADRO 8 - Variáveis das principais atividades da indústria da matriz sócio econômica das localidades de Santo Amaro

Variáveis Principais Atividades Indústria	Localidades						
	Caldas da Imperatriz	Poço Fundo	Sede de Santo Amaro	Sul do rio de cima	Sul do rio de baixo	Vila Santana/Braço do São João	Vargem do Braço
35. Indústria caseira Alambique, farinha, confeitos, conserva, artesanato, etc							
36. Indústria da Madeira (Serraria, Marcenaria)							
37. Vestuário (façções, etc.)							
38. Mineral (marmoraria, artefatos de cimento, cerâmica)							
39. Laticínio							
40. Engarrafamento de água mineral							
41. Outros							

Fonte: Proposta de zoneamento do Parque do Tabuleiro (FATMA, 2002).

QUADRO 9 - Variáveis das principais atividades do comércio da matriz sócio econômica das localidades de Santo Amaro

Variáveis Principais Atividades Comércio	Localidades						
	Caldas da Imperatriz	Poço Fundo	Sede de Santo Amaro	Sul do rio de cima	Sul do rio de baixo	Vila Santana/Braço do São João	Vargem do Braço
42. Alimentício Mercearia, mercado, armazém, etc.							
43. Vestuário							
44. Farmácia							
45. Construção Civil							
46. Produtos Agropecuários							

Fonte: Proposta de zoneamento do Parque do Tabuleiro (FATMA, 2002).

LEGENDA:



Variável não se manifesta



Variável se manifesta



Variável se manifesta com grande intensidade

O setor terciário está representado pelo comércio e a prestação de serviços diversificados. O comércio possui uma forte influência do desenvolvimento da região da Grande Florianópolis. O comércio de gêneros alimentícios, através de mercearias, mercados e armazéns ocorre em todas as localidades de Santo Amaro. Este, muito em razão da atividade turística, existe com forte intensidade em Caldas da Imperatriz (QUADRO 9).

Sobre a prestação de serviços, percebe-se, da mesma forma, uma influência devido à proximidade do pólo regional de Florianópolis, e uma diversificação de oferta. Neste caso a atividade turística também exerce influência, pois se observa uma boa distribuição dos ramos de hospedagem e alimentação. As maiores concentrações estão em Caldas da Imperatriz e na Sede de Santo Amaro, mas também se observam empreendimentos distribuídos nas outras localidades (QUADRO 10).

Esta concentração da oferta turística pode ser considerada positiva com relação à organização dos equipamentos e serviços em uma única localidade. Entretanto, a concentração excessiva pode gerar conflitos de uso e a infra-estrutura merece ser monitorada e reparada com mais ênfase.

Analisando-se os atrativos turísticos observados nas localidades do parque (QUADRO 11), percebe-se uma grande intensidade de trilhas tradicionais no interior do parque, principalmente nas localidades de Caldas da Imperatriz, Sul do Rio de Baixo, e na Vargem do Braço. Na Vila Santana e no Braço do São João também se observam algumas trilhas no interior do parque.

Os aspectos históricos, através de ruínas, construções típicas estão presentes em quase todas as localidades de Santo Amaro. Caldas da Imperatriz apresenta a maior concentração destes atrativos, que não estão sendo aproveitadas turisticamente no município.

A paisagem montanhosa do parque é observada a partir de Caldas da Imperatriz, da Vila Santana, do Braço do São João e com mais proximidade e intensidade da Vargem do Braço. Esta paisagem pode despertar o desejo dos visitantes conhecerem o parque.

QUADRO 10 - Variáveis das principais atividades de serviços da matriz sócio econômica das localidades de Santo Amaro

Variáveis Principais Atividades Serviços	Localidades							Vargem do Braço
	Caldas da Imperatriz	Poço Fundo	Sede de Santo Amaro	Sul do rio de cima	Sul do rio de baixo	Vila Santana/ Braço do São João	Vargem do Braço	
47. Hospedagem	Hotel, pousada, camping							
48. Alimentação	Restaurante, lanchonete, bar							
49. Comunicação	Correio, jornais, outros							
50. lazer / turismo	Pesque-pague, danceterias e outros							

Fonte: Proposta de zoneamento do Parque do Tabuleiro (FATMA, 2002).

QUADRO 11 - Variáveis dos atrativos da matriz sócio econômica das localidades de Santo Amaro

Variáveis Atrativos	Localidades							Vargem do Braço
	Caldas da Imperatriz	Poço Fundo	Sede de Santo Amaro	Sul do rio de cima	Sul do rio de baixo	Vila Santana/ Braço do São João	Vargem do Braço	
51. Patrimônio Histórico-cultural	Ruínas, construções típicas							
52. Trilhas tradicionais	Dentro do parque							
	Fora do parque							
53. Fontes termais								
54. Paisagem litorânea	Praias, dunas, etc.							
55. Paisagem montanhosa	Serras							

Fonte: Proposta de zoneamento do Parque do Tabuleiro (FATMA, 2002).

LEGENDA:



Variável não se manifesta



Variável se manifesta



Variável se manifesta com grande intensidade

A utilização da área do parque por cada atividade econômica desenvolvida auxilia na compreensão do panorama socioeconômico existente e nos conflitos que estas podem trazer (QUADRO 12).

A localidade com maiores conflitos é a Vargem do Braço, destacando-se a grande intensidade das trilhas de acesso para visitação não autorizada. Esta visitação é feita sem o controle e pode alterar significativamente os ambientes frágeis, principalmente nos topos de morros e nos campos.

Outra localidade geradora de conflitos é a Vila Santana e o Braço do São João. A presença de trilhas de acessos facilitados para visitação de cachoeiras pode ser geradora de conflitos à medida que não se tem o controle da quantidade e qualidade da visita.

Caldas da Imperatriz possui o uso turístico através dos banhos de cachoeiras, e caminhadas pelas trilhas de acesso a áreas no interior do parque. Quando estas caminhadas são realizadas a partir do Hotel Plaza Caldas da Imperatriz, normalmente são acompanhadas pelo biólogo e monitores, que exercem seu controle de uso. Mas quando são realizadas fora da área do hotel, estas não são controladas e aumenta a probabilidade de causar danos aos ambientes.

O Sul do Rio de Cima, com a prática do vôo livre no Morro Queimado, que serve também de mirante, acontece de certa forma organizada devido à dificuldade de acesso e à presença do Lagoa Clube de Vôo Livre que possui um acordo de cooperação com a FATMA para monitoramento da área.

O Sul do Rio de Baixo tem como atividade turística conflitante as trilhas de acesso para visitas não autorizadas.

No Poço Fundo ocorre a captação de água das cachoeiras para consumo particular, intensificada para a utilização na piscicultura, o que pode aumentar o conflito à medida que a atividade se expandir.

A Caça, apesar de não ser de uso turístico, merece preocupação, pois foi identificada em todas as localidades de Santo Amaro. Demonstra uma ameaça clara à fauna existente na área do Parque.

QUADRO 12 – Variáveis de utilização da área do parque da matriz socioeconômica das localidades de Santo Amaro

Variáveis Utilização da área do parque	Localidades							
	Caldas da Imperatriz	Poço Fundo	Sede de Santo Amaro	Sul do rio de cima	Sul do rio de baixo	Vila Santana/ Braço do São João	Vargem do Braço	
56. Mirantes								
57. Agricultura	Pastagem, agricultura, apicultura							
58. Extração vegetal	Lenha, madeira, carvão, taboa, junco, palmito							
59. Pesca	Pesca artesanal, esportiva, coleta de moluscos, cultivo							
60. Caça								
61. Turismo	Casas de veraneio							
	Sítios							
	Praia naturismo							
	Surf							
	Sandboard							
	Banhos de praia							
	Banhos cachoeira							
	Vôo Livre							
62. Transporte	Caminhadas							
	Enduro, Jeep cross							
	Trilhas de acesso							
	Captação para consumo							
63. Fonte de Águas	Termais							
64. Treinamento do exército								
65. Residências antigas								
66. Residências recentes								
67. Área indígena								
68. Outras								

Fonte: Proposta de zoneamento do Parque do Tabuleiro (FATMA, 2002).

As localidades de Santo Amaro possuem condições socioeconômicas em crescimento, cuja agricultura merece um destaque por ser a principal atividade econômica ocorrida nas proximidades, ou no interior do parque. Estas populações poderiam estar mais envolvidas diretamente com o turismo, de forma que este passa a ser um complemento da renda familiar. A proximidade com o pólo regional de Florianópolis permite um aumento do fluxo de visitantes que deve ser controlado. O turismo, também contribui para a necessidade da diversificação de produtos e serviços, atraindo investidores e aumentando as divisas econômicas do município.

4.2.3 Aspectos da oferta e demanda turísticas

Conhecida turisticamente como a capital catarinense das águas termais, Santo Amaro tem em suas águas termominerais o seu maior atrativo turístico. As águas termais juntamente com o patrimônio histórico e arquitetônico da Estância Caldas da Imperatriz permitem o uso turístico com motivos de lazer e saúde. As propriedades terapêuticas e relaxantes já são reconhecidas, sendo considerada como a segunda melhor água mineral do mundo (SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, 2005).

A Mata Atlântica constitui 63% do território do município, ainda com razoável grau de preservação, pois pertence ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Suas inúmeras montanhas, corredeiras e quedas d'água permitem a prática de esportes como canoagem, rafting, rapel e vôo livre, as quais necessitam da paisagem privilegiada pela cobertura vegetal preservada como palco para sua realização, atraindo os visitantes para o município (FIGURA 4).

Em meio a este cenário de montanhas e vales, existe a opção de turismo rural oferecida por hotel-fazenda no município.

A religião manifestada com a Festa do Divino Espírito Santo, ou a presença do Frei Hugolino Back no município, a quem através da Parapsicologia, atribui-se a cura diversas doenças pela imposição das mãos, são outros motivos para incrementar as visitas a Santo Amaro (FIGURA 5).

FIGURA 4 - Foto da Serra do Tabuleiro



Fonte: proposta de Zoneamento do PEST (FATMA, 2002).

A Festa do Divino Espírito Santo, trazida dos Açores e incentivada pelo imperador do Brasil, é uma manifestação religiosa que acontece no município desde 29 de maio de 1854. Sua data, no entanto é móvel, podendo ocorrer em maio ou junho. A festa é motivada pela fé no Espírito Santo, tradição e caridade, atraindo visitantes da região (SANTOS, 1994).

Visitas ao Frei Hugolino Back, tem-se registro de cerca de 30 mil pessoas que o procuram, por ano, para obter a cura de suas doenças (SANTA CATARINA, 2005).

FIGURA 5 - Foto do Conventinho do Espírito Santo (Frei Hugolino)



Fonte: Fabiana Maia.

Como atividade complementar para incrementar o potencial turístico do município, Santo Amaro possui uma associação de artesãos, cujos trabalhos desenvolvidos são: bordado, pintura em porcelana, cestaria, tapeçaria, entalhe em madeira, e pintura a óleo. Esses produtos são comercializados em pontos turísticos, como Caldas da Imperatriz, nas proximidades do prédio da Prefeitura Municipal e no posto do trevo da BR-282 de acesso a Santo Amaro.

A infra-estrutura turística do município se concentra na localidade de Caldas da Imperatriz, por possuir acesso, hotéis, restaurantes, operadoras de turismo e opções de lazer. Mas também a localidade do Sul do Rio de Cima possui o Morro Queimado, cuja rampa de vôo livre constitui-se atrativo turístico. Na localidade do Poço Fundo encontram-se pesque-pagues e um parque aquático. Na localidade do Braço do São João está o hotel fazenda e na localidade da Vargem do Braço possui uma pousada.

A Vargem do Braço, por estar localizada totalmente no interior do parque, merece atenção especial devido à irregularidade desta ocupação. Desta forma não se aconselha a obtenção de investimentos para melhoria de infra-estrutura de apoio ao turismo no local para não estimular sua permanência. Mesmo assim, a pesquisa de Bitencourt (2000), sobre o perfil dos agricultores que trabalham com o modelo orgânico de produção na Vargem do Braço mostrou que 71% das famílias têm interesse de receber turistas em suas propriedades. (FIGURA 6). Mas, apenas a família da pousada “Centro de Vida Alma Verde” demonstrou real interesse em oferecer hospedagem, pois já vem recebendo pessoas em sua propriedade para a realização de cursos de crescimento pessoal, como: atendimento terapêutico, vivências e alimentação vegetariana (idem).

FIGURA 6 - Foto de parte de uma propriedade da Associação de Produtores orgânicos (Vargem do Braço)



Fonte: Fabiana Maia.

A potencialidade turística da Vargem do Braço é representada pelos atrativos naturais, onde Bitencourt (idem) observou que 54,4% das propriedades apresentam córregos. Cerca de 36,4% das propriedades apresentam açudes, sendo que, apenas em uma, havia 3 açudes. O lugar é bastante privilegiado pela presença de cachoeiras em 54,0% das propriedades. Também é grande o número de pequenos riachos, mas os agricultores não conseguiram precisar a quantidade. Há a existência de trilhas, algumas já em estado de regeneração natural da vegetação pelo não uso, sendo que a mais utilizada é a trilha que leva ao topo de uma parte da Serra do Tabuleiro, permitindo uma visão panorâmica das redondezas. Com relação à pesca, os agricultores, que têm açudes em sua propriedades, dizem que é um bom local para a pescaria (FIGURA 7).

FIGURA 7 - Foto do Rio Vargem do Braço



Fonte: Fabiana Maia.

Portanto, estas propriedades permitiriam atividades turísticas de lazer como banhos de cachoeira, pesque-pague, passeio de cavalo, caminhadas e também comercialização dos seus produtos coloniais e fitoterápicos.

A infra-estrutura turística de hospedagem existente em Santo Amaro é de 4 hotéis em Caldas, 1 hotel fazenda no Braço do São João e 1 pousada na Vargem do Braço. A capacidade total é de 277 apartamentos, considerando-se uma pequena infra-estrutura. Por outro lado, a proximidade de Florianópolis permite uma prática comum, que os visitantes utilizem os atrativos de Santo Amaro durante o dia, e pernoitem em Florianópolis.

O Hotel Caldas da Imperatriz funciona desde 1920, no prédio onde abrigou a primeira estância termal do Brasil. Sua estrutura conta com 22 apartamentos e 11 quartos, com banheiros coletivos, na ala tombada pelo patrimônio histórico-cultural. Possui um restaurante aberto ao público para almoço e café colonial, área de lazer com piscina termal. Em anexo há um parque aquático com cachoeiras, piscinas naturais, toboágua e churrasqueiras. Este hotel é arrendado para a Prefeitura municipal, cabendo a esta sua administração (FIGURA 8).

FIGURA 8 - Foto do Hotel Caldas da Imperatriz



Fonte: Fabiana Maia.

O Hotel Plaza Caldas da Imperatriz pertence à rede Plaza hotéis, funcionando no município desde 1981. Em sua área de 130 hectares, possui 11 suítes, 138 apartamentos, todos com banheiras de hidromassagem, centro de eventos, piscinas com água termomineral, banheiras de hidromassagem ao ar livre, bar, dois restaurantes, sauna, salão de beleza, loja, campo de futebol suíço, quadras de tênis, 10 hectares de jardim, ponte pênsil, engenho colonial, recreação infantil e adulta, e trilhas interpretativas acompanhadas por um biólogo. Possui uma casa a 2,5 km do hotel, em meio à área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, denominada de pousada da mata, que conta com 12 apartamentos, mirante e trilhas interpretativas nos arredores. O hotel possui também uma estrutura de Spa, contendo três programas principais: desintoxicação e emagrecimento, reeducação alimentar e atenuação do estresse e suas conseqüências (FIGURA 9).

FIGURA 9 – Foto do Hotel Plaza Caldas da Imperatriz



Fonte: Fabiana Maia.

Destaca-se o trabalho de educação ambiental realizado pelo Plaza Caldas, que atende aos hóspedes através de um biólogo e estagiários de biologia, oferecendo palestras com recursos áudio-visual e acompanhamento das trilhas para lazer e para observação de aves.

A observação de aves é uma atividade crescente no Brasil, e o hotel dispõe de guia capacitado para acompanhamento, guia prático do observador, elaborado em parceria com a PROAVES¹⁹, e um folheto com fotos e identificação das principais aves observadas na área do hotel.

São 4 trilhas identificadas por cores de acordo com a extensão e grau de dificuldade, e devidamente demarcadas com placas indicativas e interpretativas, e fitas com as respectivas cores amarradas nos troncos das árvores. Dentre elas, estão: Trilha do Tronco (verde), com 300 metros de extensão e grau de dificuldade fácil, localizada nas proximidades da Pousada da Mata, com identificação de algumas espécies símbolos da Mata Atlântica e indicada para observação de aves; Trilha da Estrada Velha (amarela), com 400 metros de extensão e grau de dificuldade fácil, localizada nas proximidades da Pousada da Mata, contemplando a estrada antiga que servia para a retirada da madeira e mais tarde para a agricultura de pequenas áreas, com vegetação em estágio de regeneração, constituindo-se de

¹⁹ Sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito federal. Criada com o objetivo de promover esforços para a conservação das aves no Brasil.

mata secundária ou capoeirão; Trilha do Guamirim (azul), com 600 metros de extensão e dificuldade média, inicia na Pousada da Mata percorrendo um ambiente de vegetação secundária até chegar a uma zona mais alta, de onde é possível ter uma vista do Pico do Tabuleiro, e retorna pela Estrada Velha; A Trilha da Cascata (laranja), possui 3.500 metros de extensão e grau de dificuldade considerado difícil, iniciando nas proximidades da sede do hotel, cruzando o Rio Águas Claras cerca de 22 vezes, e percorre uma região de mata nativa, ou primária, chegando na Cascata do Tatu, com seus 30 metros de queda livre num paredão de granito rosado. Cabe, ressaltar, que segundo informações do biólogo, a Trilha da Cascata é a mais ameaçada, em termos de impactos negativos, pois possui outros acessos, fora do hotel, sem o controle de visitação, e abrange uma área de mata primária que se encontra no interior do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

O Hotel Imperador Caldas Palace pertence ao atual proprietário há um ano. Possui 23 apartamentos com banheiras com águas termais e hidromassagem. A área de lazer conta com piscina, salão de jogos, pomar, açude e campo de futebol. O restaurante serve almoço, café colonial e jantar conforme reserva prévia.

O Fischer Hotel Fazenda Jomar situa-se na localidade do Braço do São João, numa área de 300 hectares, a 9 km do centro de Santo Amaro. Dispõe de 9 apartamentos e 43 cabanas. Sua estrutura de hotel fazenda possui lago para pesca e passeio de pedalinho, bosque, passeios a cavalo e de charrete e caminhadas pelas trilhas em meio à Mata Atlântica. O Acesso à Cachoeira Cobrinha de Ouro, no interior do parque, também é realizado por trilha que parte da propriedade do hotel. A infra-estrutura de lazer e esportes oferece: Bocha, Futebol, Cancha de Tênis, Cancha de Padle, Vôlei, Piscina com toboágua, Piscina e Parque infantil. O restaurante é panorâmico com vista para o lago. Tem capacidade para 420 pessoas, servindo café colonial.

A estrutura hoteleira de Santo Amaro possui também o Hotel Prayontur, existente desde 1984, passando por diversas melhorias, mas depois da enchente de 1998, quando caiu a ponte de Caldas do local, impedindo o acesso aos turistas por mais de três meses, o hotel encontra dificuldades de se re-erguer. Atualmente atende, basicamente os hóspedes que vão a trabalho no município, e não possui infra-estrutura de lazer. Por este motivo, não foi contemplado na pesquisa.

Completando a infra-estrutura turística de Santo Amaro, estão as operadoras locais, todas classificadas como empresas de ecoturismo pela junta comercial municipal, oferecendo basicamente o rafting no Rio Cubatão. Dentre as mais conhecidas e divulgadas, estão: Ativa Rafting, Apuama Rafting, Tabuleiro Ecoaventuras, TDA Rafting, Tropa de Elite Rafting e Sítio do Guto esportes de aventura e lazer.

Estas operadoras são recentes no município, uma vez que a “pioneira”, como se intitula a TDA Rafting, possui 6 anos de atuação. Os serviços oferecidos são o rafting, mas algumas oferecem caminhadas, expedições, rapel, canyoning e programas de treinamento empresarial, para diversificar as atividades oferecidas (FIGURA 10).

FIGURA 10 – Rafting no Rio Cubatão



Fonte: Victor (Ativa Rafting).

O Lagoa Clube de Vôo Livre possui sede no município, na localidade do Sul do Rio que serve como ponte de pouso para quem salta da rampa do Morro Queimado, nas modalidades parapente e asa delta. É comercializado o vôo duplo através das operadoras Parapente Sul, Ikaro Cursos e Goodfly, atraindo visitantes para o município.

Sobre a demanda turística de Santo Amaro não se têm muitos dados. A mais recente divulgação é a pesquisa mercadológica “Estudo da Demanda Turística de

Santo Amaro” (SANTUR, 2004). Foi realizada através do convênio de cooperação técnica entre a SANTUR e a prefeitura municipal.

As características pesquisadas foram a impressão dos visitantes sobre Santo Amaro da Imperatriz e os equipamentos utilizados. As informações foram colhidas quando os turistas deixavam o município, através de questionários aplicados por pesquisadores de campo no terminal rodoviário e nas principais saídas do município. O período de coleta desta pesquisa foi de 04 a 11 de janeiro e de 05 a 12 de fevereiro de 2004. Portanto só possui informações do período denominado de verão.

Destaca-se que o movimento estimado de turistas neste período foi de 3.297, entre turistas nacionais e estrangeiros, mas predominantemente nacionais. A receita estimada, em dólar foi de US\$ 284.681,20. O Gasto médio diário por turista nacional, em dólar, foi de US\$ 26,47.

Os meios de hospedagem mais utilizados pelos turistas foram os hotéis com 91,89%. A taxa de ocupação da rede hoteleira apresentou 48,68%. A permanência média nos hotéis foi de 5 dias.

Os principais mercados emissores nacionais são os estados da região sul. O Estado do Paraná lidera com 43,93%. Em seguida o Estado de Santa Catarina com 28,97%. O Rio Grande do Sul está em terceiro lugar com 14,02%. Dentre os outros estados aparece o Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rondônia. E o mercado emissor estrangeiro principal é a Argentina.

A motivação da viagem fica por conta do turismo com 98,08% em 2003 e 99,09% em 2004. E os atrativos turísticos que mais chamam a atenção são os naturais com 84,83% em 2003, e 92,86% em 2004. O tratamento de saúde oferecido pelas águas termais foi apontado em terceiro lugar em 2003 com 3,57%, e em segundo em 2004 com 4,46%. Os atrativos histórico-culturais aparece em segundo lugar em 2003 com 4,46% e em quarto em 2004 com 0,89%.

O meio de transporte mais utilizado é o automóvel com 90,82%, o que particulariza viagens individuais, ou em grupos pequenos. Destes, 53,15% já haviam visitado o município. A reincidência de visitas ao município é confirmada com o dado de que 85,59%, indicam a pretensão de retornar.

Dentre os veículos de propaganda que mais influenciaram a viagem estão a indicação de amigos e parentes com 50,89%. Seguido da divulgação por folhetos, folder e cartazes com 35,71%. As outras formas de divulgação apontadas são as revistas, jornais, televisão e filmes.

Esta pesquisa não teve seqüência no ano de 2005, sendo considerada uma perda de informações importantes sobre o acompanhamento da demanda turística de Santo Amaro.

4.3 O PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO

O Plano Diretor do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (FEEMA/FATMA, 1976, p.14) atesta que a sua criação e deve à iniciativa dos botânicos Dr. Roberto Klein e Dr. Raulino Reitz. Preocupados com o processo de devastação das florestas no Estado de Santa Catarina, estes botânicos iniciaram suas pesquisas sobre a flora catarinense em 1954.

Em 1975, durante o XXVI Congresso Nacional de Botânica, Klein apresentou a informação de que a vegetação da Serra do Tabuleiro somente poderia ser preservada com a criação de um parque florestal. Em outubro daquele mesmo ano, Reitz, ocupando o cargo de coordenador para assuntos do meio ambiente da Secretaria de Tecnologia e do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, providenciou a exposição de motivos para a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, sendo encaminhada imediatamente ao Governador do Estado.

Com aprovação do Governador Dr. Antônio Carlos Konder Reis, foi criado o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, através do Decreto Lei nº 1260, de 01 de novembro de 1975. O parque compreendia uma área²⁰ de, aproximadamente 90.000 ha, e visava “*a proteção e a preservação dos mananciais de água, da flora, da*

²⁰ Esta área incluía, originalmente fragmentos de área dos municípios de Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí e Paulo Lopes, além das terras de marinha situadas entre a foz do Rio Maciambu e do Embaú, e as ilhas oceânicas: Siriú, Coral, Moleques do Sul, Três Irmãs, Fortaleza e dos Cardos.

fauna, de determinados aspectos geológicos, da paisagem e dos locais apropriados ao lazer e à atração turística”.

O objetivo do parque traduz os motivos indicados para sua criação, conforme apontado no seu Plano Diretor (FEEMA/FATMA, 1976). Este documento visava a implantação do parque, contendo informações sobre os aspectos naturais, socioeconômicos, situação fundiária, justificativa da criação, diretrizes para o zoneamento e plano de manejo, normas administrativas e pesquisa.

Entre 1977 e 1998 algumas áreas foram anexadas e desanexadas ao parque, fazendo com que se agravassem seus problemas fundiários. Conforme coloca Schmitz (2003, p. 26) *“considerando-se a área inicial, anexações e desanexações, estima-se que o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro detenha uma área de 87.405 hectares”.*

Os primeiros esforços para a implantação do Parque ocorreram entre 1993 e 1998, quando foram realizados parte das Discriminatórias Administrativas e todo o cadastramento fundiário do Parque.

Outro acontecimento que marcou o processo de implantação do parque foi o seminário, ocorrido em 1997, em Florianópolis, reunindo alguns membros das comunidades do entorno do Parque. Este seminário realizou-se como parte integrante do Projeto Microbacias/BIRD, tendo como objetivo sensibilizar autoridades e a sociedade sobre a importância do Parque como patrimônio da humanidade. Resultou na criação do Conselho Intermunicipal, integrado por representantes dos proprietários e dos municípios atingidos pelo parque.

Em 1998, com recursos do PNMA (Plano Nacional do Meio Ambiente), foram adquiridas algumas placas de sinalização e se construiu uma casa na Sede Administrativa do Parque, na Baixada do Maciambu, em Palhoça.

Como resultado importante a partir das discussões do Conselho Intermunicipal para Implantação do Parque foi a realização do Produto Básico do Zoneamento do PEST (PBZ/PEST), do qual surgiu o documento da sua Proposta de Zoneamento (FATMA, 2002).

4.3.1 Proposta de Zoneamento do Parque

Nesta proposta constam informações e discussões contidas nos diagnósticos Sócio-econômico e da dinâmica de Recursos Naturais, que tratam da situação fundiária do Parque, o contexto sócio-econômico e cultural, as condições físico-cênicas e a importância da biodiversidade do Parque como potencial a ser conservado, as potencialidades turísticas do Parque e entorno, bem como são reforçadas as ameaças e riscos à biodiversidade, indicando possíveis soluções.

Neste sentido, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro é subdividido em seis zonas que, segundo a proposta (FATMA, 2002, p. 33) estas *“visam organizar espacialmente a área em distintas parcelas com seus respectivos graus de proteção e intervenção, para contribuir no cumprimento dos objetivos de manejo”*.

A definição das zonas do PEST teve como base as definições do Regulamento de Parques Nacionais Brasileiros (Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, artigo 7º), adotadas pelo roteiro metodológico do IBAMA (1996).

O Mapa de Zoneamento foi discutido com o Grupo Consultivo do Produto Básico do Zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, composto por representantes técnicos de diversas instituições do Estado, envolvidas com a questão do Parque e seu Entorno. A proposta foi apresentada à comunidade em geral em dois seminários abertos: o primeiro aconteceu em 15 de agosto de 2000, e o segundo em 05 de outubro de 2000. Depois realizaram-se reuniões com algumas comunidades locais, destacando-se a participação das comunidades: Vargem do Cedro, São Bonifácio, Vargem do Braço, Garopaba e Baixada do Maciambu. Estas comunidades já possuem uma certa organização local e fazem parte do Conselho Intermunicipal para Implantação do Parque.

Tal como se apresenta na Proposta de Zoneamento do PEST, a área está dividida em: Zona Intangível, Zona Primitiva, Zona de Uso (Intensivo ou Extensivo), Zona de Recuperação, Zona Histórico-Cultural e Zona de Recuperação Especial.

Estas zonas são apresentadas na proposta com suas respectivas definições, objetivos de manejo, descrições das áreas compostas por cada uma delas e normas.

Cabe destacar nesta pesquisa apenas as zonas que são encontradas na área do Parque compreendida pelo Município de Santo Amaro da Imperatriz: Zona Primitiva, Zona de uso e Zona de Recuperação Especial.

- **Zona Primitiva:** é aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico.
 - Objetivo Geral do Manejo: preservar ao máximo o ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e **proporcionar formas primitivas de recreação.**
 - Descrição: perfaz cerca de 60% da superfície total do Parque. Em Santo Amaro não é diferente. Abrange áreas de montanhas, onde se localizam as nascentes dos principais rios do município: Rio Vargem do Braço, Rio Vermelho, Rio das Águas Claras e Ribeirão Cachoeira do Retiro. Nesta zona também está o Pico do Tabuleiro, que faz divisas com os municípios de Santo Amaro, Águas Mornas e São Bonifácio. Possui trilhas já demarcadas e utilizadas: Trilha do Pico do Tabuleiro e Espigão do Tabuleiro, Trilha para São Bonifácio (acesso ao Campo da CIAMA, e ao Morro das Antas), Trilha para campos de Altitude do Maciambu. Descreve-se que, particularmente, a área de Campos de Altitude, pela sua situação de isolamento, pode futuramente ser enquadrada como Zona Intangível, com base em estudos mais detalhados da Fauna e Flora.
 - Normas: as atividades de pesquisa deverão obedecer a normas definidas no Subprograma de Pesquisa e as atividades de educação e recreação deverão ser de baixo impacto e em apenas pequena porção dessa zona, a ser detalhadas no Plano de Manejo; as trilhas para fiscalização e pesquisa deverão se limitar às já existentes e causar o menos impacto possível; as atividades desenvolvidas nesta zona devem ser bem monitoradas para verificação de possíveis impactos.

- **Zona de Uso (Intensivo ou Extensivo):** Esclarece-se que a definição entre as destinações de cada uma destas áreas como de Uso Intensivo ou de Uso Extensivo deverá ser feita no Plano de Manejo.

- **Zona de Uso Extensivo**: é aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma área de influência entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo.
- **Objetivo Geral do Manejo**: manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer **acesso e facilidade públicos para fins educativos e recreativos**.
- **Descrição**: Está situada principalmente em áreas com maior grau de interferência que a Zona Primitiva e em locais onde se prevê um uso público um pouco mais intenso que naquela. Em Santo Amaro identificaram-se três fragmentos dessas áreas, as quais se percebe o uso com intensidade, mas sem infra-estrutura existente: Trilha da Cascata (acompanhando parte do Rio Águas Claras até chegar na Cascata do Tatu); Morro Queimado (acesso e topo do morro, onde está a rampa de vôo livre); e a Trilha de acesso aos Pilões do Rio Vargem do Braço (com início no Braço do São João).
- **Normas**: as atividades desenvolvidas nesta zona não devem interferir em sua recuperação natural; os equipamentos a serem instalados nesta zona devem ser poucos, pequenos, rústicos e muito simples.

- **Zona de Uso Intensivo**: é aquela constituída por áreas naturais ou alterada pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços.
- **Objetivo Geral do Manejo**: **facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio**.
- **Descrição**: Em Santo Amaro identificou-se a trilha de acesso a Cachoeira Cobrinha de Ouro, constituindo-se uma propriedade particular, que além de fazer uso intensivo desta área, possui infra-estrutura com piscinas naturais, churrasqueiras, casa com restaurante, banheiros e estacionamento.
- **Normas**: apesar de nessa zona ser possível um uso mais intensivo, deve-se primar pela instalação de equipamentos e infra-estrutura harmonizados paisagisticamente; as instalações sanitárias devem seguir os trâmites normais de licenciamento, seguindo um bom padrão técnico; as atividades nesta zona deverão ser monitoradas para a averiguação de possíveis impactos da visitação intensiva.

- **Zona de Recuperação Especial:** assim como a Zona de Recuperação é aquela que contém áreas consideravelmente alteradas pelo homem, Mas esta se aplica onde há concentração de ocupação do solo por moradores locais. Constitui-se uma zona de caráter transitório, devendo evoluir para Zona de Recuperação, e uma vez restaurada, será incorporada a uma das zonas permanentes.
 - Objetivo Geral do Manejo: deter a degradação dos recursos e/ou restaurar a área.
 - Descrição: Em Santo Amaro compreende a área ocupada pela comunidade da Vargem do Braço e partes das áreas de Caldas da Imperatriz, do Sul do Rio de Cima, da Vila Santana e do Braço São João.
 - Por ser uma zona temporária, no zoneamento não estão claros os tipos de usos existentes e as normas a serem aplicadas nesta área.

Observando-se o uso turístico em cada uma destas zonas, percebe-se, que mesmo nas Zonas de Uso, estes acontecem de forma desorganizada e sem um controle de visitação adequado.

Cabe analisar os possíveis conflitos com cada tipo de turismo realizado nestas áreas a fim de caracterizar a compatibilidade de uso turístico com os objetivos de conservação do parque, definidos para cada zona.

4.4 COMPATIBILIDADE DE USO TURÍSTICO DO PEST

A atividade turística foi contemplada na Proposta de Zoneamento do PEST, utilizando a denominação de ecoturismo. Estão identificados 49 (quarenta e nove) “atrativos naturais” e 12 (doze) “atrativos histórico-culturais”, os quais são apontados como sendo de alto interesse e potencial ecoturístico, e estão localizados no interior ou no entorno imediato do Parque.

Em Santo Amaro da Imperatriz identificou-se 10 destes atrativos indicados na proposta, sendo a Sede do Município um “atrativo Histórico-Cultural” e 9 (nove) “atrativos naturais”: **Estância Hidrotermal Caldas da Imperatriz; Rio Cubatão;**

Cascata do Tatu; Morro Queimado; Pilões do Rio Vargem do Braço; Cachoeira da Fazenda Jomar; Cachoeira Cobrinha de Ouro; Pico do Tabuleiro; e a trilha de acesso à CIAMA e São Bonifácio.

Nestes locais foram indicados os tipos de uso turístico possíveis de serem realizados: **observação da fauna e flora**; **turismo científico** (grupos pequenos que tem por objetivo estudar uma determinada área ou espécie); **roteiro cultural** (roteiros onde a cultura é enfocada); **balonismo** (vôo dirigido pelo vento em balão de ar quente); **montanhismo** (Caminhadas e acampamentos); **hiking** (caminhadas curtas, sem pernoite); **ambientação rural** (participação em atividades do ambiente rural); **rapel** (descida em paredões rochosos com cordas e equipamentos de segurança); **canyoning** (rapel em cachoeiras); **canoagem** (descida de rios num caiaque); **turismo eqüestre** (passeios a cavalos por trilhas); **trekking** (caminhada longa, com pernoite); **vôo livre** (vôo com auxílio de pára-quedas autodirigível retangular, ou Asa Delta); **safári fotográfico** (Trekking com objetivo de fotografar fauna, flora e belezas cênicas de reconhecido valor); **cicloturismo** (passeios de bicicleta permitindo uma integração com o meio); **rafting** (descida de corredeiras em botes infláveis); **vista panorâmica**; **balneário hidrotermal**; **banho de cachoeira** (FIGURA 11).

É importante salientar que o levantamento dos atrativos de interesse ecoturístico foi realizado e apresentado na proposta de zoneamento, sob a perspectiva da potencialidade de uso destas áreas. A potencialidade indica apenas a atratividade, mas não está relacionada com a definição dos limites de uso, nem com a existência de infra-estrutura necessária para atender aos turistas, nem com a existência de uma demanda real para algumas áreas. A participação das comunidades locais na condução da prática destas atividades, também não foi contemplada na Proposta de Zoneamento.

Confrontando as informações que deram origem ao zoneamento do parque com as informações dos atrativos turísticos de Santo Amaro (FIGURA 11), surge o mapa de compatibilidade do uso turístico em relação ao zoneamento do PEST em Santo Amaro da Imperatriz (FIGURA 12).

FIGURA 11 - Mapa de espacialização dos atrativos turísticos em Santo Amaro.

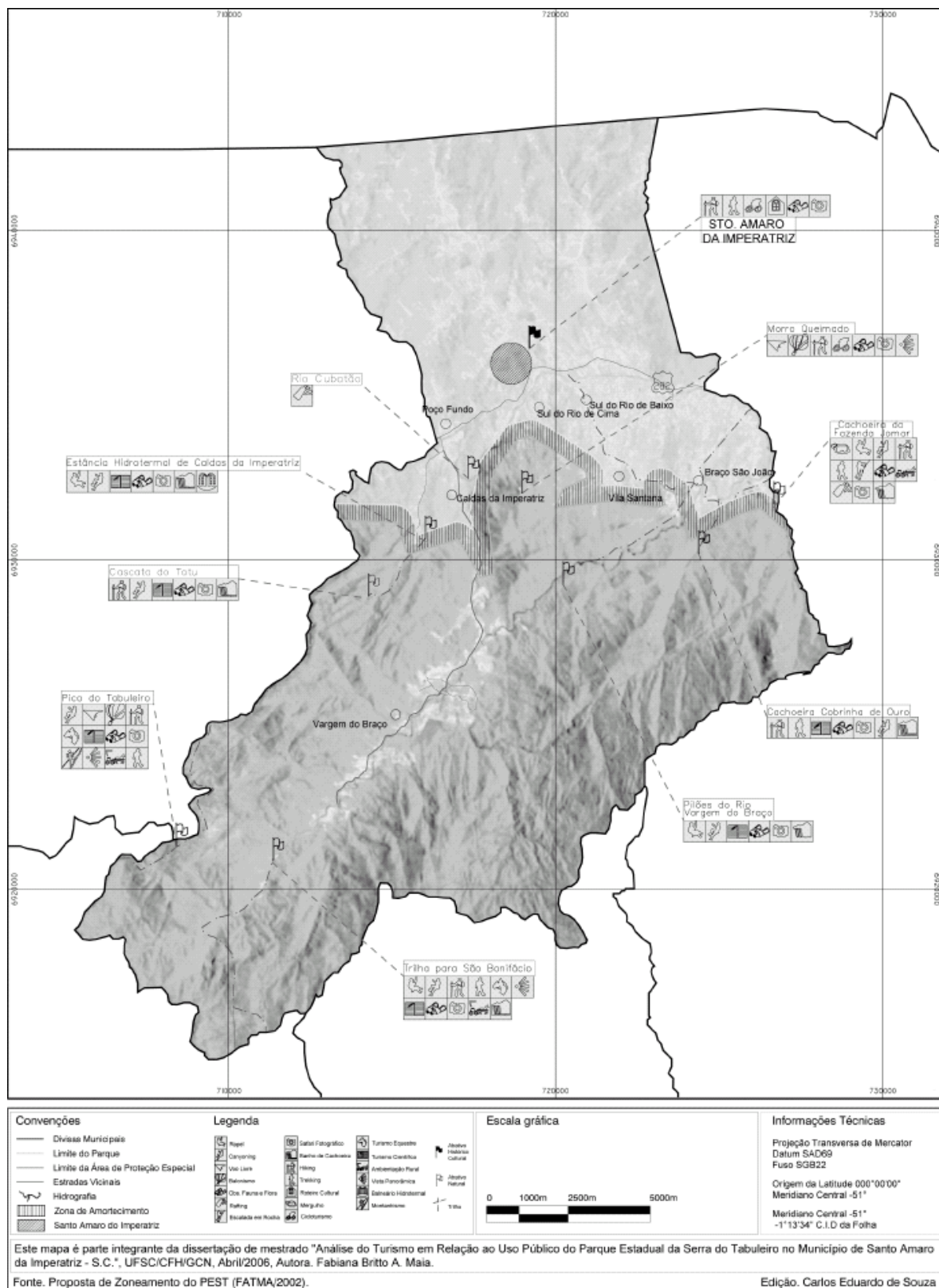
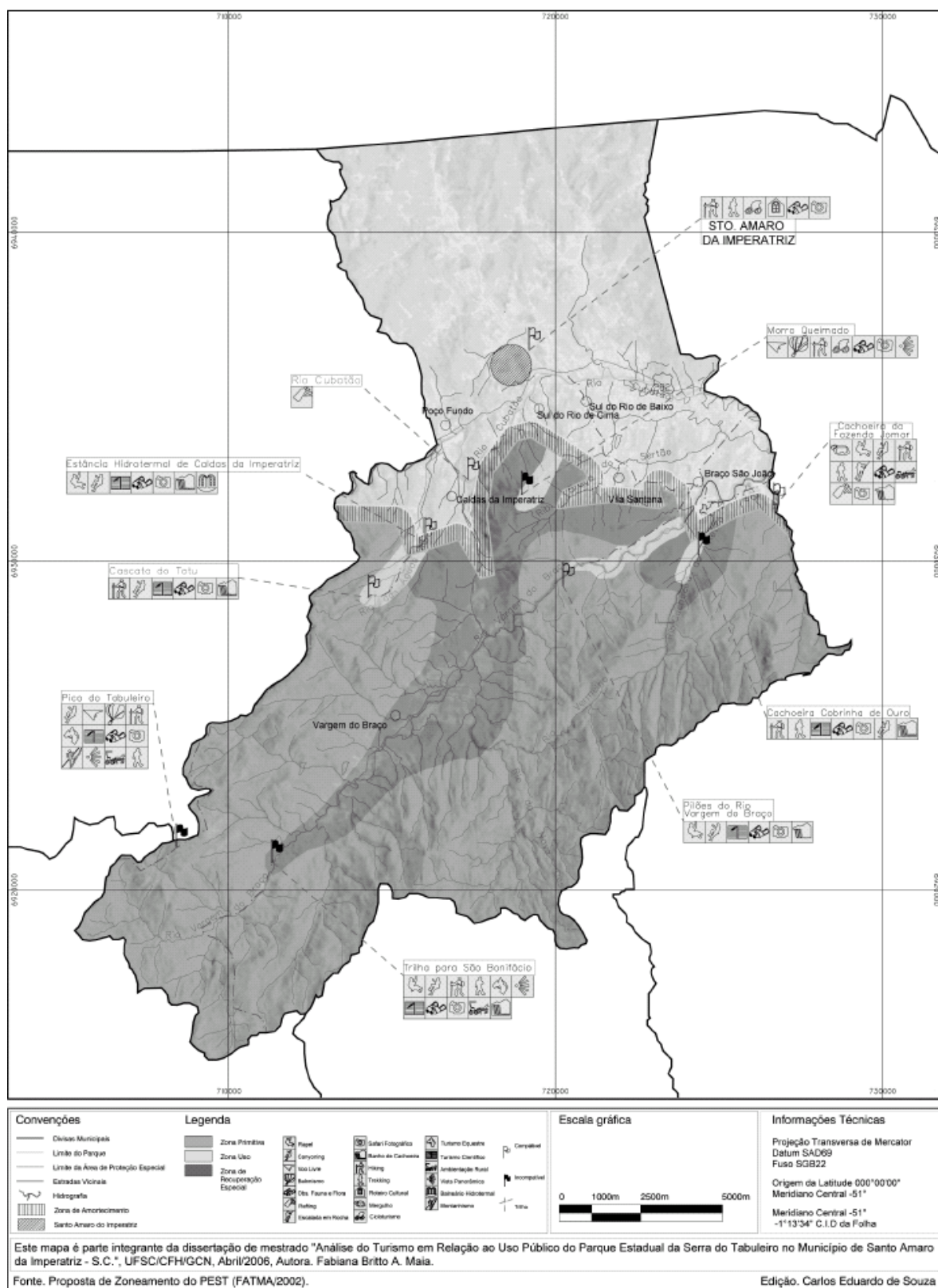


FIGURA 12 - Mapa de compatibilidade de uso turístico em relação ao zoneamento do PEST em Santo Amaro da Imperatriz.



A classificação de compatibilidade de uso turístico do parque, apresentada neste trabalho, foi obtida a partir do cruzamento das informações disponíveis na proposta de zoneamento do parque, relacionando as normas de uso indicadas para cada zona e os possíveis impactos negativos causados ao ambiente natural para cada atividade turística observada.

Na **Zona primitiva**, em Santo Amaro, estão o **Pico do Tabuleiro** e boa parte das trilhas de acesso ao pico, a **Trilha para São Bonifácio** e de acesso ao Campo da CIAMA e os **Pilões do Rio Vargem do Braço**.

Dentre as normas de uso para atividades de recreação nestas áreas destaca-se a necessidade de serem de baixo impacto e utilizar apenas uma pequena porção dessa zona. Para cada um dos atrativos existentes, apresentam-se as atividades turísticas potenciais indicadas pelo zoneamento. Estas atividades foram cruzadas com a classificação de compatibilidade de uso turístico em cada sítio, também proposto no zoneamento. Este cruzamento resultou na classificação da compatibilidade de uso turístico, apresentada na última coluna do QUADRO 13.

QUADRO 13 - Compatibilidade de uso turístico das atividades potenciais ocorridas na zona primitiva

Sítios turísticos	Atividades potenciais	Possíveis impactos negativos locais	Classificação de compatibilidade de uso turístico
Pico do Tabuleiro	<i>Canyoning</i>	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Vôo livre	Alargamento de trilhas até o ponto de decolagem; dificuldade de pouso.	Incompatível
	Balonismo	Alargamento de trilhas; dificuldade de decolagem.	Incompatível
	<i>Hiking</i>	Trilha muito longa para caminhada de curta duração.	Incompatível
	<i>Trekking</i>	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Turismo equestre	Alargamento das trilhas; introdução de espécies exóticas; perturbação da fauna; produção de resíduos.	Incompatível
	Turismo científico	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Observação da fauna e flora	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível

Fonte: Adaptado da Proposta de Zoneamento do PEST (FATMA, 2002).

QUADRO 13 - Continuação

Sítios turísticos	Atividades potenciais	Possíveis impactos negativos locais	Classificação de compatibilidade de uso turístico
Pico do Tabuleiro	Safári fotográfico	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Montanhismo	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Vista panorâmica	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Ambientação rural	Ambiente não propício a atividades rurais.	Incompatível
Trilha para São Bonifácio	Rapel	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	<i>Canyoning</i>	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	<i>Hiking</i>	Trilha muito longa para caminhada curta	Incompatível
	<i>Trekking</i>	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Turismo Equestre	Alargamento das trilhas; introdução de espécies exóticas; perturbação da fauna; produção de resíduos.	Incompatível
	Vista panorâmica	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Turismo científico	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Observação da fauna e flora	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Safári fotográfico	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Ambientação rural	Ambiente não propício a atividades rurais.	Incompatível
Banho de cachoeira	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível	
Pilões do Rio Vargem do Braço	Rapel	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	<i>Canyoning</i>	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Turismo científico	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Observação da fauna e flora	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Safári fotográfico	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Banho de cachoeira	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível

Fonte: Adaptado da Proposta de Zoneamento do PEST (FATMA, 2002).

Conforme alerta a proposta de zoneamento do parque, as atividades desenvolvidas nesta zona devem ser bem monitoradas para verificação de possíveis impactos. Assim, mesmo as que foram consideradas compatíveis a princípio, deve

ser analisadas sua situação atual de desenvolvimento e devem ser estabelecidas regras de uso.

A **Zona de uso**, seja intensivo ou extensivo, em Santo Amaro, apesar de ocorrer em pequenas áreas bem delimitadas, em algumas delas já se observa um uso descontrolado. Os atrativos contidos nesta área, são: a **Trilha da Cascata do Tatu**; o **Morro Queimado**; a **Trilha de acesso aos Pilões do Rio Vargem do Braço**; e a trilha de acesso, incluindo área da propriedade da **Cachoeira Cobrinha de Ouro**.

Dentre as normas de uso para atividades de recreação nestas áreas coloca-se que as atividades desenvolvidas não devem interferir na sua recuperação natural, e os equipamentos instalados devem ser poucos, pequenos, rústicos e simples, harmonizados paisagisticamente. As possíveis instalações sanitárias devem seguir os trâmites normais de licenciamento, seguindo um bom padrão técnico. Estas são classificadas pela compatibilidade de uso (QUADRO 14).

QUADRO 14 - Compatibilidade de uso turístico das atividades potenciais ocorridas na zona de uso

Sítios turísticos	Atividades potenciais	Possíveis impactos negativos locais	Classificação de compatibilidade de uso turístico
Trilha da Cascata do Tatu	<i>Canyoning</i>	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	<i>Hiking</i>	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Turismo científico	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Observação da fauna e flora	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Safári fotográfico	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Banho de Cachoeira	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
Morro Queimado	Vôo livre	Trilha de acesso e ponto de decolagem já instalado.	Compatível
	Balonismo	Trilha de acesso e ponto de decolagem já instalado.	Compatível
	<i>Hiking</i>	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Cicloturismo	Pode provocar alargamento e erosão da trilha já existente.	Incompatível

Fonte: Adaptado da Proposta de Zoneamento do PEST (FATMA, 2002).

QUADRO 14 - Continuação

Sítios turísticos	Atividades potenciais	Possíveis impactos negativos locais	Classificação de compatibilidade de uso turístico
Morro Queimado	Observação da fauna e flora	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Safári fotográfico	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Vista Panorâmica	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
Trilha de acesso aos Pilões do Rio Vargem do Braço	<i>Hiking</i>	Trilha já existente. Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
Cachoeira Cobrinha de Ouro	<i>Hiking</i>	Trilha já existente. Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	<i>Trekking</i>	A trilha é curta para a prática desta atividade.	Incompatível
	Turismo científico	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível
	Observação da fauna e flora	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível*
	Safári fotográfico	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível*
	<i>Canyoning</i>	Tende a ser de baixo impacto negativo.	Compatível*
	Banho de cachoeira	Infra-estrutura já existente e com alto poder de concentração de pessoas.	Compatível

Fonte: Adaptado da Proposta de Zoneamento do PEST (FATMA, 2002).

* Estas atividades tendem a ser de baixo impacto negativo, mas foi observado no local uma alta concentração de pessoas, principalmente no verão, o que pode comprometer a qualidade da experiência do visitante e, portanto, poderiam ser classificadas como incompatível nestas condições.

A Trilha da Cascata do Tatu não apresentava nenhuma atividade em potencial pelo zoneamento. Foram colocadas apenas as atividades consideradas compatíveis. No caso da trilha de acesso aos Pilões do Rio Vargem do Braço, coube comentar apenas da trilha de acesso em si, pois as atividades que são desenvolvidas nos Pilões, estão inseridas na zona primitiva, já comentada.

As atividades ocorridas nas zonas de uso também deverão ser monitoradas para a averiguação de possíveis impactos da visita intensiva.

A **Zona de Recuperação Especial**, ocupada principalmente pela comunidade da Vargem do Braço possui o **início da trilha para São Bonifácio** como único atrativo turístico classificado nesta área.

Como o percurso desta trilha está totalmente inserido na zona primitiva, esta já foi comentada e foi classificada a compatibilidade do uso turístico. Porém, a partir

desta área, sabe-se que tem acesso ao Pico do Tabuleiro, bem como há várias cachoeiras formadas pelo Rio Vargem do Braço, sendo utilizadas para banhos e caminhadas curtas. Porém, qualquer atividade nesta área torna-se **incompatível** devido à fragilidade e necessidade de recuperação dessas áreas.

Conforme estabelecido pela legislação ambiental federal, quando da criação de uma unidade de conservação, deve ser estabelecida sua Zona de Amortecimento, ou também chamada de Zona de Entorno. Segundo a lei do SNUC (BRASIL, 2000), a Zona de Amortecimento é definida como “o entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão submetidas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar a pressão e os impactos decorrentes da ação humana nas áreas vizinhas à área protegida”.

Esta zona, apesar de não ter sido formalmente descritos seus objetivos na proposta de zoneamento do PEST, merece ser aqui destacada pelo fato de existir uso turístico em alguns trechos deste entorno no município de Santo Amaro. Os atrativos identificados nesta zona são: Estância Hidrotermal de Caldas da Imperatriz; o Rio Cubatão; e a Cachoeira da Fazenda Jomar.

O fato da zona de entorno não possuir normas de uso definidas, impossibilita a classificação de compatibilidade de uso. Mas devido ao fato de os atrativos turísticos mais importantes que motivam a visita ao município estarem concentrados nestes sítios, merecem ser classificadas (QUADRO 15).

QUADRO 15 – Uso turístico nos sítios da zona de entorno

Sítios turísticos	Atividades potenciais	Possíveis impactos negativos locais
Estância Hidrotermal de Caldas da Imperatriz	Rapel	Tende a ser de baixo impacto negativo.
	<i>Canyoning</i>	Tende a ser de baixo impacto negativo.
	Turismo científico	Tende a ser de baixo impacto negativo.
	Observação da fauna e flora	Tende a ser de baixo impacto negativo.
	Safári fotográfico	Tende a ser de baixo impacto negativo.
	Banho de Cachoeira	Tende a ser de baixo impacto negativo.
	Balneário hidrotermal	Tende a ser de baixo impacto negativo.

Fonte: Adaptado da Proposta de Zoneamento do PEST (FATMA, 2002).

QUADRO 15 - Continuação

Sítios turísticos	Atividades potenciais	Possíveis impactos negativos locais
Rio Cubatão	<i>Rafting</i>	Tende a ser de baixo impacto negativo.
Cachoeira da Fazenda Jomar	Mergulho	Tende a ser de baixo impacto negativo.
	Rapel	Tende a ser de baixo impacto negativo.
	<i>Canyoning</i>	Tende a ser de baixo impacto negativo.
	<i>Hiking</i>	Tende a ser de baixo impacto negativo.
	<i>Trekking</i>	Não cabe à propriedade
	Escalada em rocha	Depredação de ecossistemas.
	Observação da fauna e flora	Tende a ser de baixo impacto negativo.
	Ambientação rural	Adequado à propriedade.
	<i>Rafting</i>	Não cabe à propriedade
	Safári fotográfico	Tende a ser de baixo impacto negativo.
	Banho de cachoeira	Tende a ser de baixo impacto negativo.

Fonte: Adaptado da Proposta de Zoneamento do PEST (FATMA, 2002).

Todas as atividades que tendem a ser de baixo impacto, podem causar depredação dos ecossistemas locais, produção de resíduos, introdução de espécies exóticas, perturbação da fauna, coleta inadequada da flora, entre outros danos.

A discussão da compatibilidade com as formas de uso dos atrativos decorre dos aspectos semelhantes e contraditórios encontrados no confronto dessas informações com os resultados da pesquisa de campo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil dos visitantes foi descrito e analisado de forma única, mas respeitando-se os dois períodos de coleta, inverno e verão.

Cumprir observar que os resultados aqui apresentados são relativos às condições de amostragem, que foi de caráter exploratório, pois dependia exclusivamente da vontade dos visitantes em responderem ao questionário, que lhes foi deixado à disposição. A aplicação da pesquisa em períodos distintos foi devido à necessidade de identificação de características peculiares dos visitantes em cada momento. Essas características se refletem no uso turístico do parque e na organização do espaço turístico no município de Santo Amaro, que serão discutidas a seguir.

A análise das entrevistas com os proprietários das empresas de turismo locais, com os gerentes de hotéis e com o poder público municipal será apresentada e discutida em seguida.

5.1 PERFIL DOS VISITANTES

O primeiro período de coleta de dados, denominado de “inverno”, ocorreu de maio a julho de 2005, obtendo um total de 85 questionários respondidos. No “verão”, a coleta ocorreu de novembro de 2005 a meados de fevereiro de 2006, onde se obteve 74 questionários respondidos.

Como caracterização geral dos visitantes, perguntou-se o gênero, a faixa etária e o grau de escolaridade (TABELA 1 a 3).

TABELA 1 - Gênero dos visitantes

Gênero	Inverno		Verão	
	Resultados	%	Resultados	%
Masculino	45	52,94	39	55,71
Feminino	40	47,06	31	44,29
TOTAL	85	100,00	70	100,00

Nota: 4 entrevistados do verão não responderam esta questão.

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados apontam que há equilíbrio entre visitantes dos gêneros feminino e masculino (TABELA 1). Portanto o gênero não se constitui uma variável de diferenciação do perfil dos visitantes.

A faixa etária foi subdividida entre jovem (Menores de 18 a 25 anos), adulta (de 26 a 50 anos), e idosa (acima de 51 anos). Esta junção facilita a interpretação desta variável, quando relacionada com outras (TABELA 2).

TABELA 2 - Faixa etária dos visitantes

Faixa etária	Inverno		Verão	
	Resultados	%	Resultados	%
Jovem	23	27,06	24	33,80
Adulta	47	55,29	42	59,15
Idosa	15	17,65	5	7,04
TOTAL	85	100,00	71	100,00

Nota: 3 entrevistados do verão não responderam esta questão.

Fonte: Pesquisa de campo.

A faixa etária que possui maior incidência é adulta, com 55,29% no inverno e 59,15% no verão. Porém a faixa etária jovem aparece com 27,06% no inverno e 33,80 no verão. A faixa idosa apresenta o menor índice, sendo que 17,65% dos visitantes do inverno estão nesta faixa e apenas 7,04% do verão a corresponde.

O pequeno índice de idosos entre os visitantes que responderam à pesquisa mostra uma tendência, já que um hotel do município, o qual recebe um fluxo elevado de visitantes dentro desta faixa etária, não participou da pesquisa. Contudo esta tendência não inviabiliza a análise do perfil dos visitantes, quando se relaciona esta variável com outras.

Com relação à escolaridade, os visitantes se subdividem em 1^o Grau (completo ou incompleto), 2^o Grau (completo ou incompleto) e Grau Universitário (TABELA 3).

TABELA 3 - Escolaridade dos visitantes

Escolaridade	Inverno		Verão	
	Resultados	%	Resultados	%
1 ^o Grau Incompleto	3	3,66	2	2,99
1 ^o Grau Completo	3	3,66	0	0,00
2 ^o Grau Incompleto	4	4,88	6	8,96
2 ^o Grau Completo	19	23,17	12	17,91
Grau Universitário	53	64,63	47	70,15
TOTAL	82	100,00	67	100,00

Nota: 3 entrevistados do inverno e 7 do verão não responderam esta questão.

Fonte: Pesquisa de campo.

Prevalecem os visitantes que já possuem grau universitário, e alguns declararam possuir pós-graduação. Os graduados em nível superior apresentam 64,63% das respostas do inverno e 70,15% do verão. Os que possuem até o primeiro grau completo correspondem a 7,32% do inverno e 2,99% do verão. Os que têm o segundo grau, incompleto ou completo, correspondem a 28,05% dos visitantes do inverno e 26,87%.

O maior grau de escolaridade está muito associado à visita em Santo Amaro. Porém, indica que este se constitui num público bastante informado e conseqüentemente mais crítico em relação às ações e informações repassadas.

A caracterização geral dos visitantes não difere muito entre inverno e verão. Porém, estas servem como variáveis importantes correlacionadas às outras descritas a seguir.

Dentre as questões mais específicas sobre a visita ao Município de Santo Amaro, apresentam-se as motivações que os atraíram, indicando os tipos de turismo existentes no município (TABELA 4).

Os tipos de turismo foram subdivididos pela descrição teórica, agrupando as motivações em três tipos: **Termalismo**, representado pelas águas termais e banhos de cachoeiras; **Turismo de Aventura**, representado pela prática de esportes radicais como o rafting, trekking e vôo livre; e o **Turismo de Lazer**, representado pelas visitas aos parques aquáticos, pesque pague, a participação em eventos e festas locais e o interesse pelos aspectos históricos locais.

A classificação em turismo de lazer, não indica que as outras atividades não envolvam o lazer dos visitantes. Esta classificação foi utilizada apenas como forma

de síntese para atividades relacionadas a atrativos diversos de caráter local. Observa-se que estes atrativos são mais freqüentes entre os próprios moradores locais, durante os finais de semana.

TABELA 4 - Motivo da visita ao município

O que veio conhecer no Município	Inverno		Verão	
	Resultados	%	Resultados	%
Termalismo	68	60,71	27	31,76
Turismo de Aventura	26	23,21	48	56,47
Turismo de Lazer	12	10,71	4	4,71
Outros	6	5,36	6	7,06
CABERIA MAIS DE UMA RESPOSTA	112	100,00	85	100,00

Nota: 1 entrevistado do inverno não respondeu esta questão.

Fonte: Pesquisa de campo.

A principal motivação da visita apontada no inverno se refere ao Termalismo com 60,71% das respostas. Em seguida aparece o Turismo de Aventura com 23,21%. O Turismo de Lazer representa 10,71% das respostas.

No verão, a principal motivação da visita se refere ao Turismo de Aventura com 56,47% das respostas. O Termalismo aparece em segundo com 31,76% das respostas. O Turismo de Lazer possui um índice ainda mais baixo que no inverno, representando 4,71% das respostas.

O Turismo de Lazer mostrou não ser representativo, como motivação para os visitantes de Santo Amaro. Acredita-se que isto ocorra em função da deficiência na sua divulgação e pela falta de interesse dos visitantes pelos atrativos locais. Isto gera certo distanciamento dos visitantes para com a comunidade local, demonstrando que esta não se envolve tanto com a atividade turística.

Os outros motivos da visita ao Município de Santo Amaro foram destacados para compreensão do seu potencial turístico (TABELA 5). Notou-se alguns tipos de turismo bastante freqüentes no município, que não apareceram entre os principais motivos da visita à Santo Amaro.

TABELA 5 - Outros motivos da visita

Outros Motivos	Inverno		Verão	
	Resultados	%	Resultados	%
Frei Hugolino	2	50,00	0	0,00
Hotel Fazenda	1	25,00	0	0,00
Estudos	1	25,00	0	0,00
Família	0	0,00	1	20,00
Trabalho	0	0,00	2	40,00
Parque do Tabuleiro	0	0,00	2	40,00
TOTAL	4	100,00	5	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Dentre os outros motivos da visita apontados vale destacar o aspecto religioso representado pelas visitas ao Frei Hugolino, que mesmo com uma pequena parcela das respostas nesta pesquisa, apresenta uma visitação média de trinta mil pessoas por ano em busca da cura de suas doenças pela parapsicologia aplicada pelo frei (Secretaria de turismo do município, verbal).

O turismo rural desempenhado pelo hotel fazenda, que já teve seu auge no município, passa por uma fase de estagnação, não aparecendo como uma das principais motivações da viagem ao município.

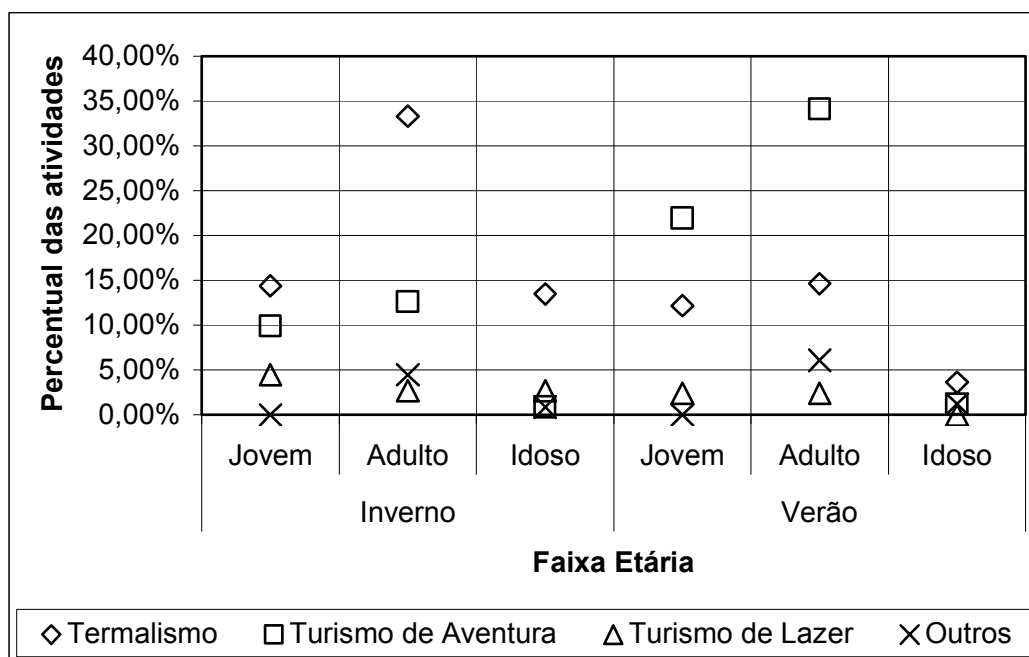
O motivo representado pelo Parque do Tabuleiro se deve à presença de um grupo de docentes e discentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que estiveram visitando as unidades de conservação do sul do Brasil. Isto ocorreu como um fato específico e isolado, revelando que o parque, por si só, não representa atratividade para o município.

A análise desses outros motivos serve para atestar que o município pode diversificar sua oferta turística, cabendo direcioná-la as características e interesses dos visitantes. Da mesma forma, esta diversificação da oferta turística local deve ser planejada e controlada de modo que não provoque a descaracterização nem a destruição destas áreas que serão utilizadas. Conforme aponta Carlos (2001, p.180) *“o fato de que o espaço se transforma em mercadoria produz uma mobilização frenética desencadeada pelos promotores imobiliários – no plano do lugar – e pode levar à deteriorização ou mesmo à destruição de antigos lugares”*.

A fim de caracterizar melhor o perfil dos visitantes de acordo com as motivações da viagem, algumas relações entre as variáveis devem ser estabelecidas.

A relação entre os tipos de turismo existentes a partir dessas motivações e a faixa etária dos visitantes é uma delas (FIGURA 13).

FIGURA 13 - Gráfico de relação entre as atividades praticadas em Santo Amaro e a faixa etária dos visitantes



Relacionando as atividades praticadas pelos visitantes com a faixa etária, tem-se que os jovens do inverno têm interesse um pouco maior pelas águas termais do que pela prática dos esportes de aventura. Já os jovens do verão têm interesse maior pelo turismo de aventura, em detrimento do termalismo.

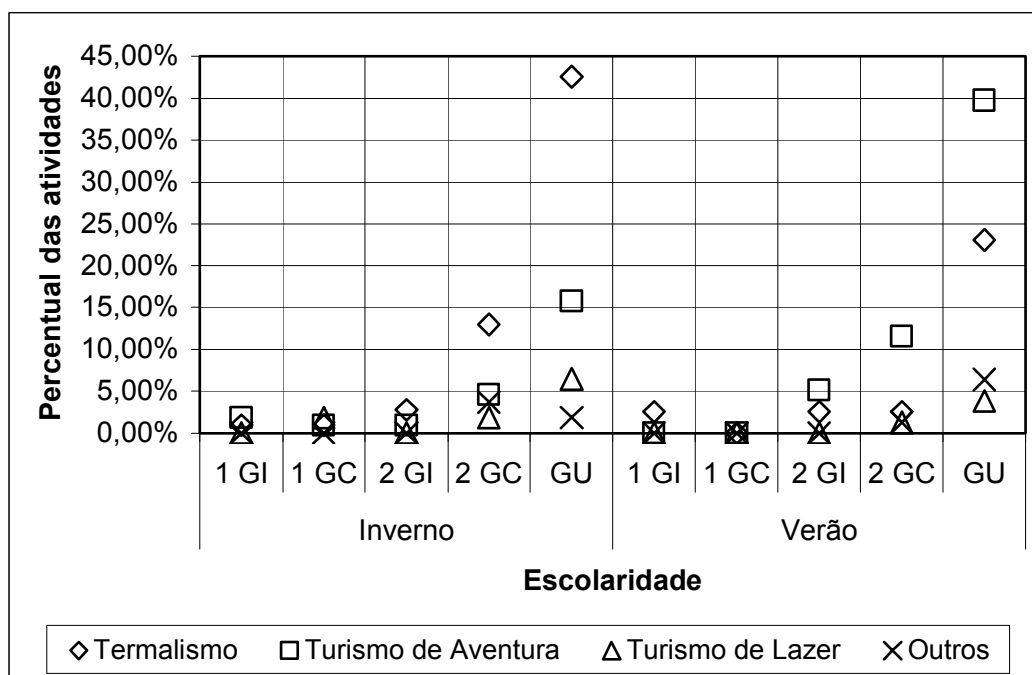
Os adultos, sendo representados pela maioria dos visitantes, se interessam de forma mais destacada pelo termalismo no inverno, e pelo turismo de aventura no verão.

Os idosos, mesmo não sendo representativos entre os visitantes, tanto no inverno como no verão têm preferência pelo termalismo, desfrutando-o com mais intensidade no inverno.

Percebe-se que o turismo de lazer, entre outros, não representa interesse especial por nenhuma faixa etária específica, mantendo-se o percentual em torno de 5% para estas opções.

Outra relação importante é entre as atividades turísticas praticadas e a escolaridade dos visitantes (FIGURA 14).

FIGURA 14 - Gráfico de relação entre as atividades praticadas em Santo Amaro e a escolaridade dos visitantes



Percebe-se que a maioria dos visitantes possui Grau Universitário, representada por 66,67% no inverno e 73,08% no verão. Estes utilizam as águas termais, notadamente no inverno, e praticam os esportes de aventura no verão, assim como foi verificado a sazonalidade da prática dessas atividades.

Pode-se inferir que estes possuem renda própria estabilizada, uma vez que a utilização das águas termais está associada à hospedagem nos hotéis de Caldas, com classificação de 3 a 5 estrelas (EMBRATUR). E, no caso a prática dos esportes de aventura, mesmo não necessitando de hospedagem, custa, em média, R\$ 45,00 por pessoa, para serem realizados.

Os visitantes que possuem 2^o grau completo demonstram, mesmo que em menor intensidade, as mesmas preferências pelo termalismo no inverno e pelo turismo de aventura no verão. A ordem das preferências se repete também pelos

outros graus de escolaridade, o que pode significar que a motivação da viagem é escolhida mais pelas próprias características das estações climáticas do que pela escolaridade dos visitantes.

Outra questão que auxilia na identificação dos tipos de uso turístico no município é com relação à freqüência anual dos visitantes (TABELA 6).

TABELA 6 - Freqüência anual das visitas ao município

Freqüência das visitas ao Município	Inverno		Verão	
	Resultados	%	Resultados	%
Primeira vez	25	29,41	43	58,90
Até 3 vezes/ano	30	35,29	19	26,03
4 a 10 vezes/ano	30	35,29	7	9,59
Mais de 10 vezes/ano	0	0,00	4	5,48
TOTAL	85	100,00	73	100,00

Nota: 1 entrevistado do verão não respondeu esta questão.

Fonte: Pesquisa de campo.

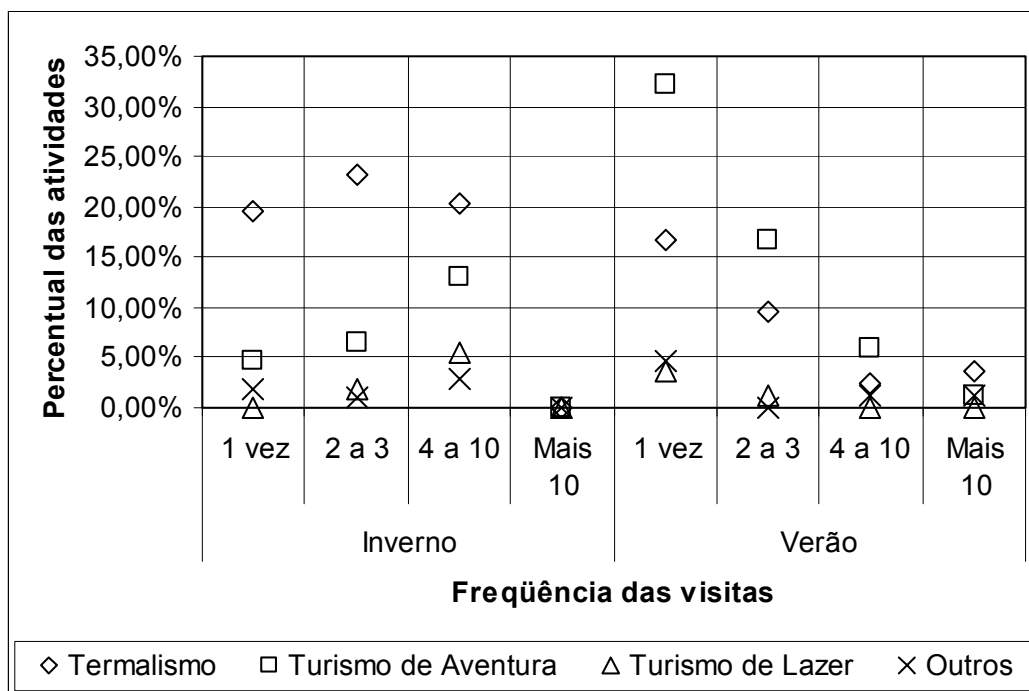
Revelou-se que 70,58% dos visitantes do inverno já estiveram mais de uma vez no ano em Santo Amaro. Os que visitaram o município até 3 vezes no ano, representaram 35,29% das respostas. E os que visitaram de 4 a 10 vezes no ano, também representaram 35,29%. Os que visitaram pela primeira vez representaram 29,41%.

No verão, a freqüência dos visitantes no município revelou o contrário, pois a maioria estava visitando o município pela primeira vez, com 58,90% das respostas. Os que visitaram o município acima de 3 vezes no ano, representaram 41,1% das respostas.

A freqüência dos visitantes é importante para perceber o grau de atratividade, que neste caso pode ser considerado alto, dado à intensidade de visitas acima de três vezes ao ano. E como a incidência das visitas pela primeira vez é no verão, cabe uma divulgação maior, nesta época, sobre os atrativos do município, capaz de motivar outras visitas a estes atrativos no inverno, resolvendo o problema da sazonalidade que aflige a maioria das destinações turísticas.

Ao mesmo tempo, a relação entre a freqüência anual das visitas e as atividades praticadas revela quais atrativos chamam mais a atenção do visitante, instigando-o a voltar ao município (FIGURA 15).

FIGURA 15 - Gráfico de relação entre a freqüência anual das visitas e as atividades praticadas



Observa-se no inverno, mesmo aqueles que visitaram a primeira vez, até os que já estiveram no município de 4 a 10 vezes no ano, indicam sua preferência pelo termalismo, o que sugere que há uma fidelização por parte dos visitantes para com esta atividade. O turismo de aventura aumenta o seu poder de atratividade à medida que os visitantes passam a ir mais vezes no município. O interesse pelos parques aquáticos, aspectos festivos e históricos, entre outros motivos são quase inexpressivos quando os visitantes estiveram pela primeira vez. À medida que os visitantes passaram a ir mais vezes, gerou um interesse pouco maior por estes atrativos.

No verão o turismo de aventura é o que mais atrai desde aqueles que visitam o município pela primeira vez até os que já estiveram lá de 4 a 10 vezes no ano. O termalismo diminui o seu poder de atratividade no verão à medida que os visitantes indicam já ter visitado o município mais de duas vezes no ano. O turismo de lazer e outros tipos são quase inexpressivos, mesmo quando aumenta a quantidade de vezes que os visitantes estiveram no município.

Leva-se a pensar que os visitantes entrevistados apesar de terem um interesse declarado pelo termalismo no inverno e pelo turismo de aventura no verão,

à medida que voltam ao município, procuram diversificar as atividades praticadas. Isto induz uma intensificação na oferta diversificada de atrativos no município, sendo o parque, um possível atrativo mais interessante no futuro, desde que sua capacidade de receber os visitantes seja verificada e controlada.

A organização das viagens independentes ou em grupos, inclusive os tipos de grupos são importantes na identificação do perfil dos visitantes e as formas de uso do espaço turístico (TABELA 7).

TABELA 7 - Tipos de agrupamento de visitantes

Agrupamento de visitantes	Inverno		Verão	
	Resultados	%	Resultados	%
Sozinho	6	6,82	4	5,19
Família	50	56,82	30	38,96
Amigos	31	35,23	42	54,55
Excursão	1	1,14	1	1,30
CABERIA MAIS DE UMA RESPOSTA	88	100,00	77	100,00

Nota: 1 entrevistado no inverno e 1 no verão não responderam esta questão.

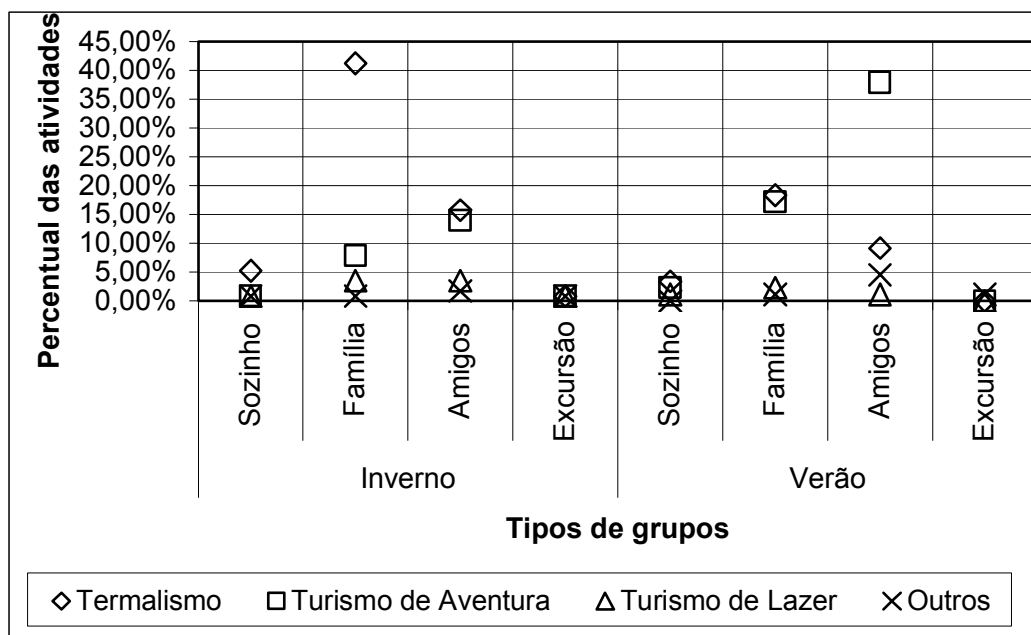
Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados mostram que a maioria dos visitantes de Santo Amaro da Imperatriz estava em grupos. No inverno os grupos familiares se destacam com 56,82% das respostas. Os grupos de amigos corresponderam a 35,23% das respostas. Nota-se, portanto que o turismo realizado através de excursões organizadas por agências de turismo, não é uma prática muito comum. Apenas 1,14% dos visitantes participaram de grupos de excursão nesta época; 6,82% dos visitantes estavam sozinhos durante a visita.

A organização dos visitantes em grupos no verão também aconteceu. Contudo, o tipo de grupo mais freqüente foi o de amigos com 54,55% das respostas. Os grupos de famílias corresponderam a 38,96% das respostas. Nota-se, portanto que o turismo realizado através de excursões organizadas por agências de turismo, se confirmou como uma prática pouco comum para o município. Apenas 1,30% dos visitantes estava participando de grupos de excursão. Os visitantes que foram sozinhos representam 5,19% das respostas.

A relação entre o tipo de grupo e as atividades que os atraem é interessante ser identificada para entender melhor as formas de uso de cada uma dessas atividades pelos grupos (FIGURA 16).

FIGURA 16 - Gráfico de relação entre os tipos de agrupamentos de visitantes entrevistados e as atividades praticadas

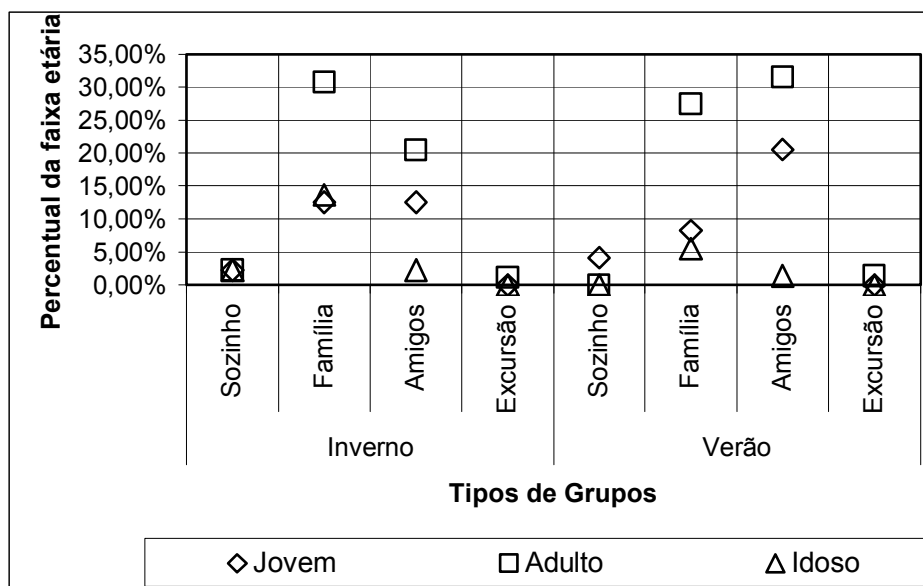


Sendo os grupos familiares os que mais se destacam no inverno, percebe-se que estes são mais atraídos pelo termalismo, e com bem menor intensidade, procuram o turismo de aventura, o turismo de lazer, entre outras atividades. Já os grupos de amigos possuem um interesse equilibrado entre o termalismo e o turismo de aventura. Os visitantes que vão sozinhos geralmente são atraídos pelo termalismo, sendo as outras atividades quase inexpressivas. E os excursionistas, mesmo sendo pouco comuns no município, não expressam interesse específico por nenhum atrativo, talvez porque os roteiros são predeterminados pelas agências que as organizam.

No verão, sendo os grupos de amigos mais frequentes, estes se interessam pelo turismo de aventura com mais intensidade. Em seguida, possuem interesse pelo termalismo. Já os grupos de famílias possuem certo interesse destacado tanto pelo termalismo, como pelo turismo de aventura, mas de forma equilibrada. Os visitantes que foram sozinhos ou em excursões não apresentam interesse específico por alguma atividade.

Outra forma de identificar as características dos tipos de agrupamentos de visitantes entrevistados é relacionando-os com a faixa etária (FIGURA 17).

FIGURA 17 - Gráfico de relação entre os tipos de agrupamentos de visitantes entrevistados e a faixa etária



O termalismo propicia o interesse por grupos mais familiares no inverno, que têm como objetivo principal desfrutar das águas termais. Estes por serem predominantemente adultos, possuem potencial de uso do parque, na medida em que buscarem outros atrativos diferenciados durante a visita. Os grupos de amigos, representados por adultos em primeiro lugar seguidos pelos jovens, possuem um potencial de uso do parque ainda maior por que se interessam tanto pelo turismo de aventura, como pelo termalismo buscando diversas opções de atrativos.

Cabe à oferta turística do município, atender aos tipos de grupos mais freqüentes, direcionando seus atrativos aos interesses de cada um, bem como buscar atender ao público idoso que não está sendo motivado a visitar o município.

O tempo de duração da visita indica o uso de meios de hospedagem e a média de gastos dos visitantes entrevistados em Santo Amaro (TABELA 8).

TABELA 8 - Tempo de duração da visita no município

Duração no destino	Inverno		Verão	
	Resultados	%	Resultados	%
Menos de 1 dia	32	38,55	43	58,11
De 1 até 2 dias	46	55,42	15	20,27
Mais de 3 dias	5	6,02	16	21,62
TOTAL	83	100,00	74	100,00

Nota: 2 entrevistados do inverno não responderam esta questão.

Fonte: Pesquisa de campo.

Os visitantes entrevistados em Santo Amaro da Imperatriz no inverno, em sua maioria, pernoitam pelo menos uma noite. Para 55,42% dos entrevistados, o tempo de duração da visita no município é de 1 até 2 dias. Aqueles que permanecem menos de 1 dia no município representam 38,55% das respostas. Porém esta permanência, normalmente não ultrapassa 3 dias, uma vez que apenas 6,02% dos visitantes indicaram esta permanência.

Neste período como o termalismo é a principal motivação da viagem, se explica uma permanência média de 2 noites em Santo Amaro, já que a estância termal atrai pelo poder de cura de diversas doenças, o que exige um tempo maior para tratamento. Os meios de hospedagem, portanto, são utilizados, gerando um gasto médio diário, para cada visitante, de R\$ 90,00, de acordo com a tabela de preços do Hotel Caldas da Imperatriz. Acrescidos os gastos com alimentação, passeios e extras, o gasto torna-se maior.

Outra característica que se diferencia entre verão e inverno é que no verão os visitantes, em sua maioria, permanecem menos de 1 dia no município, representados por 58,11% das respostas. Aqueles que permanecem mais de 1 dia no município representam 41,89% das respostas.

No verão a atividade mais procurada é o turismo de aventura. Por serem atividades de curta duração na localidade, não necessitam de mais de um dia para serem realizadas. Neste sentido, pode-se dizer que no verão, os meios de hospedagem não são procurados com tanta intensidade como no inverno, gerando um gasto menor por parte dos visitantes, e conseqüentemente, deixando uma receita menor no município.

A diversificação da oferta turística no município pode aumentar o tempo de permanência dos visitantes, e conseqüentemente aumentar a receita gerada pelo turismo. A utilização maior das áreas do parque, em visitas a cachoeiras, trilhas e outros atrativos, podem contribuir neste sentido, desde que sejam controladas pela sua capacidade e sejam acompanhadas por guias locais.

A cidade e respectivos estados de origem dos visitantes entrevistados mostram a proveniência do fluxo de visitantes e a distância percorrida para ir até o

município. Mas não indicam, necessariamente que a origem seja o local de moradia destes visitantes (TABELA 9).

TABELA 9 - Cidades de origem dos visitantes entrevistados

Cidade de origem	Estado	Inverno		Verão	
		Resultados	%	Resultados	%
Bahia	BA	1	1,37	0	0,00
Minaçu	GO	1	1,37	0	0,00
Esteio	SC	1	1,37	0	0,00
Florianópolis	SC	34	46,58	24	34,29
Jaraguá do Sul	SC	1	1,37	0	0,00
Joinville	SC	3	4,11	0	0,00
Lages	SC	2	2,74	0	0,00
Balneário Camboriú	SC	1	1,37	6	8,57
Blumenau	SC	1	1,37	1	1,43
Chapecó	SC	0	0,00	1	1,43
Criciúma	SC	0	0,00	1	1,43
Gravatal	SC	0	0,00	1	1,43
Palhoça	SC	1	1,37	1	1,43
São José	SC	1	1,37	1	1,43
São Joaquim	SC	0	0,00	1	1,43
Tubarão	SC	0	0,00	7	10,00
Capão da Canoa	RS	1	1,37	0	0,00
Caxias do Sul	RS	7	9,59	0	0,00
São Leopoldo	RS	1	1,37	0	0,00
Porto Alegre	RS	2	2,74	2	2,86
Sarandi	RS	0	0,00	1	1,43
Três Coroas	RS	0	0,00	1	1,43
Uruguaiana	RS	0	0,00	1	1,43
Vacarias	RS	1	1,37	0	0,00
Rio de Janeiro	RJ	1	1,37	4	5,71
Niteroi	RJ	0	0,00	2	2,86
Curitiba	PR	6	8,22	9	12,86
Foz do Iguaçu	PR	0	0,00	1	1,43
Nova Fátima	PR	0	0,00	1	1,43
Ponta Grossa	PR	1	1,37	0	0,00
Paraná-cima	PR	2	2,74	0	0,00
São José dos Pinhais	PR	2	2,74	0	0,00
Rio Negro	PR	1	1,37	0	0,00
São Paulo	SP	1	1,37	4	5,71
TOTAL		73	100,00	70	100,00

Nota: 12 entrevistados no inverno e 4 no verão não responderam esta questão.

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados demonstram que a maioria é proveniente da cidade de Florianópolis representando 46,58% das respostas do inverno e 34,29% do verão. Constata-se que a cidade de Florianópolis é um grande centro de distribuição do fluxo turístico para Santo Amaro. A cidade de Curitiba, no Paraná apresentou índices de 8,22% no inverno e 12,86% no verão. No inverno destacaram-se 9,59% de visitantes

provenientes da cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. E no verão destacam-se os visitantes provenientes das cidades de Tubarão, com 10,0%, e Balneário Camboriú com 8,57%, ambas no Estado de Santa Catarina, só que a primeira no litoral sul, e a segunda no litoral norte.

No total, obtiveram-se visitantes entrevistados de 34 localidades diferentes. Porém, 14 dessas localidades pertencem ao Estado de Santa Catarina, de onde provém a maioria dos visitantes (TABELA 10).

TABELA 10 - Estados de origem dos visitantes

Estados	Inverno		Verão	
	Resultados	%	Resultados	%
Santa Catarina	45	61,64	44	62,86
Paraná	12	16,44	11	15,71
Rio Grande do Sul	12	16,44	5	7,14
Outros	4	5,48	10	14,29
TOTAL	73	100,00	70	100,00

Nota: 12 entrevistados no inverno e 4 no verão não responderam esta questão.

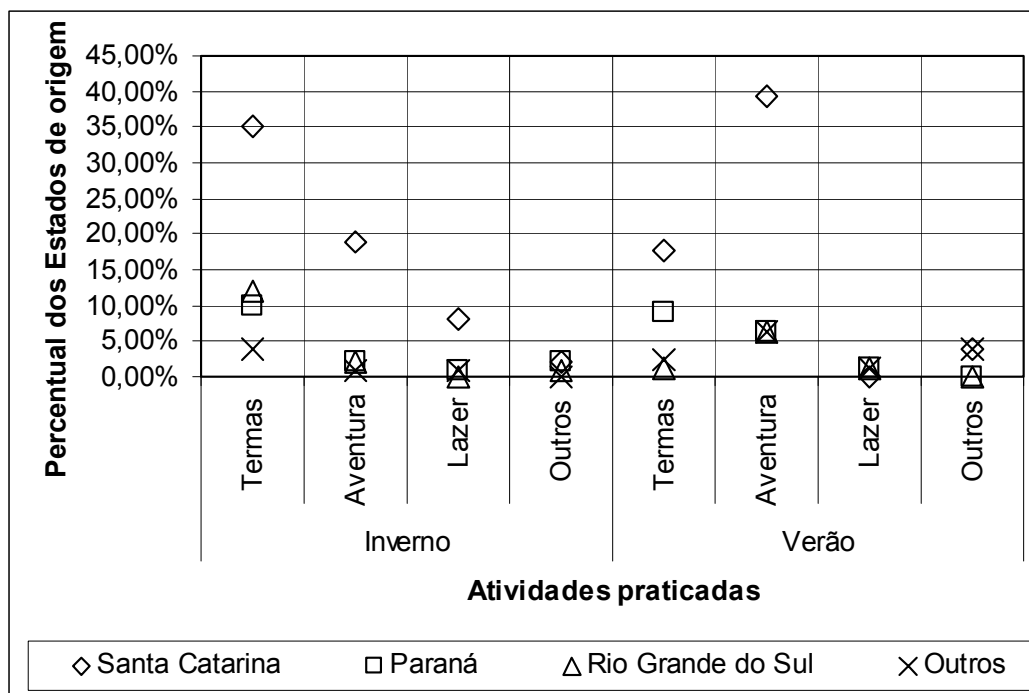
Fonte: Pesquisa de campo.

Analisando-se os estados de origem, percebe-se que a distância percorrida para visitar Santo Amaro da Imperatriz é curta, uma vez o Estado de Santa Catarina lidera com 61,64% no inverno e 62,86% no verão. Os estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul, compreendem 32,88% no inverno e 22,85% no verão. No inverno 5,48% são provenientes de outros estados, mas no verão este índice aumenta, passando para 14,29%.

Os dados demonstraram que o grau de atratividade de Santo Amaro é pequeno, mas merece analisar melhor esta variável da origem dos visitantes, relacionando-a com outras variáveis, tais como: as atividades praticadas, a faixa etária, o tempo de duração das visitas e a freqüência anual das visitas.

A relação entre os estados de origem e as atividades praticadas é importante característica a ser observada (FIGURA 18).

FIGURA 18 - Gráfico de relação entre os estados de origem e as atividades praticadas pelos entrevistados



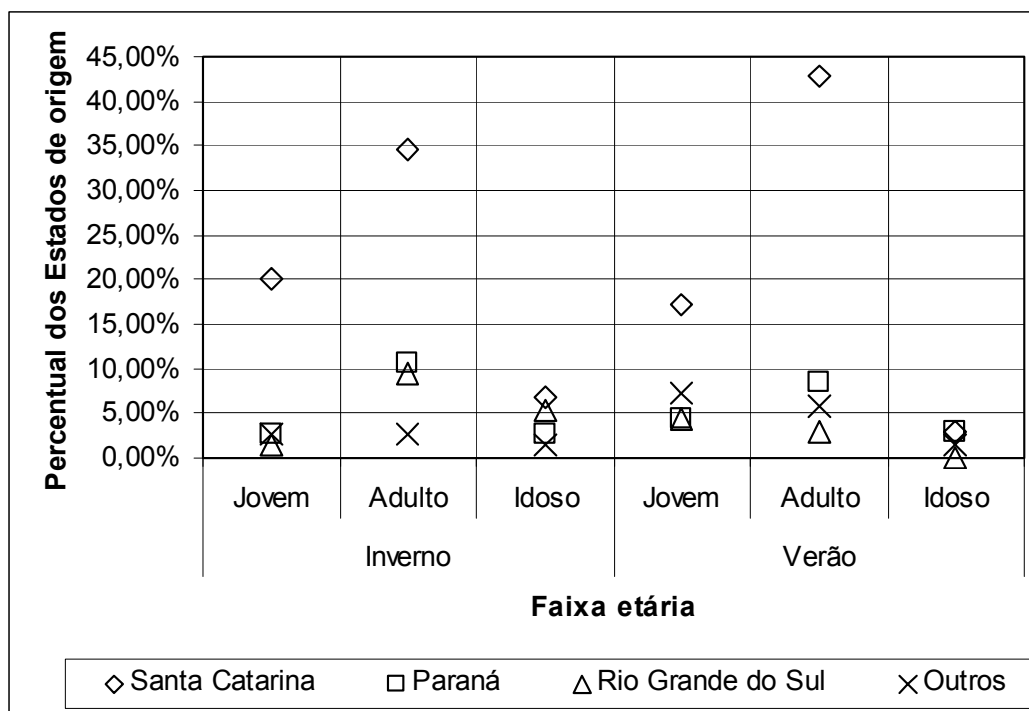
Os visitantes entrevistados do inverno originados do Estado de Santa Catarina buscam em primeiro lugar as águas termais, em segundo a aventura, em terceiro o lazer. Os do Rio Grande do Sul e Paraná também demonstram preferência pelas águas termais e em seguida pelo turismo de aventura. Os visitantes provenientes dos outros estados também demonstram a preferência clara pelas águas termais.

No verão, a ordem se inverte no caso dos visitantes entrevistados de Santa Catarina. Primeiramente estes buscam a aventura, em seguida o termalismo. Os provenientes do Estado do Rio Grande do Sul já preferem as termas, e depois o turismo de aventura. Mas os visitantes entrevistados do Paraná e de outros Estados, mesmo em proporção menor, preferem o turismo de aventura e depois as termas.

Este dado aponta que o termalismo é o atrativo mais procurado do município, sendo reconhecido não apenas em Santa Catarina, mas no Paraná, Rio Grande do Sul e outros como São Paulo e Rio de Janeiro. Mas também o turismo de aventura torna-se conhecido como importante atrativo no município, principalmente pelos visitantes entrevistados provenientes do Estado de Santa Catarina.

Outra relação importante é entre os estados de origem e a faixa etária dos visitantes entrevistados (FIGURA 19).

FIGURA 19 - Gráfico de relação entre os estados de origem e a faixa etária dos entrevistados



Dentre os visitantes entrevistados provenientes de Santa Catarina no inverno, percebe-se que estes são adultos, em grande maioria, seguidos de jovens e idosos. Entre os visitantes entrevistados do Paraná, os adultos também prevalecem, e os jovens e idosos possuem frequência equilibrada. Os visitantes entrevistados do Rio Grande do Sul são adultos, mas com uma frequência maior de idosos que de jovens. Os de outros estados não se diferenciam em termos de faixa etária.

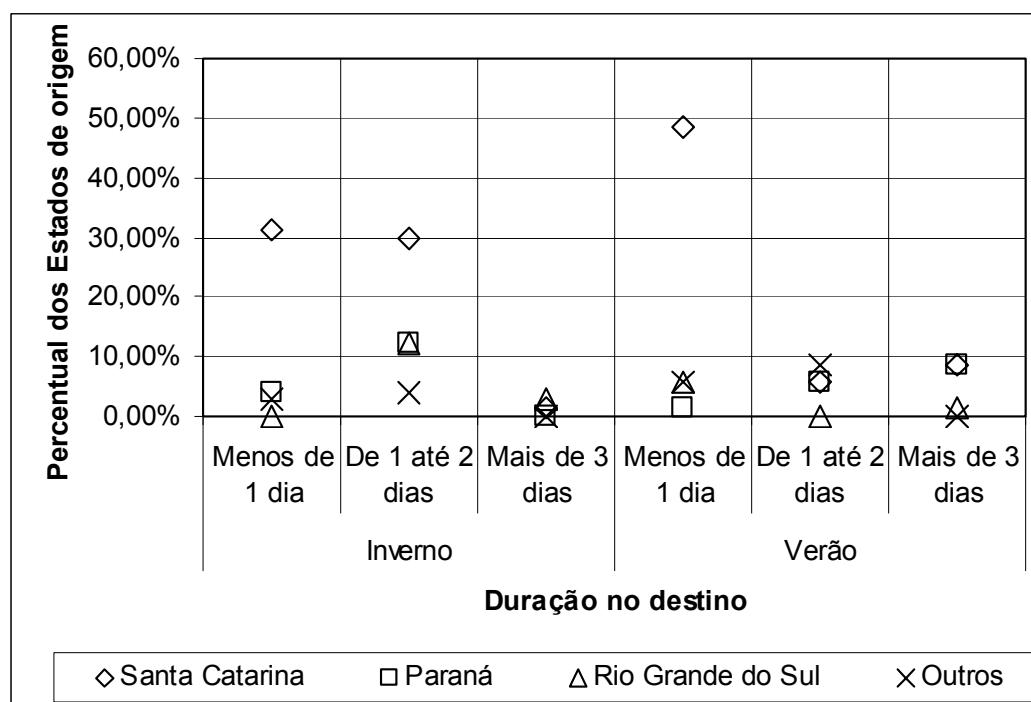
No verão, os visitantes entrevistados provenientes de Santa Catarina continuam prevalecendo os adultos, em seguida os jovens e idosos. Os do Paraná possuem incidência maior de adultos, em seguida de jovens e idosos. Os do Rio Grande do Sul e de outros estados são mais jovens, seguidos de adultos e idosos.

Esta relação indica que sendo a maioria dos visitantes entrevistados na faixa etária adulta, são provenientes, tanto no inverno quanto no verão, do Estado de Santa Catarina, em maior proporção. Contrapondo com a relação entre os estados de origem e as atividades praticadas, os dados demonstram que os adultos estão sempre dispostos a visitar Santo Amaro, seja pelo termalismo, seja pelo turismo de

aventura, indicando uma diversidade na procura de atrativos turísticos e uma fidelização para com este destino. O parque pode ser mais divulgado no município, tornando-se um atrativo futuro em potencial.

Cabe ainda relacionar os estados de origem e o tempo de duração das visitas para identificar a disponibilidade de tempo de viagem para cada grupo de visitantes provenientes dos diferentes estados (FIGURA 20).

FIGURA 20 - Gráfico de relação entre os estados de origem e o tempo de duração das visitas dos entrevistados



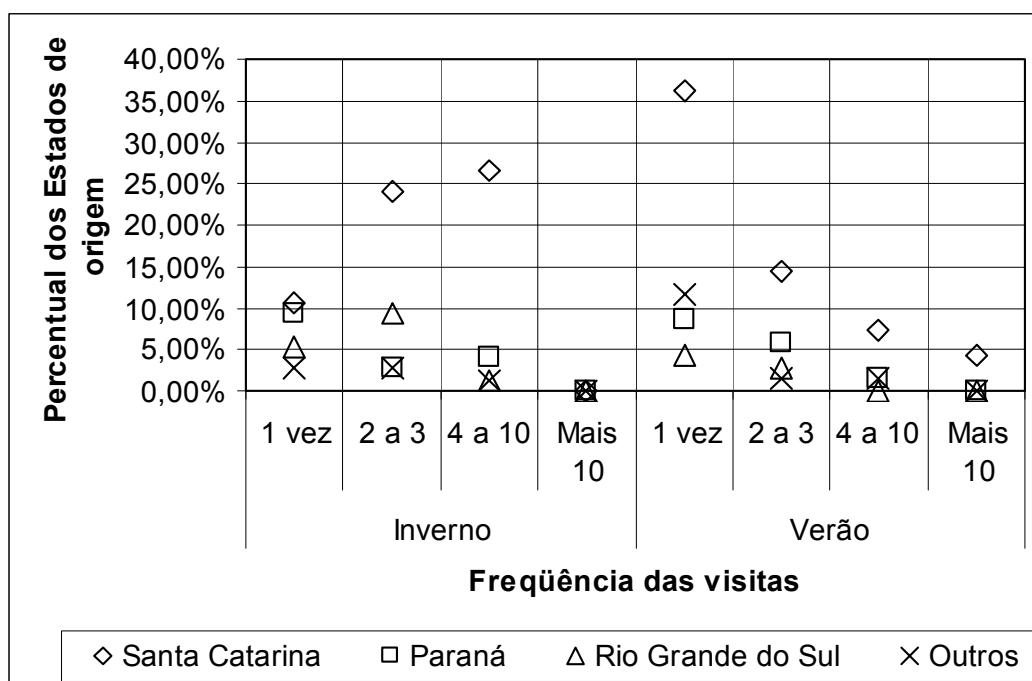
Os visitantes entrevistados do inverno, independente dos estados de origem, permanecem de 1 até 2 dias, em geral. Há também uma incidência daqueles que permanecem menos de 1 dia. A minoria permanece mais de três dias, sendo verificado uma incidência um pouco maior, neste caso, dos visitantes do Rio Grande do Sul.

No verão, os visitantes entrevistados de Santa Catarina costumam permanecer menos de 1 dia no município. Mas também há aqueles que permanecem mais de três dias no município. Dentre os do Paraná, a maior incidência é daqueles que permanecem mais de três dias, ou de 1 até 2 dias, portanto hospedando-se no município. Os do Rio Grande do Sul e de outros estados tem uma permanência curta de menos de 1 dia, ou de até 2 dias no município.

Isto induz que mesmo percorrendo distâncias mais longas, estes visitantes utilizam os equipamentos de hospedagem de outros municípios e, portanto, não geram mais divisas com hospedagem em Santo Amaro.

Relacionando, por fim, os estados de origem e a frequência anual das visitas tem-se o reconhecimento do poder de atratividade do município para cada estado apresentado (FIGURA 21).

FIGURA 21 - Gráfico de relação entre os estados de origem e a frequência anual das visitas dos entrevistados



No inverno os entrevistados que visitaram o município de 4 a 10 vezes no ano, a maioria é proveniente do Estado de Santa Catarina. Também muitos destes freqüentaram o município de 2 a 3 vezes no ano, e cerca de 10% freqüentaram pela primeira vez. Os entrevistados do Paraná estavam visitando pela primeira vez, e poucos já tinham visitado de 4 a 10 vezes, ou de 2 a 3 vezes por ano. Os do Rio Grande do Sul tinham uma frequência de retorno pouco maior que a dos paranaenses de 2 a 3 vezes por ano e poucos estavam visitando pela primeira vez. Os de outros estados possuem certo equilíbrio entre a frequência das visitas. Portanto quase nenhum visitante entrevistado havia visitado mais de 10 vezes o município por ano.

No verão a incidência de visitas é maior, e também, o percentual dos que estavam visitando pela primeira vez o município, independente dos estados de origem. Os visitantes entrevistados que freqüentaram o município de 2 a 3 vezes no ano, a maioria é de catarinenses, em seguida estiveram os paranaenses, e depois os de origem do Rio Grande do Sul e de outros estados. A mesma ordem se repete para aqueles que visitaram o município de 4 a 10 vezes no ano. A incidência dos que haviam visitado o município mais de 10 vezes, foi pequena, mas ainda tiveram destaque os provenientes de Santa Catarina.

Sabendo-se que o maior fluxo dos visitantes entrevistados que estiveram pela primeira vez no município foi no verão, e que no inverno aparecem os visitantes freqüentadores anteriores do município, leva-se a pensar que o município é “descoberto” no verão, e ao longo do ano, os visitantes retornam, ou para desfrutar dos mesmos atrativos anteriores, ou para experimentar atrativos novos. Nesse sentido, a divulgação do parque como atrativo torna-se importante para a diversificação da oferta turística do município, incrementando a possibilidade do aumento da freqüência das visitas, desde que esta visitação seja controlada para não causar danos ao meio ambiente.

Para saber a influência direta dos atrativos do município nas visitas, e o grau de conhecimento dos visitantes do inverno sobre o parque, questionou-se sobre o interesse pelos tipos de atrativos existentes (TABELA 11).

TABELA 11 - Interesse dos visitantes entrevistados no inverno pelos tipos de atrativos turísticos do município

Interesse em conhecer quais atrativos	Inverno	
	Resultados	%
Natureza (vegetação, fauna, cachoeiras)	16	19,28
Trekking (caminhadas, trilhas)	22	26,51
Rafting (esportes radicais)	17	20,48
Vôo livre / parapente	12	14,46
Aspectos históricos	8	9,64
Festas	1	1,20
Hotéis	3	3,61
Parque aquático	1	1,20
Águas termais	3	3,61
CABERIA MAIS DE UMA RESPOSTA	83	100,00

Nota: 37 entrevistados no inverno não responderam esta questão.

Fonte: Pesquisa de campo.

Percebe-se que o atrativo que mais interessa aos entrevistados são os esportes de aventura, incluindo o rafting e o vôo livre, atraindo 34,94% do interesse dos visitantes. As caminhadas também são atrativas com 26,51%. A natureza, representada pela vegetação, fauna e cachoeiras possui 19,28% de interesse.

Atenta-se para o fato de que os atrativos que mais interessam os visitantes entrevistados do inverno envolvem diretamente o ambiente natural do parque. Dependem, portanto da sua paisagem e preservação para garantir a atratividade do município.

É importante saber se os visitantes entrevistados percebem os possíveis danos causados pelo turismo durante a utilização desses atrativos (TABELA 12).

TABELA 12 - Opinião dos visitantes entrevistados no inverno sobre os danos causados pelo turismo

O turismo ecológico causa danos	Inverno	
	Resultados	%
Sim	21	27,27
Não	56	72,73
TOTAL	77	100,00

Nota: 8 entrevistados no inverno não responderam esta questão.

Fonte: Pesquisa de campo.

Observou-se que 72,73% dos visitantes entrevistados não percebem os possíveis danos causados pelo turismo no parque. Isto demonstra uma contradição na medida em que estes utilizam parte de seus atrativos, mas desconhecem as conseqüências que o uso inadequado do turismo pode trazer para o parque.

Dentre os danos apontados destacam-se, na Tabela 13:

TABELA 13 - Danos apontados pelos visitantes entrevistados no inverno

Danos apontados	Inverno	
	Resultados	%
Poluição (trilhas, rios)	12	50,00
Desmatamento	6	25,00
Desaparecimento fauna	2	8,33
Outros	4	16,67
CABERIA MAIS DE UMA RESPOSTA	24	100,00

Nota: 68 entrevistados no inverno não responderam esta questão.

Fonte: Pesquisa de campo.

Os que apontam algum tipo de dano causado pelo turismo, 50% citam a poluição das trilhas e rios, 25% citam o desmatamento e 8,33% citam o desaparecimento da fauna.

Muitos visitantes entrevistados consideraram que os danos causados pelo uso só acontecem por falta de conhecimento da fragilidade e capacidade do ambiente que visitam. É um indicativo de que as informações sobre os possíveis riscos causados pelo uso turístico não são divulgadas para os visitantes.

Estas questões sobre os possíveis danos causados pelo turismo levantaram opiniões diversas e dúbias entre os visitantes do inverno. Portanto não foram incluídas nos questionários dos visitantes do verão, sendo substituídas por questões mais diretas sobre a infra-estrutura do parque no município, e as suas opiniões sobre os aspectos positivos e negativos do Parque. Estas respostas de certa forma apresentam resultados semelhantes e merecem ser analisadas (TABELAS 14 a 17).

A opinião dos visitantes entrevistados no verão sobre a infra-estrutura do parque no município deve revelar o que existe de suporte para o uso turístico do parque, sendo este um indicativo da preocupação do município com o mesmo (TABELA 14).

TABELA 14 - Opinião dos visitantes entrevistados no verão sobre a infra-estrutura do parque

Opinião sobre a infra-estrutura do Parque	Verão	
	Resultados	%
Ótima	1	1,45
Boa	18	26,09
Regular	9	13,04
Ruim	1	1,45
Péssima	2	2,90
Não sabe	38	55,07
TOTAL	69	100,00

Nota: 5 entrevistados no verão não responderam esta questão.

Fonte: Pesquisa de campo.

Como a maioria dos visitantes entrevistados disse não saber que existe infra-estrutura do parque no município, indica que a infra-estrutura não está perceptível ao olhar destes visitantes ou de fato estas não existem.

Os que consideraram a infra-estrutura boa ou regular, provavelmente, estavam indicando a infra-estrutura geral do município, entre acesso, equipamentos de hospedagem e alimentação.

Os comentários dos visitantes entrevistados sobre a infra-estrutura demonstram algumas possíveis causas para estas opiniões (TABELA 15).

TABELA 15 - Comentários dos visitantes entrevistados no verão sobre a infra-estrutura do parque

Comentários	Verão	
	Resultados	%
Falta divulgação / informação	4	40,00
Falta de ação / descaso	3	30,00
Desmatamento / pessoas do local	2	20,00
Preservado / Turismo Sustentável	1	10,00
TOTAL	10	100,00

Nota: 5 entrevistados no verão não responderam esta questão e 59 entrevistados não comentaram.

Fonte: Pesquisa de campo.

A falta de divulgação e informação sobre o parque foi a mais comentada por 40% dos visitantes entrevistados. Também foi citado o descaso, ou a falta de ação por 30% destes. O desmatamento observado foi comentado por 20% dos visitantes entrevistados.

Confirmou-se o descaso do município com relação ao parque no que se refere à sua divulgação, fornecimento de informações mais detalhadas e falta de atenção com os equipamentos turísticos do município.

Por outro lado, a opinião dos visitantes entrevistados sobre os aspectos positivos do parque revela a imagem do parque, independente da falta de infra-estrutura (TABELA 16).

TABELA 16 - Opinião dos visitantes entrevistados no verão sobre os aspectos positivos do parque

Aspectos Positivos do Parque	Verão	
	Resultados	%
Natureza / Conservação	27	72,97
Qualidade / preservação água	4	10,81
Localização	2	5,41
Atendimento	1	2,70
Esportes	1	2,70
Simplicidade / tranquilidade	2	5,41
CABERIA MAIS DE UMA RESPOSTA	37	100,00

Nota: 41 entrevistados no verão não responderam esta questão.

Fonte: Pesquisa de campo.

A exuberância da natureza e a preservação do parque foram observadas por 72,97% dos visitantes entrevistados. A abundância dos recursos hídricos com qualidade foi observada por 10,81% destes.

A localização, talvez pela proximidade com Florianópolis, foi observada por 5,41% dos entrevistados, e com este mesmo índice a simplicidade e tranquilidade foram observadas como aspectos positivos no município.

A prática dos esportes de aventura, apesar de ser a atividade mais freqüente no verão não foi apontada como um aspecto positivo. Talvez os visitantes entrevistados não percebam esta atividade como interagindo com o Parque, ao ponto de, considerá-la uma forma de uso positiva.

As opiniões sobre os aspectos negativos mostram de forma mais clara alguns danos observados pelos visitantes entrevistados no verão, bem como a falta de interferências mais diretas sobre o parque no município (TABELA 17).

TABELA 17 - Opinião dos visitantes entrevistados no verão sobre os aspectos negativos do parque

Aspectos Negativos do Parque	Verão	
	Resultados	%
Abandono	1	3,85
Dejetos no rio / lixo	3	11,54
Desmatamento	3	11,54
Visão equivocada do turismo ecológico	1	3,85
Falta de Infra-estrutura parque / estradas	3	11,54
Falta de uma base do parque	3	11,54
Falta de informação / divulgação	6	23,08
Falta de delimitação / ocupação desenfreada	6	23,08
CABERIA MAIS DE UMA RESPOSTA	26	100,00

Nota: 50 entrevistados no verão não responderam esta questão.

Fonte: Pesquisa de campo.

A falta de informação e divulgação sobre o parque foi apontada por 23,08% dos visitantes entrevistados. Também 23,08% apontaram a falta de delimitação, gerando uma ocupação desenfreada das áreas do parque. Com um índice de 11,54%, os visitantes apontaram a existência de dejetos no rio, lixo e desmatamento como danos causados, e a falta de infra-estrutura de estradas no parque, bem como a inexistência de uma sede do parque no município.

Comparando-se os aspectos negativos apontados pelos visitantes entrevistados no verão (Tabela 17) e os danos apontados pelos visitantes entrevistados no inverno (Tabela 13), percebe-se com mais clareza a falta de informação sobre o parque, de divulgação e de infra-estrutura de apoio à visitação turística. Indica, também, certo descaso em relação ao parque pelo município, elevando-se a possibilidade do uso excessivo e sem controle, causar danos ao meio ambiente.

Para uma análise mais direta sobre o conhecimento dos visitantes entrevistados em relação ao parque, tem-se a verificação se estes sabem da presença do parque no município ou se não sabem da existência do parque em nenhum dos nove municípios que este abrange. E para atestar o grau de conhecimento destes visitantes sobre o parque, questionou-se sobre a concordância com os seus objetivos.

Estes dados foram analisados de forma única, sem distinção entre os visitantes do inverno ou verão, no sentido de fortalecer o grau de conhecimento da existência e objetivos do parque por parte destes.

O conhecimento sobre a presença do parque no município revela a sua importância atual como atrativo turístico. Por outro lado, o não conhecimento da existência do parque em nenhum município que este abrange é importante ser analisado (TABELA 18).

TABELA 18 - Conhecimento dos visitantes entrevistados sobre a existência do parque no município

Sabe da presença do Parque no Município	Resultados	%
Sim	65	40,88
Não	61	38,36
Não sabe da existência do parque em nenhum município	33	20,75
TOTAL	159	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

O conhecimento dos visitantes entrevistados sobre a presença do parque no município demonstra que há certo equilíbrio, pois 40,88% sabem, e 38,36% não sabem. Dentre os que não sabem da existência do parque em nenhum município que este abrange, estão 20,75% dos visitantes.

Somando-se o percentual dos visitantes entrevistados que não sabem da presença do parque no município e aqueles que não sabem da sua existência no Estado, percebe-se que a maioria não considera o parque como um atrativo capaz de motivar uma visita. Este dado confirma a fraca divulgação do parque, não apenas no município, mas como importante área de preservação ambiental do Estado de Santa Catarina.

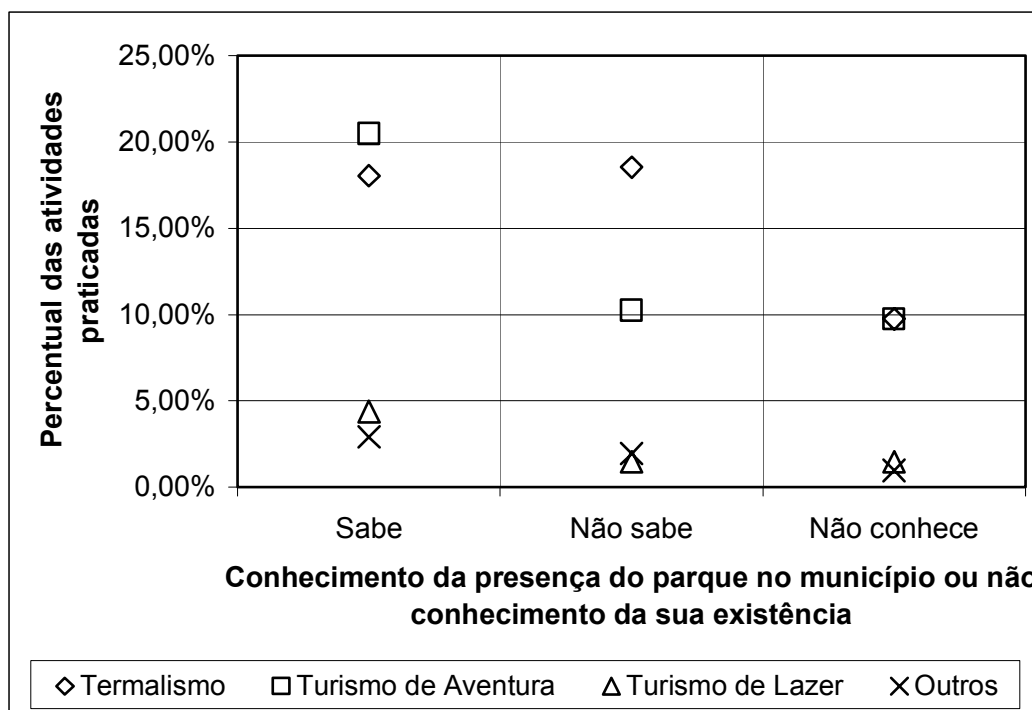
Tendo constatado que a maioria dos visitantes entrevistados é proveniente do próprio Estado, e que estes são adultos, com grau de escolaridade alto, esta preocupação aumenta. Pois se nem no próprio Estado, as pessoas mais informadas e que tem um conhecimento mais crítico da realidade conhecem o parque, torna-se difícil acreditar que este será respeitado e divulgado para outras gerações. Sua conservação e existência estariam comprometidas.

Mas cabe estabelecer algumas relações entre o conhecimento da presença do parque no município e as atividades praticadas, a frequência das visitas, e a duração no destino para melhor entender e discutir esta realidade.

Os entrevistados foram questionados sobre o fato de saberem ou não da existência do parque no município (citado na figura 15 como: sabe – não sabe) e se conhecem simplesmente a existência do Parque do Tabuleiro independente de sua presença no município de Santo Amaro (citado na figura 15 como: conhece – não conhece).

A relação entre o conhecimento da presença do parque no município e as atividades praticadas contribui para estabelecer a importância de cada atividade na divulgação do parque (FIGURA 22).

FIGURA 22 - Gráfico de relação entre o conhecimento da presença do parque no município ou não conhecimento da sua existência e as atividades praticadas pelos entrevistados



O percentual dos visitantes entrevistados que sabem da presença do parque no município é maior do que os que não sabem para quase todas as atividades praticadas, com exceção do termalismo. A atividade que apresenta a maior disparidade entre os índices de conhecimento da presença do parque no município é o turismo de aventura, sendo 20,49% dos visitantes entrevistados que sabem, e 10,24% dos que não sabem.

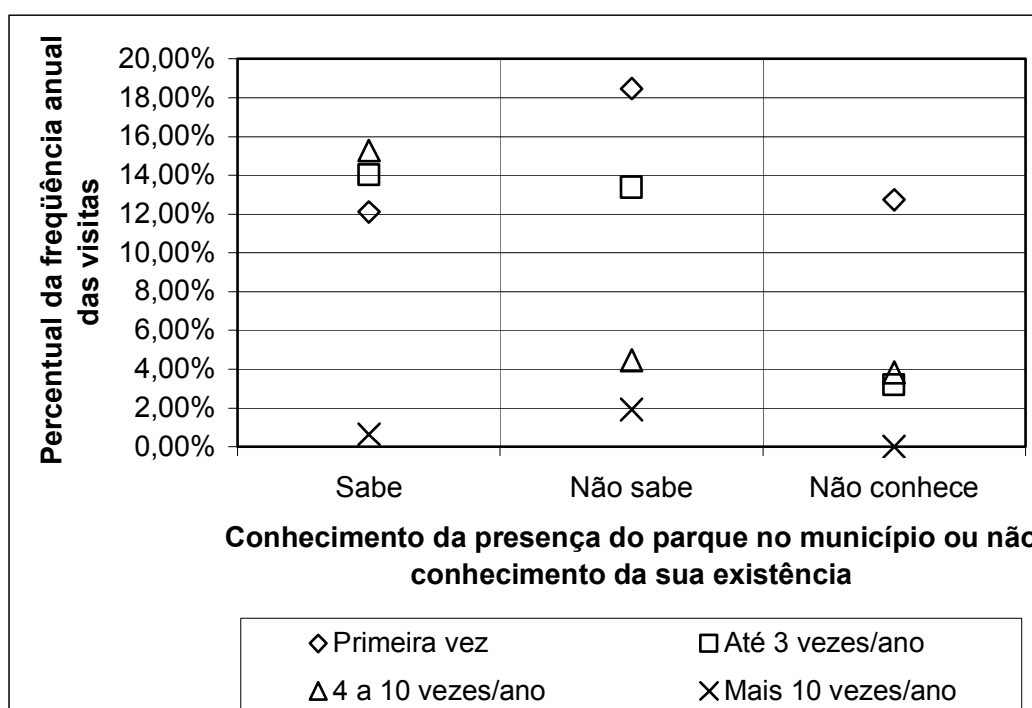
Aqueles que praticaram o turismo de lazer, mesmo que estas atividades não estejam diretamente relacionadas ao parque, também demonstram saber da presença deste no município. As outras atividades praticadas não influenciam muito no conhecimento da presença do parque pelos visitantes entrevistados.

Percebe-se que o turismo de aventura é a atividade que mais contribui para a divulgação do Parque. Parte desta divulgação pode ser atribuída ao fato dessas atividades acontecerem ora no interior, ora nos limites do parque, e às operadoras

de turismo locais que afirmam divulgar a existência do parque como atrativo para o município.

A relação entre o conhecimento do parque no município e a frequência anual das visitas também demonstra o seu poder de atratividade para o município (FIGURA 23).

FIGURA 23 - Gráfico de relação entre o conhecimento da presença do parque no município ou não conhecimento da sua existência e a frequência anual das visitas pelos entrevistados



Os dados mostram que 29,30% dos entrevistados que já visitaram o município de 2 até 10 vezes no ano sabem da presença do parque no município, e os que visitaram pela primeira vez 18,47% não sabem. Os que mais afirmam não saber da existência do parque são os que visitam a primeira vez.

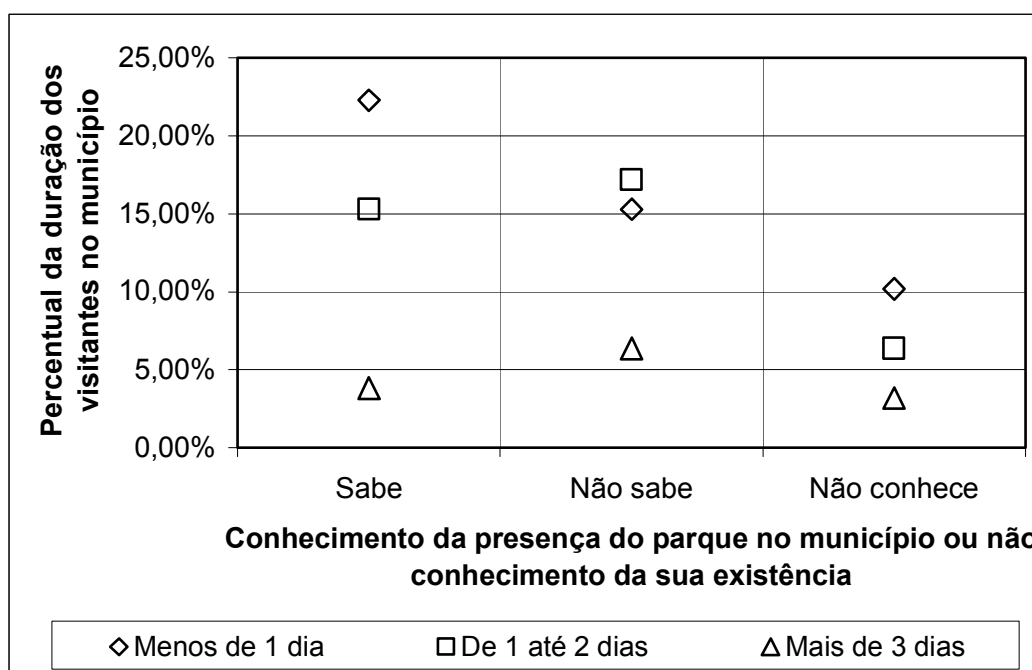
A maior disparidade entre os índices está naqueles visitantes que já tinham visitado o município entre 4 a 10 vezes no ano e atestam saber do parque no município. Percebe-se que a frequência das visitas possui uma relação direta com o conhecimento da presença do parque no município. Esse conhecimento aumenta a medida que a frequência das visitas também aumenta.

Considera-se importante que desde a primeira visita, estas informações sobre o parque sejam repassadas aos visitantes. Uma vez que estes não sabem nem da

existência do parque, ou da sua presença no município logo na primeira visita, a probabilidade de usar indevidamente, ou não respeitar as áreas do parque torna-se maior.

Outra relação importante a ser estabelecida é entre o conhecimento do parque pelos visitantes entrevistados e o tempo de duração da visita ao município (FIGURA 24).

FIGURA 24 - Gráfico de relação entre o conhecimento da presença do parque no município ou não conhecimento da sua existência e a duração dos visitantes entrevistados em Santo Amaro



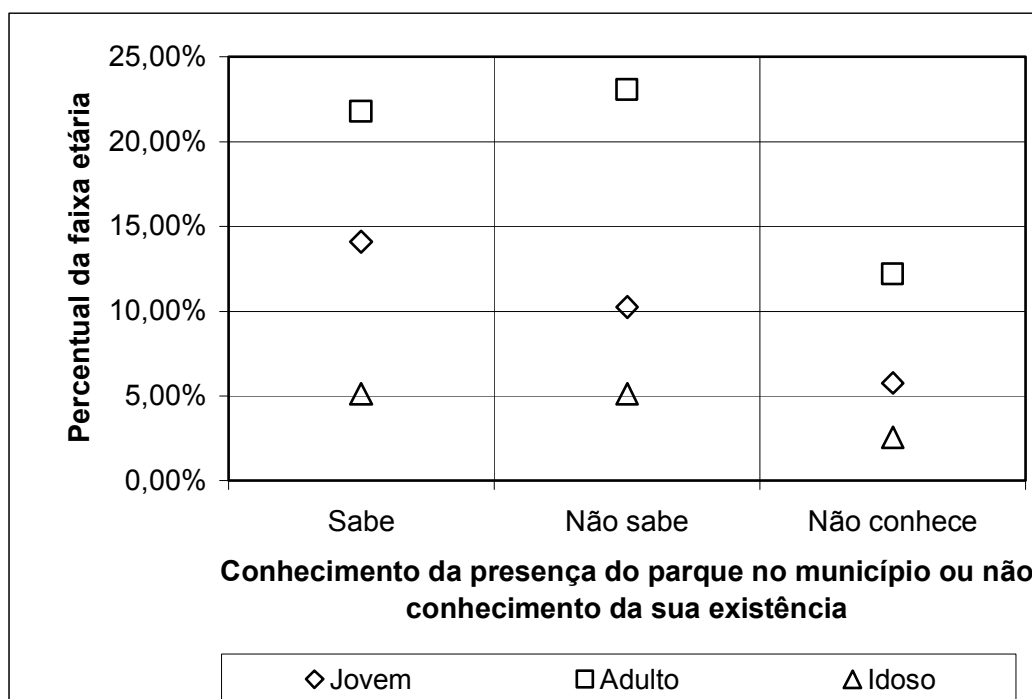
Os visitantes entrevistados que mais demonstraram saber da presença do parque no município foram os que permaneceram menos de 1 dia. Os que pernoveram pelo menos uma noite disseram não saber da presença do parque no município. Entre aqueles que dizem não saber da existência do parque estão os que permaneceram menos de 1 dia no município.

Pode parecer uma contradição com a figura 23, uma vez que o aumento da frequência das visitas ao município é positivamente proporcional ao conhecimento do parque, e no caso da duração da visita apareceu que os visitantes entrevistados que, em geral, passam menos de 1 dia no município são os que mais sabem do parque. Analisando-se os tipos de atividade mais praticados por estes visitantes

entrevistados, está o turismo de aventura. Portanto, confirma-se o poder de divulgação do parque pelas operadoras de turismo locais.

A faixa etária dos visitantes entrevistados também pode ser um indicador de influência quando relacionada com o conhecimento do parque no município (FIGURA 25).

FIGURA 25 - Gráfico de relação entre o conhecimento da presença do parque no município ou não conhecimento da sua existência e a faixa etária dos visitantes entrevistados

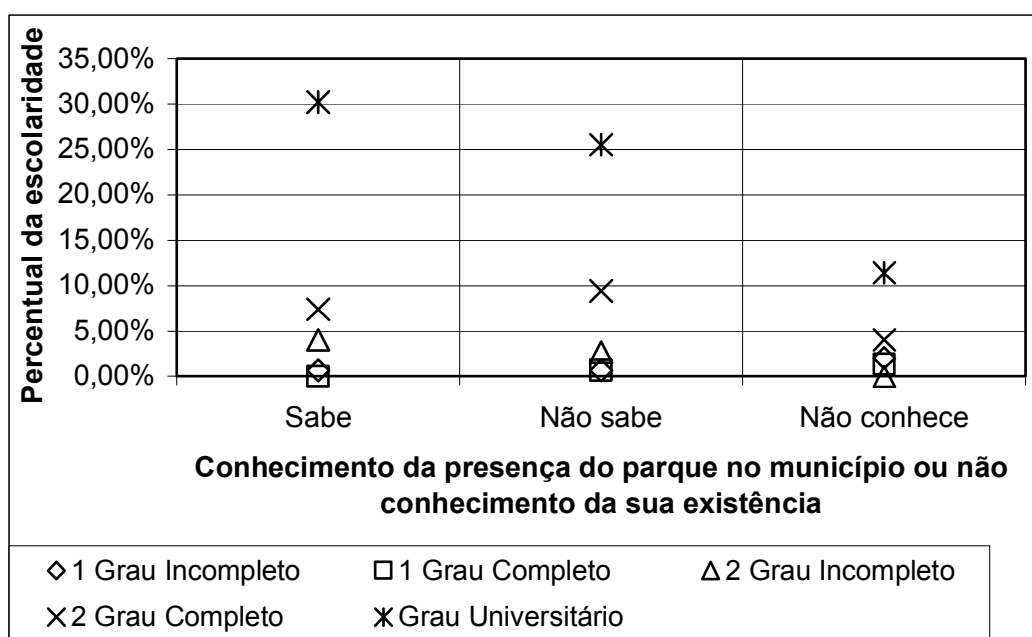


Os adultos, apesar de serem maioria dos entrevistados, demonstram não saber da presença do parque no município, ou não conhecem a existência do parque. Os jovens, por outro lado, demonstram saber do parque, inclusive no município. Já os idosos que responderam a pesquisa estão equilibrados entre os que sabem e os que não sabem da presença do parque no município.

Os jovens entrevistados se destacam como os que mais são influenciados com relação ao conhecimento do parque, talvez pela sua disposição em praticar o turismo de aventura, que envolve mais diretamente a área do parque. Já está comprovada sua grande contribuição na divulgação do parque.

O conhecimento do parque no município relacionado com a escolaridade dos visitantes entrevistados revela a influência do grau de instrução, para o conhecimento da existência do parque (FIGURA 26).

FIGURA 26 - Gráfico de relação entre o conhecimento da presença do parque no município ou não conhecimento da sua existência e a escolaridade dos visitantes entrevistados



Sabendo-se que a maioria dos visitantes entrevistados possui grau universitário, estes indicaram saber do parque no município. Os que possuem 20 grau completo, mesmo com uma pequena diferença, são mais frequentes os visitantes que não sabem da presença do parque. Os que grau de escolaridade até o 20 grau incompleto são inexpressivos no município.

A escolaridade não se mantém como um indicativo do grau de conhecimento do parque no município pelos entrevistados. Este fato está mais relacionado com as atividades praticadas e a frequência das visitas de 4 a 10 vezes no ano pelos entrevistados.

Os possíveis riscos causados pelo uso turístico podem ser minimizados a partir do entendimento prévio dos objetivos do parque. Apresentaram-se para os visitantes entrevistados os principais objetivos traçados para o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: conservar os ambientes naturais, possibilitar a realização de pesquisas, desenvolver atividades de recreação, promover a educação ambiental e

desenvolver as “comunidades locais”, entendidas como as comunidades que vivem no seu entorno.

Com estes objetivos buscou-se o grau de concordância dos visitantes entrevistados para cada um destes (TABELA 19 a 23).

O objetivo do parque de “conservar os ambientes naturais” revela a preocupação com a preservação das áreas do parque pelos visitantes entrevistados (TABELA 19).

TABELA 19 – Grau de concordância dos visitantes entrevistados com o objetivo do parque de “conservar os ambientes naturais”

Objetivo "conservar os ambientes naturais"	Resultados	%
Concordam Totalmente	128	88,89
Concordam Parcialmente	7	4,86
Não Sabem	9	6,25
Discordam Parcialmente	0	0,00
Discordam Totalmente	0	0,00
TOTAL	144	100,00

Nota: 15 entrevistados não responderam esta questão.

Fonte: Pesquisa de campo.

O grau de concordância total com o objetivo do parque de “conservar os ambientes naturais” é apresentado pela grande maioria dos visitantes entrevistados, representando 88,89% dos visitantes. Um percentual bem menor de 4,86% dos visitantes disse concordar parcialmente com este objetivo. E com 6,25% os visitantes dizem não saber deste objetivo do parque.

O fato de nenhum visitante entrevistado ter discordado deste objetivo pode induzir ao conhecimento dos mesmos com relação à necessidade de conservação do parque. Por outro lado há uma tendência de concordância com as afirmações, mesmo que não sejam do seu conhecimento.

Continuando a verificação do grau de concordância dos objetivos do parque por parte dos visitantes entrevistados, observa-se o objetivo de “possibilitar pesquisas científicas” (TABELA 20).

TABELA 20 - Grau de concordância dos visitantes entrevistados com o objetivo do parque de “possibilitar pesquisas”

Objetivo "possibilitar pesquisas"	Resultados	%
Concordam Totalmente	106	73,61
Concordam Parcialmente	18	12,50
Não Sabem	19	13,19
Discordam Parcialmente	0	0,00
Discordam Totalmente	1	0,69
TOTAL	144	100,00

Nota: 15 entrevistados não responderam esta questão.

Fonte: Pesquisa de campo.

O índice dos visitantes entrevistados que concordam totalmente com o objetivo do parque de realizar pesquisas científicas é de 73,61%. Apesar de ser o maior índice observado para os dois objetivos, percebe-se uma variação pouco maior entre os que concordam totalmente, os que concordam parcialmente com este objetivo, e os que dizem não saber sobre este objetivo. Os visitantes que concordam parcialmente com este objetivo correspondem a 12,50%, e os que não sabem correspondem a 13,19%. Isto é muito sintomático quanto à pouca divulgação da importância do parque, não apenas como atrativo turístico, mas como importante área de preservação que merece ser pesquisada. Leva-se a questionar a pouca preocupação dos visitantes com a preservação do parque.

Então, se estes não se preocupam com a preservação, como devem concordar com o desenvolvimento de atividades de recreação no seu interior? (TABELA 21).

TABELA 21 - Grau de concordância dos visitantes entrevistados com o objetivo do parque de “desenvolver atividades de recreação”

Objetivo "desenvolver atividades de recreação"	Resultados	%
Concordam Totalmente	100	69,44
Concordam Parcialmente	31	21,53
Não Sabem	12	8,33
Discordam Parcialmente	1	0,69
Discordam Totalmente	0	0,00
TOTAL	144	100,00

Nota: 15 entrevistados não responderam esta questão.

Fonte: Pesquisa de campo.

O grau de concordância total com o objetivo “desenvolver atividades de recreação” permanece o maior índice de 69,44% dos visitantes. Há também, uma variação de concordância quando 21,53% dos visitantes indicam concordar

parcialmente com este objetivo. Esta variação aumenta a partir do índice de 8,33% dos visitantes entrevistados que dizem não saber deste objetivo do parque.

Apesar de utilizarem parte da área do parque para desenvolver suas atividades esportivas ou de recreação no município, os visitantes entrevistados que dizem não concordar ou o não conhecer o objetivo “desenvolver atividades de recreação” podem gerar impactos negativos, às vezes irreversíveis para manter a conservação do parque. É um fator altamente preocupante diretamente relacionado com a atividade turística e o PEST em Santo Amaro.

O grau de concordância dos visitantes entrevistados com o objetivo “promover a educação ambiental” também deve ser observado (TABELA 22).

TABELA 22 - Grau de concordância dos visitantes entrevistados com o objetivo do parque de “promover a educação ambiental”

Objetivo "promover a educação ambiental"	Resultados	%
Concordam Totalmente	113	77,93
Concordam Parcialmente	18	12,41
Não Sabem	14	9,66
Discordam Parcialmente	0	0,00
Discordam Totalmente	0	0,00
TOTAL	145	100,00

Nota: 14 entrevistados não responderam esta questão.

Fonte: Pesquisa de campo.

A promoção da educação ambiental é um importante objetivo do parque, e percebe-se a concordância total dos visitantes entrevistados com índice de 77,93%. Porém, 12,41% dos entrevistados concordam parcialmente com este objetivo. E 9,66% dos entrevistados não sabem deste objetivo.

A concordância parcial, ou o não conhecimento deste objetivo, leva a demonstrar a ineficiência dos programas de educação ambiental que deveriam estar sendo tratados pelo parque no município. Esta falta de informação, divulgação, e conseqüente desconhecimento do parque também podem gerar conflitos de uso do parque.

Por fim, o objetivo de “desenvolver as comunidades locais”, entendidas como aquelas que estão no entorno do parque, é importante ser compreendido pelos visitantes entrevistados, uma vez que estas comunidades devem atuar como auxiliares no processo de gestão do turismo no parque (TABELA 23).

TABELA 23 - Grau de concordância dos visitantes entrevistados com o objetivo do parque de “desenvolver as comunidades locais”

Objetivo "desenvolver as comunidades locais"	Resultados	%
Concordam Totalmente	95	65,07
Concordam Parcialmente	28	19,18
Não Sabem	17	11,64
Discordam Parcialmente	5	3,42
Discordam Totalmente	1	0,68
TOTAL	146	100,00

Nota: 13 entrevistados não responderam esta questão.

Fonte: Pesquisa de campo.

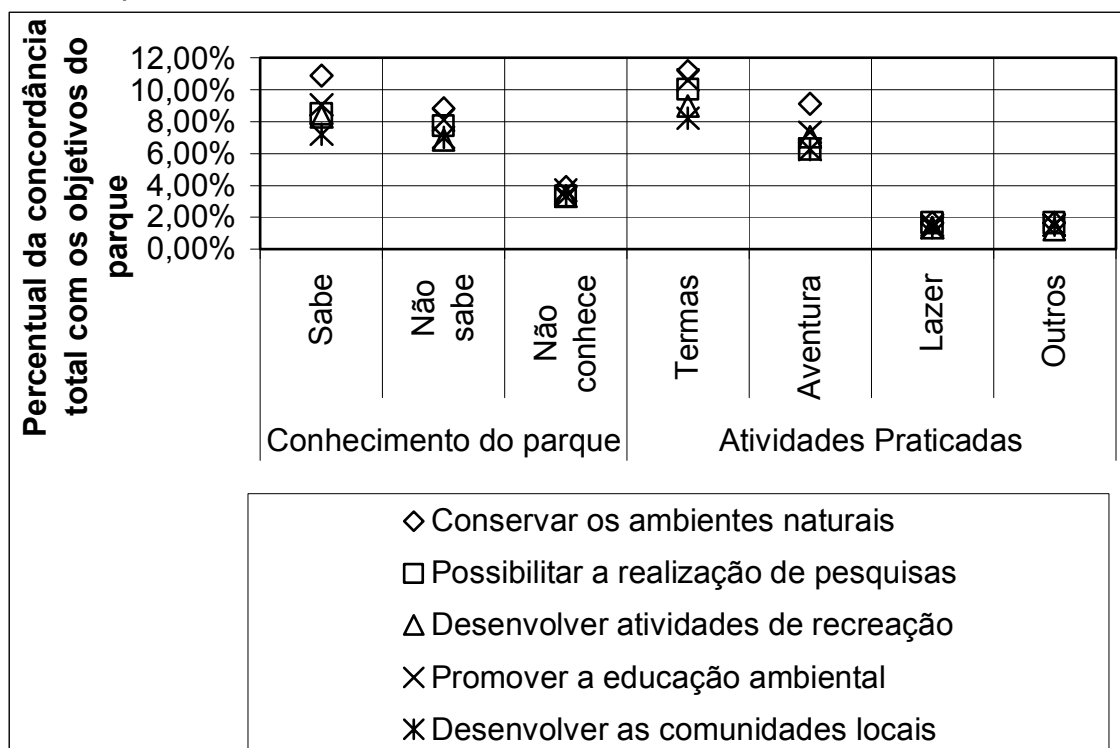
Da mesma forma, as respostas sobre o objetivo “desenvolver as comunidades locais” variaram no grau de concordância dos visitantes entrevistados: 65,07% concordam totalmente, e 19,18% concordam parcialmente. Neste caso aparece 11,64% que diz não saber deste objetivo, e 4,1% dos visitantes discorda total ou parcialmente deste objetivo.

O objetivo do parque “desenvolver as comunidades locais” é o que mais variou no grau de concordância dos visitantes entrevistados. Neste caso percebe-se que cerca de 35% dos visitantes não percebem este objetivo como importante, atestando que estes não vêem o parque como possibilidade de geração de renda para a comunidade local, sem que estas atividades interfiram na sua conservação.

Percebe-se que as respostas tendem a concordar totalmente com todos os objetivos do parque. Mas cabe considerar que há uma tendência de concordância nas respostas positivas, mesmo que os respondentes desconheçam os objetivos.

A relação entre a concordância total com os objetivos do parque e o conhecimento do parque pode ajudar a entender a tendência das respostas positivas. Da mesma forma, estabeleceu-se a relação entre a concordância total com os objetivos e as atividades praticadas (FIGURA 27).

FIGURA 27 - Gráfico de relação entre a concordância total com os objetivos do parque, o conhecimento da sua existência por parte dos visitantes entrevistados e as atividades praticadas



Houve uma coincidência nas respostas entre o conhecimento do parque e a concordância total com os objetivos, destacando-se apenas o objetivo de conservar os ambientes naturais que foi o mais citado tanto pelos que sabem, quanto pelos que não sabem da presença do parque do município. Dentre os que disseram não conhecer a existência do parque em nenhum município, não foi ressaltado nenhum objetivo específico como sendo próprio do parque.

Relacionando-se as atividades praticadas com o grau de concordância total dos objetivos, tem-se que os visitantes entrevistados que utilizaram as termas e do turismo de aventura são os que mais se destacam. Indicaram apenas o objetivo de conservar os ambientes naturais como o mais conhecido.

Os parques aquáticos as festas e os aspectos históricos, entre outras atividades, se tornaram quase inexpressivos. Estes poderiam gerar mais envolvimento da comunidade com os visitantes e possivelmente, haveria uma troca maior de informações e conseqüente divulgação do parque.

Torna-se necessário discutir a opinião dos empresários locais e do poder público municipal entrevistados sobre o uso turístico do Parque do Tabuleiro em Santo Amaro, para tentar buscar indicadores de entendimento da relação entre o uso turístico e a conservação do parque.

5.2 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS

As entrevistas com operadores de turismo, gerentes de hotéis e poder público municipal em Santo Amaro, seguiram um modelo de formulário estruturado contendo perguntas relacionadas aos tipos de atividades turísticas oferecidas aos visitantes. Foi observado se essas atividades interagem com o Parque do Tabuleiro e de que forma. Solicitou-se a opinião dos entrevistados sobre a infra-estrutura do parque, cujas respostas foram classificadas em escala, de ótima a péssima. Procurou-se saber a opinião sobre os aspectos positivos e negativos do parque e/ou do município, que interfere na atividade desenvolvida por eles e o que está sendo feito para sanar as dificuldades, ou limites apontados. Foi questionado também, se eles acreditam que o uso turístico do Parque do Tabuleiro no município pode trazer benefícios para a comunidade local, e de que forma isso poderia de dar (APÊNDICE 2).

As entrevistas seguiram uma abordagem “objetiva/comparativa” que segundo Roy Hay (apud THOMPSON, 1998, p. 259):

A abordagem “objetiva/comparativa”, geralmente é feita com base num questionário ou, pelo menos, numa entrevista extremamente estruturada, em que o entrevistador mantém o controle e faz uma série de perguntas comuns a todos os respondentes. Neste caso, visa-se produzir um material que transcenda o respondente individual e possa ser utilizado para fins comparativos (...).

Foram realizadas seis entrevistas, sendo duas com gerentes de hotéis, três com proprietários de operadoras e uma com o diretor de turismo municipal (QUADRO 16).

QUADRO 16 - Lista dos entrevistados

Ordem dos entrevistados	Cargo
Entrevistado 1	Gerente de hotel
Entrevistado 2	Proprietário de operadora
Entrevistado 3	Proprietário de operadora
Entrevistado 4	Gerente de hotel
Entrevistado 5	Proprietário de operadora
Entrevistado 6	Diretor de turismo

Sobre o perfil dos entrevistados, identificou-se o grau de escolaridade superior ao 2º Grau completo, que atuam na área de turismo no município há 1 ano no caso dos gerentes de hotéis, há 4 anos em média, no caso dos proprietários das operadoras, e há 10 anos no caso do diretor de turismo municipal. Este último é técnico em turismo e atuou profissionalmente no Hotel Plaza Caldas da Imperatriz antes de ingressar na área pública.

Ficou claro que as atividades oferecidas pelas operadoras utilizam parte da área do parque, ou acontecem nos seus limites.

Os proprietários das operadoras de turismo esclareceram que o turismo de aventura ou o ecoturismo são as terminologias utilizadas para oferecer a atividade turística no município.

Segundo falas de alguns dos entrevistados:

“Nós trabalhamos aqui com o turismo de aventura, ecoturismo. A gente faz passeio de rafting, passeio de caminhada, passeio de montanha. O passeio mais procurado nosso é o rafting”. (2)

“Meus passeios, eles se encaixam em turismo de aventura [...] então seria rafting, rapel, caminhadas, que são as trilhas, eu faço expedição de duck, é o caiaque inflável, e aí ficamos dois dias, rapel em cachoeira, rapel na ponte, tirolesa, passeios de bicicleta (...)”. (3)

“Hoje a gente oferece rafting, a gente oferece passeios de mountain bike, a gente oferece muro de escalada, a gente oferece trekking, a gente oferece trekking com acampamento”. (5)

A diversificação das atividades oferecidas pelas operadoras de turismo se justifica pelo fato de serem seis empresas atuando no município, com atividades

direcionadas para o mesmo público. Sobre esta concorrência, alguns operadores comentam:

“Hoje o rafting não é mais único, devido até a própria concorrência que está muito acirrada, aqui, hoje nós somos seis empresas. Então o que você tem que fazer? Você tem que começar a abrir o teu leque. Porque ou você abre o seu leque e vai procurar outro público, ou você vai bater de frente, daí entra naquela coisa de só teimando em preço”. (5)

“A nossa atividade de rafting, ou atividades de turismo de aventura, na medida em que a forma como ela está sendo posta, ou tratada, ela não tem sustentabilidade. Nós temos um mercado pequeno, tem muitas empresas, mas na realidade não foi inventado muitos roteiros novos, não foi acrescentado outras atividades, não foi diversificado(...)”. (2)

Observa-se que esta diversificação do uso turístico pode significar um risco para a conservação do Parque do Tabuleiro. Algumas atividades, conforme analisadas sobre a compatibilidade de uso, acontecem no interior do parque, como é o caso das caminhadas pelas trilhas, do *rapel*, do acampamento. Estas não são controladas pela administração do parque e o poder público municipal não auxilia na organização da atividade no município. Por outro lado, existe a possibilidade desta diversificação do uso turístico auxiliar na capitalização das empresas, para investimento em equipamentos e qualificação dos funcionários, desde que a atividade seja bem direcionada e organizada, respeitando os limites do ambiente.

Outra preocupação levantada se refere à qualidade e disponibilidade dos equipamentos de segurança que foram adquiridos pelas empresas, mas não possuem uma vistoria permanente do órgão competente para continuarem em uso. Da mesma forma, não há uma exigência formal de capacitação dos funcionários para que estes exerçam suas funções de condutores destas atividades.

Mas também outra justificativa encontrada por um dos empresários para essa diversificação, se deve à dificuldade de retorno dos visitantes para a prática de rafting por mais de três vezes no ano, fazendo com que estes procurem outros atrativos que justifiquem sua volta:

“Se eu tiver outros trajetos, o que acontece, eles podem vir e através do rafting, conhecer outras coisas [...] então eu consigo fazer com que esse meu cliente venha mais vezes pra empresa! Por isso, hoje especificamente, nós não somos uma empresa de rafting”. (5)

Comparando-se com o índice dos visitantes que procuraram o turismo de aventura relacionado com a frequência anual das visitas (FIGURA 15, p. 130), evidenciou-se a procura por atrativos diferenciados à medida que estes visitantes retornam ao município. Portanto, esta diversificação na oferta turística no município, apresentada pelas operadoras é válida, mas desde que estes respeitem os limites do ambiente.

Analisando-se o conhecimento desses visitantes sobre os danos causados pelo turismo no parque (TABELA 12, p. 142), percebeu-se que a maioria destes não percebe estes possíveis danos. Isto se torna ainda mais grave quando estes não assumem a sua responsabilidade quanto ao uso destes ambientes.

Mas ainda com relação às atividades praticadas no município, o poder público lembra as águas termais, como sendo o principal atrativo:

“A principal atividade é as águas termais, o turismo termal. Nós hoje estamos agregando valores que seria o ecoturismo, através do rafting e do vôo livre, que é o turismo de aventura, no qual tem nos dado um novo rumo a Santo Amaro da Imperatriz. Porque as águas termais levam muito o nome de Caldas da Imperatriz. E o turismo de aventura tem trazido o nome de Santo Amaro”. (6)

E quando questionado sobre o turismo rural no município, o poder público indicou que este se encontra estagnado, contando atualmente apenas com o Fischer Hotel Fazenda Jomar.

A segunda questão importante colocada na entrevista foi se essas atividades interagem com o parque, e de que forma acontece esta interação.

Os gerentes de hotéis entrevistados demonstraram não possuir conhecimento sobre os limites do parque, e sobre as atividades nele praticadas. Indicaram que as águas termais, sendo o principal atrativo destes estabelecimentos, não estariam

relacionadas ao parque, e que o uso destas águas nas dependências do hotel não proporcionavam interação com o parque.

Já as operadoras de turismo locais, admitem que há interação na medida em que o rafting, sendo atividade mais praticada, acontece nos limites do parque, conforme comentam:

“Interagem no sentido que as pessoas que vêm aqui, não vêm só pra se divertir, elas vêm pra poder sentir a natureza, se energizar [...] elas observam o parque, todo mundo daí fica sensibilizado com a importância de proteger os ecossistemas, proteger o parque”. (2)

“Algumas atividades que eu faço, mesmo o rafting, ele está no limite do parque, aí tem uma área de 500 metros que eles chamam de entorno do parque. Então eu estou dentro do entorno do parque! [...] eu tenho uma caminhada aqui que é a trilha do Bispo, que passamos uma parte dentro do parque, que não é dentro, nem entorno, mas é no limite; e na vargem do braço, também, aqui nós temos uma caminhada que é no Salto do Rio Vermelho, que é dentro do Parque”. (3)

“Eu acredito que a atividade que interage com o parque seja o rafting, né? Até porque dentro dessas outras atividades que eu faço, nenhuma delas se localiza dentro da área do parque [...] até porque, a gente sempre cita, quando a gente está passando pelo rio, que é uma área de preservação permanente, que é o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro”. (5)

Outra questão levantada a partir das respostas sobre a utilização e interação do turismo no Parque do Tabuleiro é o uso inadequado da “Trilha do Pico do Tabuleiro”. Conforme estabelecido pela FATMA, esta trilha não deve ser utilizada sem autorização prévia. Mas conforme verificado nos comentários de alguns empresários, algumas trilhas continuam sendo utilizadas, até porque, eles afirmam tentar pedir autorização e não conseguir por burocracia da FATMA. Afirmam não estarem degradando a trilha porque eles têm essa consciência de preservação e garantem passá-la para os visitantes.

“Várias vezes eu fui barrado porque eu vou para a cachoeira do Rio Vermelho, no parque, fazer caminhada, só que é só dá um feriado e chover, que tem

um monte de motoqueiro daqui que vai lá dentro do parque fazer trilha. Sabe, eu causo mais impactos, ou são as motos? [...] eu já mandei e-mail para algumas pessoas que são ligadas ao parque, pedindo sobre trilha, então, ninguém fala nada, a gente liga pra FATMA, não pode, não pode, não pode, não pode. Para fazer uma caminhada aqui para o tabuleiro não pode, mas todo mundo faz, todo mundo vai, a trilha está aberta! [...] e se você vai lá pedir, eles falam não pode, não pode, eu não posso, entendeu, eu que quero preservar, eu não posso, os outros podem! [...] até quando a gente sobe, vai pro pico, sempre leva saco de lixo, e recolhe alguma coisa que sempre deixam lá, fazemos uma limpeza, até resolver!”. (3)

“Todo mundo que vem aqui, a maioria, tem a preocupação de preservar. Em geral, ninguém leva lixo, ou quando leva traz, mesmo as caminhadas que a gente faz no parque, é muito raro alguém querer pegar planta; todo mundo que sai da cidade tem noção de que não deve mexer nas coisas do parque”. (2)

Este uso turístico inadequado e sem controle de algumas áreas do parque torna a questão dos riscos para sua conservação ainda mais grave.

Por outro lado, uma empresa apontou não utilizar esta trilha, e inclusive comentar isso com as pessoas que os procuram para conhecê-la:

“Diferente de outras empresas que usam o parque para fazer o trekking do tabuleiro, então a gente como não opera nisso [...] e sempre também lembrando as pessoas, que por exemplo, a trilha do tabuleiro hoje é uma trilha super conhecida em Florianópolis, então tem muitos clientes nossos que vem aqui e dizem assim “ah, eu vou fazer aquela trilha no inverno”. Então a gente sempre tenta aconselhar a pessoa a procurar a direção do parque (fala da FATMA), entendeu? Para a pessoa realmente ver que é uma área que não está liberada”. (5)

O poder público municipal acredita que o uso do parque por parte das operadoras é positivo na medida em que estes ajudam na fiscalização e controle do uso:

“É fundamental que, essas empresas de ecoturismo, que são pessoas que tem o contato e são técnicos dessas áreas em contato com a natureza, eles passam

a ser vigilantes. Porque hoje o parque, ele não tem divisa e, ele envolve nove municípios, a base central está na Palhoça, cortado por uma rodovia”. (6)

Como observa Norris (1992 *apud* PIRES, 2002, p. 162) “*mesmo que os participantes de viagens na natureza ou viagens de aventura venham a obter um conhecimento aprofundado das áreas que visitam, se a participação não contribuir para essas áreas, não se tratará de ecoturismo*”.

A terceira questão sobre a infra-estrutura do parque, reforçou o comentário do parque não possuir divisas bem delimitadas e a falta de uma sub-sede deste, localizada no município. Este aspecto foi citado pelo poder público e por vários empresários:

“Aqui não existe nada de infra-estrutura. Tem uma estruturazinha pequena lá no Maciambu, que até que é razoável [...] mas aqui, não tem estrutura no parque [...] É lógico que se tivesse mais elementos, até para o pessoal poder visitar assim, a sede do parque por exemplo, que é longe daqui de Caldas, é lá no Maciambu. Se tivesse aqui uma sede, reunindo mais o parque, com certeza as pessoas iam visitar esse lugar também”. (2)

“Aqui em Santo Amaro, eu acho ela péssima! Péssima na verdade porque não tem, não dá nem para considerar porque não tem essa infra-estrutura! Que deveria ser o que? Uma base, como um parque, uma estrutura um escritório, um centro de visitantes, com infra-estrutura de banheiros, né? E também se o parque tivesse um portão de entrada, entrando no parque, que funcionasse pelo menos o parque. Não tem! [...] Chegou a hora em que o parque, ou ele sai do papel, e vamos para a prática, ou nós deixamos o progresso desordenado tomar conta”. (3)

“É que na verdade aqui no município, do parque, a gente tem pouca coisa né! Seria mais na parte da Palhoça, mesmo que tem”. (5)

Reforça-se que a existência de uma sub-sede no município seria viável, a fim de melhorar a organização, a divulgação e a fiscalização do uso turístico no parque. A exemplo do Parque Estadual da Serra do Mar, em São Paulo, que abrange terras de 56 municípios, onde foi implantado um sistema de núcleos administrativos, num total de oito. Comprova-se a eficiência dos núcleos de Picinguaba e Caraguatatuba,

principalmente no que se refere à fiscalização de danos ambientais, conforme observado por Melo Neto *et. al.* (2004, p. 30-38).

Não apenas com relação à infra-estrutura do parque no município, mas também a falta de informação sobre o parque, tanto para as operadoras que o utilizam, como para a comunidade local, foi destaque na fala de um empresário:

“Nós aqui em relação a parque, a gente nunca recebeu sabe, a visita de uma pessoa do parque que viesse pra conversar com a gente, e sempre quando a coisa vem, ela vem de cima pra baixo, o que quer dizer de cima pra baixo? “O negócio é o seguinte, ou vai todo mundo se endireitar, ou vai fechar todo mundo, não vai ter mais rafting, não vai mais ter”...quando na verdade acho que não precisava ser nada disso! O que precisava-se ter é um comprometimento de todo mundo, pra trabalhar no parque, claro pra tentar de todas as maneiras fazer com que não tenha nenhum impacto na coisa, pra não destruir, porque é o tal negócio, é um recurso natural, e a partir do momento em que ele não existir mais, a nossa existência aqui, ela se torna nula. Não tem o porque da gente está aqui”. (5)

Percebeu-se pela fala dos entrevistados que a atividade do turismo no parque não está sendo gerida como deveria pois, possui não há uma interação entre o órgão administrativo, o poder público municipal, os empresários e a população local. Desta forma, os visitantes não recebem as informações necessárias e a sua conservação está sob ameaça. Uma possibilidade para resolver esta questão seria a efetivação do Conselho Intermunicipal para Implantação do parque, instituído como um Conselho Consultivo em 1997, do qual fazem parte os representantes da FATMA, como órgão administrativo responsável, os representantes dos órgãos públicos municipais, os representantes dos proprietários atingidos pelo parque. Este conselho participou das discussões para a construção da proposta de zoneamento do PEST, mas perdeu sua representatividade ao longo dos últimos anos.

Apresenta-se como exemplo o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em São Paulo, que criou seu conselho consultivo em 1998, do qual participam 18 representantes, sendo 5 das comunidades, 7 governamentais e 6 do terceiro setor. Conforme constatou a oficina de Gestão Participativa do SNUC, ocorrida em Brasília em 2004, este conselho, apesar de ser de caráter consultivo, este tem conseguido

ser deliberativo para encaminhamentos com poder decisório ao nível da Unidade de Conservação. Dentre alguns encaminhamentos já deliberados, estão: normas para reformas, construções e manejo florestal junto ao Ministério Público; Plano de Manejo; Regulamento de visitação pública; regulamentos nas comunidades (cotas de áreas de camping, trilhas abertas, etc.); priorização no atendimento de projetos nas comunidades; e ordenamento pesqueiro. Desta forma, foi observado como consequência positiva para a UC e seu entorno, a aceitação de normas, transparência e referência quanto à gestão participativa para outras unidades de conservação (MMA, 2004).

Outra idéia percebida na fala do empresário é sobre a relação de interdependência entre o turismo e a conservação dos ambientes naturais utilizados. A noção da importância desta relação pode reforçar a responsabilidade por parte destes empresários na conservação desta área. Mas é um aspecto observado de forma ainda tímida pelos empresários no município de Santo Amaro. Portanto, constitui-se num dos itens a ser tratado num possível programa de sensibilização, dentro da construção do plano de manejo do parque.

Confirmou-se que os gerentes de hotéis entrevistados não possuem informações sobre o parque e são divergentes quanto à necessidade de melhorar sua infra-estrutura. Comentaram apenas sobre a infra-estrutura, especificamente do bairro de Caldas da Imperatriz, onde estes estabelecimentos estão localizados:

“Tem um lado que é bom e tem o outro que não é, porque se desenvolver muito também a gente ia perder uma parte do sossego daqui, ia ter muito progresso, muito asfalto, muita poluição, então assim está bom”. (1)

“É péssima. As ruas aqui de acesso estão todas esburacadas, a CASAN com esta obra que não acaba... É muito ruim”. (4)

A questão sobre os aspectos naturais do parque e o fato de ser uma área de preservação destacou-se como grande atrativo por parte dos empresários e do poder público:

“Um dos aspectos positivos é que tem uma natureza ainda um pouco preservada. Apesar que já não ter uma mata primária, assim, mas se tem uma

natureza relativamente ainda preservada; principalmente mais entrando no parque mesmo, propriamente dito, porque aqui estamos mais na borda”. (2)

“Por a gente estar perto de uma área de preservação, isso atrai bastante, todo mundo quer conhecer! E ele tem um potencial enorme! Isso aqui é muito bonito! O pessoal daqui não faz nem idéia daquilo que tem, né? O parque, as águas termais, tudo junto”. (3)

“Como está interagindo, a gente sempre cita muito o parque. Até porque, a parte bonita do rio Cubatão, aqui onde a gente opera, principalmente o rafting radical, é a parte onde o parque fica à direita, ali no caso, então é onde o pedaço é mais bonito. Então você não tem como não citar! Tem muitas pessoas que chegam e perguntam assim “como é que isso tudo ainda não foi destruído?”, então esse é o ponto positivo que eu posso te dizer, né? Ainda não foi destruído porque é parte do parque”. (5)

Reforça-se a necessidade da integração das atividades turísticas com o envolvimento da comunidade local, a fim de sensibilizá-los e estimulá-los a repassar para os visitantes a importância da conservação destas áreas. Neste contexto, os empresários locais também devem possuir responsabilidades, como é reforçado legalmente no município, através da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS (SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, Lei N^o 026, 2003) e do Termo de Cooperação entre a FATMA e o Lagoa Clube de Vôo Livre – LCVL (2004).

Conforme disposto no Artigo 2^o da Lei N^o 026 (*op. cit.*), “a Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS – deve estabelecer regras, instrumentos de gestão e recursos a serem definidos com os diversos setores sociais, econômicos e governamentais, no sentido de garantir a preservação da biodiversidade, a organização empresarial e o envolvimento da comunidade local”.

O termo de cooperação (*op. cit.*) tem por finalidade “a cooperação visando a prática do vôo livre de asa delta e parapente e o apoio à fiscalização do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, mais precisamente na área de abrangência do município de Santo Amaro da Imperatriz”. Dentre as obrigações da FATMA, estão: conceder autorização de uso do Morro Queimado no interior do parque, para a

prática do vôo livre e designar um técnico para acompanhar e orientar a implementação das atividades previstas neste termo. E por parte do LCVL, dentre as obrigações está: apoiar as ações de fiscalização e as campanhas ambientais a serem desenvolvidas na área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, com rádios FM, GPS, câmaras fotográficas digitais e veículos utilitários 4X4, quando requisitados pela FATMA; envidar esforços para, junto com a Prefeitura de Santo Amaro da Imperatriz, apresentar projeto à FATMA de melhoria da principal via de acesso à rampa de vôo livre, revitalização de sua margem e fechamento de vias de acesso secundárias.

Nestes termos, o poder público municipal coloca como aspecto positivo para garantir a conservação do parque, a importância deste envolvimento dos empresários e de parcerias locais, para facilitar a fiscalização, controle e desenvolver projetos sociais com a comunidade:

“Primeiramente, é que nós temos pessoas dentro do rio todo dia, que como o que ali está! [...] um exemplo claro que é o parapente, o vôo livre. Nós fizemos um ajustamento de conduta entre a FATMA, a promotoria e o vôo livre, então eles tem a obrigação de monitorar por GPS queimadas, isso tudo fazendo a favor da preservação! E o rafting tem feito alguns trabalhos sociais, por exemplo, limpeza do rio na semana da água, então isso tudo para nós é novo, e os impactos são muito positivos. E na questão da economia do município, eles estão utilizando muita mão-de-obra local. Hoje nós temos guias de rafting local”. (6)

O diretor de turismo municipal reforçou também, a importância da preservação dos mananciais de água que nascem no interior do parque e abastecem a região da Grande Florianópolis:

“O município, além de ter o parque, abastece 1 milhão e duzentas mil pessoas, com águas puras, pode se dizer assim, e que não utilizam bombas para circular essa água, é tudo por elevação! Então a água chega em Florianópolis com custo zero lá, só desce. Então é a única cidade que tem esse tratamento [...] então veja bem, pode faltar luz que a água está nos canos”. (6)

Outras vezes a atratividade do parque é dividida com as águas termais ou com os aspectos históricos do município, como considera um gerente de hotel e um operador:

“O principal atrativo do município são as águas termais, desde 1842. E as instalações que hoje são do hotel foram construídas em 1845. E a natureza; 63% do município é preservação. É Mata Atlântica [...] se não tivesse natureza, se todos esses morros aqui tivessem sido devastados, não ia ter nem água aqui. Uma coisa leva a outra”. (1)

Esta consciência por parte do gerente só reforça a importância da preservação dos aspectos naturais do parque para garantir o seu maior atrativo, as águas termais. Mas, conforme já apresentado sobre o entendimento deste gerente entre a interação do parque com o termalismo, confirma-se que este não se sente responsável. Portanto, indica que a contrapartida entre os benefícios da qualidade da água fornecida aos hotéis, não corresponde com seu comprometimento com a conservação do parque.

Sobre os aspectos históricos do município, apenas um empresário o citou como fator de atratividade complementar para o município:

“O aspecto do turismo que é interessante aqui, é que tem vários elementos reunidos. Tem um pouco da história, essa história do casal imperial que esteve aqui, o prédio mesmo lá, centenário, a fonte de água termo-mineral, um pouco da cultura que tem aqui, a cultura meio Germânica, que tem um pouco em Santo Amaro. Quer dizer tem alguns elementos aqui que fazem com que aqui fique um pólo. Talvez, ao redor do parque, Caldas tenha a maior quantidade de atrativos reunidos numa região. Tem aqui, hoje esses passeios de aventura, tem as operadoras que também é um atrativo pra nossa região [...] as pessoas vêm pra cá, e tem de certa forma, como usar o parque, contratando as empresas”. (2)

Comparando-se esta importância dada pelo empresário, aos aspectos históricos do município com a atratividade destes para os visitantes (TABELA 4, p. 125), confirma-se que estes não têm sido alvos das visitas. Reforça-se que a valorização dos atrativos histórico-culturais no município pode diversificar a oferta turística, de forma que se diminua o fluxo de visitantes interessados somente nos

atrativos naturais, e conseqüentemente, diminui os impactos negativos que este uso excessivo pode provocar.

E ainda aparece na fala de um gerente de hotel, assim como do diretor de turismo municipal, a importância do Frei Hugolino para o incremento do turismo religioso em Santo Amaro:

“Também temos outro atrativo que é muito forte em Santo Amaro que é o Frei Hugolino, que faz a imposição de mãos. Que não chega a ser religioso, é mais místico”. (1)

(...) atende, sem causar impacto na cidade, trinta mil pessoas por ano! Mas você não vê uma SANTUR fazer uma pesquisa sobre isso, a vinda dessas pessoas, nem tampouco o município saber de onde que estão vindo essas pessoas do Frei Hugolino! (6)

Da mesma forma que os atrativos histórico-culturais, o turismo religioso pode atrair um segmento de turistas diferenciados para o município. Porém, conforme indicou o diretor de turismo municipal, este atrativo já atrai 30 mil turistas por ano ao município, e disto surge a necessidade de melhoria da infra-estrutura de hospedagem, alimentação e serviços de agenciamento local para receber este tipo de turismo. Também seria interessante realizar um estudo de caracterização deste grupo de turistas, pois apresenta necessidades e opiniões diferenciadas dos outros grupos.

O artesanato no município somente foi citado por um dos gerentes de hotéis, mas de forma negativa. Apesar de o município possuir uma associação local, esta não se torna representativa e não está agregando a comunidade à atividade turística como um todo, pois também não demonstrou atratividade por parte dos visitantes:

“Artesanato é uma coisa muito difícil. Porque só aposentado é que sobrevive do artesanato. Tem até uma associação de artesãos locais, mas são os aposentados que procuram alguma coisa pra fazer”. (1)

O diretor de turismo conclui sobre os aspectos positivos do município, o fato deste possuir muitos outros atrativos turísticos que não foram “explorados”. Cita o exemplo de um cânion, desvendado na trilha de São Bonifácio à Vargem do Braço,

que foi visitada pela equipe da *revista aventura* e será divulgada na edição de março de 2006.

Outra questão levantada pelo diretor de turismo, se relaciona com o acesso ao município, facilitado pela BR 282, ligando o litoral ao oeste do Estado, e passando por Santo Amaro da Imperatriz:

“Nós somos o principal elo de ligação com o oeste catarinense, a BR282, nós estamos vendo o crescimento dela, uma estatística média de 6 mil carros por final de semana na rodovia! Veja bem, ela está nos finais de semana mais movimentada que a BR101! Porque, aqui nós estamos a 20 minutos da capital do morango, nós estamos a uma hora da neve, e estamos a 20 minutos da praia! Então é estratégico Santo Amaro [...]”. (6)

Essa localização estratégica chama a atenção de empresários que querem investir no município, mas sentem-se impossibilitados pela falta de direcionamento desses investimentos no município. Está para ser aprovado o Plano Diretor Municipal neste ano de 2006.

“A gente recebe, em média, cinco empresários por semana aqui, querendo investir, mas ainda falta agora é a questão da aprovação do plano diretor, para dizer onde pode crescer e como pode crescer! Então esse é um ano decisivo para essa questão do futuro de Santo Amaro, pelo menos por uns dez anos!”. (6)

Sobre os aspectos negativos, a falta de infra-estrutura é citada por quase todos os entrevistados, ora se referindo ao acesso, ora à sinalização, ora à pequena quantidade de equipamentos de lazer, ora à falta de informações, inclusive sobre o zoneamento do parque:

“Os aspectos negativos aqui é a falta de planejamento, a falta de sinalizações, de uma maneira geral, tanto aqui na rodovia, como no próprio parque, nos destinos aqui. No geral, as pessoas vêm aqui, querem passear, e vêm aqui pegar informação com a gente pra ir visitarem sozinhas [...] mas não existe uma informação aqui, uma sinalização que permite as pessoas irem nos lugares com uma certa segurança”. (2)

“O negativo eu acho que é falta de interesse do governo, sei lá de quem está na frente disso tudo, para que o parque realmente vire realidade, que estruturem!”

Tem uma estória do zoneamento do parque porque tem uma área que é separada para o turismo de aventura, tem área de que na pode nem tocar, tem área que não sei o quê [...] eu estou aqui há quatro anos já, e há quatro anos que se fala nisso e eu não vejo nada! Ai a gente só ouve que liberaram num sei quantos milhões para a FATMA para o parque, mas o que a gente vê é um folheto que eles entregam por aí, e de concreto não se vê nada! Eu acho que é isso, falta de interesse”. (3)

É perceptível a falta de políticas públicas, ressaltada pelos operadores, confirmando a sua omissão para as questões de infra-estrutura, e pela não implantação da lei municipal, que aumenta os riscos para o ambiente e para a população local, cada vez mais alijada do processo.

Considera-se que a PMTS (SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, 2003) é o caminho para se estabelecer os programas voltados ao controle da visitação turística, nos moldes da sustentabilidade ambiental, socioeconômica e política do município. Porém, desde que entrou em vigor não foram elaborados programas. O objetivo estabelecido pela política de “promover, estimular e incentivar a criação e melhoria da infra-estrutura para a atividade do turismo”, também não foi cumprido e o Licenciamento Turístico Ambiental proposto para regulamentar as atividades, produtos e serviços turísticos oferecidos não foi implantado.

Sobre a falta de infra-estrutura o diretor de turismo comenta:

“A região de Caldas da Imperatriz tem três fatores negativos para o município. Primeiro, a estrada de acesso ao balneário de Caldas da Imperatriz é uma SC! Segundo, ele está conotado como área rural! Terceiro, não paga imposto, coleta de lixo, é uma zona franca! Como pode haver investimento num município pequeno, quando você tem lá uma área nobre, onde tem pessoas de classe A, nestas empresas que não retornam em benefício para o município? [...] Agora se o município tem que atender a várias que não tem calçamento, como Caldas, a várias que não tem saneamento básico, como Caldas, pra onde que eles vão aplicar? O governo não vai investir numa área que para ele já está pronta, falta agora os empresários acordarem”. (6)

O fato de o município não regularizar a questão do pagamento de impostos aos proprietários de Caldas, é mais um agravante para deter o desenvolvimento

econômico do turismo em Santo Amaro. Isto gera prejuízos sócio-econômicos para os proprietários, para o governo e para a população local e o ambiente, também recebe as conseqüências pela falta de infra-estrutura adequada, falta de organização e direcionamento da atividade. Tem que ser um trabalho de parceria participativa, conforme comenta um empresário:

“Eu acho que o erro dos municípios, até que tem o parque, é que em cima do turismo, deveriam gerar dinheiro para a prefeitura. Eles querem o contrário, eles querem receber do governo federal dinheiro para o turismo, eles dentro do município tem que gerar dinheiro! Aí ele consegue, entendeu? Funciona!”. (3)

O diretor de turismo municipal complementa esta indicação do empresário quando considera que o turismo seria a grande saída econômica do município, aproveitando-se do potencial turístico existente para aumentar e diversificar a sua oferta turística. Porém não foi comentado sobre os riscos que este aumento da demanda pode trazer para o município, se este aumento não for planejado ou controlado.

Uma questão bastante citada como aspecto negativo por todas as operadoras e pelo diretor de turismo é sobre o grande número de empresas de turismo atuando no município, e a desunião entre elas:

“Se tivesse menos empresas, a gente ia ter mais movimento, as empresas iam poder melhorar a qualidade, porque eu ou qualquer pessoa que trabalha no ramo é séria, ela quer melhorar o seu negócio [...] o que eu ganho eu vou investir aqui mesmo onde estou. A mesma coisa as pessoas que trabalham com a gente. Como não tem, digamos muita rotatividade grande de clientes o pessoal não se torna muito profissional, né? Ganha pouco e se torna um problema muito grave. E aí se reverte no final pro próprio parque, ou a própria natureza, porque se a gente tivesse melhores condições, a gente que eu digo é três, quatro empresas mais fortes, a gente podia estar fazendo mais coisas em benefício do próprio recurso que a gente usa, o rio, o parque. Poderia estar apoiando mais projeto de conservação, poderíamos estar fazendo mais eventos de sensibilização aí na comunidade, e no final a gente não faz muita coisa, porque a gente não tem muitas condições pra isso”. (2)

“Não existe assim, sabe, uma concepção de um bem comum [...] cada empresário aqui olha o seu lado. Então enquanto cada um continuar olhando pro seu lado a coisa nunca vai caminhar em benefício do turismo, em benefício ao parque, entendeu? [...] a gente não consegue ter um consenso com todas as empresas...isso é uma coisa que não se consegue...então vamos fazer o seguinte, vamos fazer um trabalho em cada empresa, em vez de fazer em todas! Vai ser mais trabalhoso? Vai. Mas talvez de resultado!”. (5)

“Negativo, o que eu poderia te dizer, mas que tudo há solução, então seria uma coisa temporária, é a união dessas empresas! Há uma competitividade muito grande porque o nosso rio, é um rio estreito, ele desce um bote por vez, e na temporada pode ocorrer de ter 20 botes no mesmo horário esperando para descer! Então como há mais 20 botes para entrar, há uma competitividade desleal, porque todo mundo quer descer às 9:00hr, todo mundo quer retornar ao meio dia, então não existe entre eles ainda um cooperativismo, sabe? [...] Não é que todos pensam assim, mas é que infelizmente ainda nós não conseguimos criar, exemplo, uma associação das empresas de rafting, ou uma associação de empresas de ecoturismo. A gente está buscando isso, porque só a partir disso daí, nós podemos inclusive, dar infra-estrutura. Porque hoje eles têm infra-estrutura própria, mas vamos dizer seis empresas, seis entradas no rio, seis saídas no rio! Há impacto ambiental nisso! Então, o município a partir do momento em que regularizar vai dizer, essa é a entrada oficial do rio, essa é a saída oficial do rio! E eles vão ter que conviver no mesmo ambiente. Então, há um trabalho de formiguinha para que essas empresas aí, nesse período que nós estamos trabalhando na lei, que eles consigam harmonizar-se com a natureza, e também entre eles!”. (6)

Considera-se que o problema não é a quantidade de empresas, mas a falta de diversificação e atratividades existentes no município e que não são trabalhadas por estas empresas. Esta diversificação, aliada à maior participação da comunidade local e ao cooperativismo entre os envolvidos, é essencial para garantir a conservação do parque e o retorno para a comunidade local, como preconizam os princípios “sustentáveis” da relação entre turismo e meio ambiente.

Sobre os benefícios do turismo sustentável, SWARBROOKE (2000, p. 14) lembra da lista divulgada na conferência Globo 90, em Vancouver, no Canadá, na

qual um destes benefícios é que “o turismo sustentável do ponto de vista do meio ambiente demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para a economia de uma comunidade e seu bem-estar social e pode ajudar a preservá-los”.

Quando questionados sobre o que se está fazendo para romper as barreiras, surgem respostas diferenciadas. Algumas se relacionam com projetos individuais, outras dizem respeito a trabalhos sociais com a comunidade.

“A gente está tentando agregar algumas coisas aqui, ao nosso produto, que é esse turismo mais científico, alguma coisa mais relacionada aqui a esses eventos aí, com a comunidade né? É, estamos tentando assim, na realidade, achar novos caminhos aqui para poder se manter aqui, né? [...] é que na realidade, aqui, a gente sabe que a bacia, nós que trabalhamos aqui no rio, tem várias ações que poderiam estar sendo feitas. Que é a coisa mesmo de levar a comunidade para conhecer a realidade; o que já é uma coisa muito importante porque as pessoas vendo, elas vão tomar suas iniciativas, né? Que vai reverter a coisa, né? Se cada um proteger ali um córregozinho, plantar uma arvorezinha no seu terreno, imagine o somatório disso. É...e também aqui a gente poderia estar fazendo outras ações, poderia, de repente, estar adotando áreas na beira do rio, plantando, quer dizer...mas e os recursos para fazer isso? [...] mas a gente está tentando buscar justamente, algumas alternativas aqui, para poder pelo menos tentar manter aqui o nosso trabalho, e não fechar as portas, e esperar que meus concorrentes quebrem antes de mim, entendeu?”. (2)

“Algumas ações de preservação aqui, em si da atividade também [...] fazemos algumas descidas no rio só para fazer limpeza [...] também apoiamos a prefeitura, para o pessoal dá mais valor! E algumas coisas assim mesmo, é...pressão mesmo, sabe, mandar e-mail, conversando com o pessoal, olha eu quero fazer isso...mostrando para eles que tem muita gente de olho, naquilo que eles estão fazendo. E que façam bem feito! De maneira como se fosse um fiscalizador que está olhando de fora para ver o que está acontecendo! E quando tem essas reuniões relacionadas ao parque, participar, fazer as perguntas que a maioria do pessoal tem medo de fazer, e mostrar, oh tem gente de olho, ao menos isso né? Para eles cuidarem um pouco daquilo que eles fazem!”. (3)

“A gente tem a menina dos nossos olhos...que a gente faz uma corrida de aventura, que a gente está se encaminhando pro segundo ano, que chama “juntos na aventura por uma melhor leitura” [...] a gente acredita que tem que auxiliar a comunidade de uma maneira geral [...] Então um outro projeto que a gente tem...é...nas saídas do rio onde a gente usa, a gente pega toda a criançada, entendeu? Botamos as crianças, botamos os pais...e vamos mostrar para essas pessoas o que, por exemplo, tirar uma árvore, o que faz capinar uma mata ciliar para plantar milho, para plantar feijão, faz com o rio [...] então a gente se preocupa muito em fazer com que o esporte, fazer com que a atividade turística seja muito bem vinda pela comunidade!”. (5)

Percebe-se que as iniciativas ainda são tímidas ou inexistentes. Não há coesão entre os empresários e muito menos deles com o poder público, que deveria promover o equilíbrio do uso turístico deste espaço com a sua conservação e desenvolvimento sócio-econômico das comunidades.

Conforme ressaltado por um dos empresários de operadora, estas ações deveriam ser mais coesas, inclusive sob orientação da FATMA:

“Como o parque também não nos procura, e eu acho que tem que ser uma ação coletiva, entre todos, pra todos se juntarem, pra que a coisa flua melhor, (...)! E...o fator principal mesmo que eu vejo, assim, é que tem que partir também muito do parque, entendeu, essa coisa de chamar os empresários para tentar fazer com que exista uma união um pouco maior”. (5)

A preocupação do diretor de turismo do município sobre as ações que estão sendo feitas para driblar essas dificuldades está em limitações legais, que segundo ele, estão sendo resolvidas aos poucos com elaboração das Normas Brasileiras para o Turismo Sustentável, com a lei Municipal que estabelece a PMTS e com a reformulação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), que passa a ser consultivo e administrativo:

“O Instituto Hospitalidade e a ABNT, agora, estão com 16 normativas para serem determinadas, inclusive quatro encontram-se em consulta nacional. Santo Amaro está dentro deste projeto, por que nós iniciamos em 2003, uma lei que estabelece a política de turismo sustentável na região, e hoje é lei, então é o

município de Santa Catarina que possui essa lei, que já está na fase das regulamentações [...] uma coisa que falta agora é ir para a prática, fazer isso na prática! Isso tem recurso. Então na lei está ali criado a LTA, a Licença Turística Ambiental, já foi aprovado, só falta o prefeito sancionar". (6)

Sobre as Normas da ABNT, estas se referem a um conjunto de 16 normativas relacionadas ao turismo de aventura, das quais, três destas já se encontram aprovadas e identificadas como Normas Brasileiras: (1) Turismo de Aventura – condutores – competência de pessoal (ABNT, NBR 15285, 2005); (2) Turismo de aventura – informações mínimas preliminares a clientes (ABNT, NBR 15286, 2005) e (3) Turismo de aventura – sistema de gestão da segurança – requisitos (ABNT, NBR 15331, 2006). Uma norma específica para condutores de rafting, encontra-se em vias de aprovação como mais uma norma brasileira: (4) Turismo de aventura – condutores de rafting – competências de pessoal (ABNT, projeto 54:003.07-001, 2005).

O processo de elaboração desta última norma realizou um de seus encontros da comissão de estudo no município de Santo Amaro da Imperatriz, em julho de 2005, tendo a participação total dos empresários de turismo locais e do poder público municipal, além de técnicos da FATMA e de representantes de universidades. Tratou-se de um encontro importante como exemplo de participação ativa dos envolvidos. Reforça-se a idéia de que são iniciativas como estas, com base na gestão participativa que podem auxiliar no desenvolvimento do turismo municipal, levando em consideração a conservação ambiental e o retorno econômico para as comunidades locais. Só a existência da Lei, e até mesmo das normas não vão bastar para alcançar tais objetivos.

A deficiência legal associado à falta de fiscalização já evidencia os impactos negativos que comprometem a conservação do parque, conforme observado pelo poder público:

“A idéia é monitorar essas atividades, para que nós possamos ter um maior conhecimento dessas atividades, e quais os recursos financeiros que traria o município, sobre seus benefícios e também os seus contras [...] não tem um estudo

de impacto ambiental (das atividades turísticas), e também, de reservar uma parte do lucro dele (empresários) pra preservação!”. (6)

O posicionamento dos gerentes e empresários sobre os benefícios gerados para a comunidade local a partir do turismo é unânime quando dizem que empregam pessoas da comunidade, e utilizam produtos da região, no caso dos hotéis. Citam algumas iniciativas neste sentido:

“Todos os funcionários são daqui do município [...] então traz divisas porque tem arrecadação de impostos [...] e nós damos preferência para os produtos da região. Na verdade, tendo produto de qualidade e preço nós compramos da região”. (1)

“Nós só empregamos o pessoal da região e também consumimos os produtos da região. As hortaliças são da comunidade de Vargem do Braço, produção orgânica”. (4)

“Aqui nas empresas de rafting aqui, é...a gente trabalha, eu por exemplo, trabalha com os guias locais”. (2)

“Outra preocupação que a gente tem...é...registrar os funcionários, que são do município, entendeu? Também para poder devolver um pouco para isso, né!”. (5)

Mas, ao mesmo tempo os empresários indicaram que esta participação da comunidade local no turismo do município é limitada devido à diversos fatores: falta de capacitação, de informação sobre o parque, e de oportunidades de geração de negócios próprios.

“Bom, eu acho que uma forma mais efetiva, seria de que houvesse uma capacitação geral aqui, nas comunidades em torno do parque, para a sustentabilidade do parque, e a possibilidade de negócios [...]. Seja em pousadas, seja nos passeios...as pessoas do lugar, elas não têm essas informações. Aí essas pessoas ficam alijadas de todo o processo, e o próprio parque não se desenvolve a nível de infra-estrutura”. (2)

“Eu acho que o que é importante nesse processo, é realmente chamar as pessoas pra cá, chamar as pessoas daqui para trabalharem nisso, só que para isso

ocorrer também tem que ter uma valorização do que você está vendendo! E como é que essa valorização ocorre? Ela ocorre até pelo próprio incentivo de você mandar uma pessoa daqui fazer uma faculdade de turismo, fazer uma faculdade de educação física, fazer uma faculdade de biologia (...) E você tem que tentar trazer a comunidade, talvez não diretamente só trabalhando, mas incentivando as pessoas a prática, para que a atividade se desenvolva mais, né!”.

Também foi colocada por vários empresários e pelo poder público, a questão da comunidade da Vargem do Braço, inserida no parque, e que ainda convive com o conflito da posse de terras e das burocracias legais que impedem o seu desenvolvimento.

“Tem aquela estória da população que está dentro, e tal, tudo bem, mas eu acho que não deveria ser de cima para baixo, deveria ser uma forma mais social...é...uma forma mais correta, eu acho! Eu acho que eles tem que unir as forças e fazer uma coisa que seja boa para os dois lados!”. (3)

O fato da comunidade da Vargem do Braço estar inserida no parque e possuir restrições de uso e moradia, torna a questão bastante complexa. Contudo, cabe destacar que este conflito observado pelos operadores se deve ao fato de os próprios guias de rafting, que trabalham com eles serem desta comunidade ou possuírem parentes nesta situação. Então se torna um problema coletivo, que se reflete no descontentamento e descrença por parte desta comunidade, para com o parque e, conseqüentemente, compromete a responsabilidade destes nas ações de preservação do seu patrimônio natural.

Foi citado o projeto idealizado pelo diretor de turismo, que visa organizar a atividade turística no município e promover, de certa forma, a integração das operadoras, refletindo de forma positiva no controle de uso turístico do parque no município.

“O meu projeto prevê uma área de triagem para o ecoturismo! Nós podemos ter seis empresas de ecoturismo, mas todas elas vão ter que passar por uma área de triagem, aonde o município, ou uma empresa terceirizada ela vai dar tickets de entrada. Se o rafting, para não haver impacto, ele teria que receber 100 pessoas por dia, iria ser distribuído entre as empresas esses tickets! Daqui vai sair o rapel, o

rafting, o trekking. E aqui também tiraria dúvida na questão ambiental, com um posto ambiental, vestiário, carro próprio para levar até os locais, para que as pessoas não entrem com seus carros [...] então talvez, acabaríamos com a especulação empresarial, a desunião que hoje existe, por quê? Porque o controle estaria através dos tickets!"

Ao discutir as opiniões dos empresários, gerentes de hotéis e do secretário de turismo municipal, percebe-se que elas se completam com relação às atividades turísticas praticadas e sua relação com o parque. Entretanto, as ações praticadas por estas empresas e pelo poder público são às vezes contraditórias e falta um consenso do que é necessário.

A falta de cumprimento da lei municipal, as ações isoladas dos empresários, a falta de sentimento de responsabilidade com as questões do parque no município, por parte dos gerentes de hotéis e, às vezes, do poder público, refletem um risco à sua conservação.

Algumas indicações sobre uma maior cooperação entre as empresas e a participação efetiva da comunidade, na questão relacionada ao turismo e meio ambiente foram dadas. Cabe de forma conjunta, executá-las.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação das características físicas e socioeconômicas do município e do parque, associadas ao uso turístico destes espaços, traduziu as relações de dependência entre o turismo e o ambiente conservado do parque. A possibilidade de espacialização dessas relações, identificando as características de cada atividade turística ocorrida e sua interação com os ambientes utilizados, confirmou a contribuição da visão da geografia nos estudos que relacionam o turismo e meio ambiente.

A caracterização da área identificou que Santo Amaro possui aspectos naturais e humanos, que mostram-se como potenciais para a realização de diversos tipos de atividades turísticas. O termalismo, o turismo de aventura e o turismo de lazer representaram os tipos de uso turísticos predominantes identificados no município. Estes possuem características de uso diferenciadas e, portanto, cada um se relaciona de uma determinada forma com os ambientes utilizados.

Contudo, para que estas atividades sejam praticadas de forma a não comprometer a conservação das áreas do parque utilizadas, é necessário uma melhor estruturação e comprometimento das empresas que a oferecem, juntamente com o poder público. Isto vai refletir em turismo de qualidade, tanto para os visitantes, como para as comunidades do entorno que a desenvolvem.

Os aspectos naturais, referentes à geologia do Parque do Tabuleiro propiciam o termalismo e ao mesmo tempo, as estruturas geológicas dão forma aos aspectos fisiográficos, revelados pelas montanhas, cursos dos rios, cachoeiras, servindo de espaço para a prática de turismo de aventura. Uma diferenciação importante é que a captação das águas termais é realizada pelos equipamentos de hospedagem, através dos quais os visitantes se utilizam para o seu lazer. Já o turismo de aventura ocorre através da utilização direta das superfícies das montanhas, rios e cachoeiras, através das práticas esportivas e das caminhadas.

As características socioeconômicas apresentaram relações diretas com o uso turístico do parque, mesmo que este não se configure como a principal atividade

econômica do município. Apenas alguns se beneficiam economicamente desta atividade, utilizando-se da área do parque e de recursos naturais presentes no município. São eles, os proprietários dos hotéis, as operadoras e alguns estabelecimentos de lazer locais. A presença de associações comunitárias envolvidas com as questões do parque torna-se importante para garantir a manutenção dos objetivos desta UC. Entretanto, não foi verificada nenhuma associação ligada às questões da atividade turística no município. Os próprios empresários atuam de forma individualizada neste sentido. Esta falta de integração entre comunidade organizada, órgãos públicos e agentes do turismo local, dificultam o controle da capacidade de visitação das áreas e monitoramento das atividades realizadas dentro e no entorno do parque.

Os aspectos histórico-culturais analisados estão mais associados ao turismo de lazer e ao termalismo, entretanto mostraram-se como potenciais importantes para a diversificação da atividade turística e valorização de aspectos sócio-culturais. A participação em festas e eventos religiosos e culturais locais, embora ainda pequena, revela a máxima relação entre o turismo de lazer e estes aspectos. O turismo de lazer foi o que mais se associou a estes aspectos, pois estes se tornam a principal motivação para a realização das atividades aqui apresentadas. Por outro lado, o termalismo, pela própria história da sua “descoberta” no município, tornou-se motivo de estruturação e desenvolvimento econômico. Os derivados dos produtos orgânicos cultivados no município e o artesanato local poderiam ser incentivados e divulgados, ampliando-se a oferta de produtos turísticos locais e assim aproximar mais as comunidades da atividade turística.

A partir do cruzamento das informações sobre as normas de uso indicadas para cada zona com os possíveis impactos negativos causados ao ambiente natural, de acordo com a proposta de zoneamento do PEST, obteve-se a classificação de compatibilidade de uso turístico do parque, confirmando a hipótese de que existe incompatibilidade entre as normas de uso e algumas atividades turísticas realizadas. Na zona primitiva, o uso turístico do Pico do Tabuleiro apresentou incompatibilidade com o vôo livre, balonismo, hiking, turismo eqüestre e ambientação rural. O uso da Trilha para São Bonifácio é incompatível com a prática do hiking e do turismo eqüestre. Na zona de uso, apesar das normas serem mais acessíveis ao desenvolvimento da atividade turística, o cicloturismo no Morro Queimado

apresentou incompatibilidade de uso. Da mesma forma, o trekking na Cachoeira Cobrinha de Ouro também se mostrou incompatível. Na zona de entorno, como não existem regras claras nas normas de uso não foi possível classificar a compatibilidade das atividades turísticas desenvolvidas.

A avaliação dos resultados da caracterização dos visitantes é positiva no sentido que os atrativos que mais os interessam se referem aos aspectos naturais, envolvidos diretamente com o ambiente do parque. Isto reforça a necessidade da integração entre conservação, uso público e atividades turísticas de forma harmoniosa.

Todavia, o conhecimento da presença do parque no município não está sendo devidamente incentivado por alguns tipos de atividades turísticas. Percebeu-se que o termalismo não contribui para o conhecimento do parque por parte dos visitantes, e até mesmo os responsáveis pelos hotéis, como local de realização, demonstram desconhecimento dos objetivos, limites e uso turístico do parque no município. Por sua vez, o turismo de aventura confirmou contribuir bastante para a disseminação deste conhecimento aos visitantes, por parte, principalmente dos operadores que a oferecem. Estes visitantes se utilizam diretamente das áreas do parque para realização dessas atividades, o que facilita o conhecimento da presença do mesmo. O conhecimento da existência do parque por parte dos visitantes no município está diretamente associado à frequência das visitas e às atividades praticadas. Quanto mais os visitantes vão ao município, mais sabem da presença do parque e aqueles que praticam o turismo de aventura, também atestam saber da sua existência.

Por outro lado, esses visitantes que sabem da existência do parque, apresentaram certa diversidade de respostas sobre a concordância em relação aos objetivos do mesmo. Demonstraram que apesar de saber da existência do parque no município e fazerem uso das suas áreas, os visitantes não compreendem bem seus objetivos. Este fato se apresentou ainda mais grave quando estes indicaram não perceber os danos causados pela sua utilização do parque. Observou-se que a divulgação e as informações sobre o parque não estão atingindo os visitantes e, portanto, estes não assumem a responsabilidade na preservação do parque a partir do seu uso turístico e público.

Os empresários locais e o poder público estão contribuindo para a divulgação do parque. No entanto, as respostas indicaram que não há uma definição clara sobre a compreensão destes segmentos quanto à relação entre o turismo e o parque no município. Tampouco se eles se sentem responsáveis pela sua preservação a partir deste uso.

Através das entrevistas com os proprietários das empresas de turismo, com os gerentes de hotéis e o poder público municipal, verificou-se que os hoteleiros não auxiliam na divulgação da existência do parque, até porque não entendem seus objetivos e, conseqüentemente, não assumem essa responsabilidade. Estes não percebem a relação entre as atividades oferecidas pelo hotel e o parque, alegando apenas a que utilizam a “paisagem” do parque como atrativo complementar às águas termais.

Já os empresários indicaram assumir essa responsabilidade, quando atestam que as atividades que eles oferecem aos visitantes são dependentes da existência do parque. Apareceram em seus discursos, pequenas ações isoladas voltadas à preservação ambiental, ao fornecimento de informações aos visitantes e à comunidade local, porém, o resultado efetivo destas ações na conservação do parque e no desenvolvimento das comunidades do entorno não foi verificado. Por outro lado, ficou comprovado que os visitantes que praticaram as atividades oferecidas por estas empresas, são os que mais sabem do parque, atestando o papel desses operadores na sua divulgação.

O poder público municipal indicou assumir parte dessa responsabilidade, mas em parceria com os empresários locais. Considera que há interação entre o turismo e o parque, mas assume que este uso não está sendo controlado. Alegam a falta de políticas públicas que orientem a organização da atividade no município, a falta de união das empresas e a necessidade de estudos de viabilidade econômica e de sustentabilidade do turismo no município.

Pela interpretação das respostas, observou-se que nem os proprietários das operadoras, nem os visitantes e nem o poder público municipal se comprometem em assumir totalmente a responsabilidade do uso turístico, de modo a não comprometer entrevistados a preservação dos valores naturais do parque.

As ações verificadas são isoladas, sem uma visão que integre a todos. Existe a necessidade de união com a participação das comunidades, para se obter um controle de uso que não comprometa a capacidade do parque de suportar a intensidade do uso pelos visitantes, sem ocorrer prejuízos ambientais.

A comunidade de Santo Amaro participa muito pouco deste uso público e turístico. Conforme observado, nenhum empresário é do local, apenas os guias contratados pelas agências e os funcionários dos hotéis, que atuam diretamente com o turismo no município. O turismo não se constitui atividade econômica principal entre os moradores, confirmando-se a última hipótese lançada de que não há participação das comunidades locais no desenvolvimento do turismo no município.

Limitações do estudo e sugestões futuras

Embora muitos esforços tenham sido realizados nesta pesquisa, alguns pontos ainda não puderam ser contemplados devido à natureza do processo. Assim, indicam-se aqueles que poderiam suscitar aprofundamento em novos estudos, para que, não apenas em Santo Amaro, mas em todos os municípios que contemplam parte do Parque do Tabuleiro, seja possível se consolidar o turismo como uma prática favorável à conservação dos espaços naturais e ao desenvolvimento socioeconômico local.

Este estudo buscou apenas as opiniões dos visitantes, dos empresários locais e do poder público municipal sobre o entendimento da relação entre o uso turístico do parque e sua conservação. Sabe-se que para uma caracterização mais ampla do turismo envolvendo os princípios de sustentabilidade, é necessário conhecer, também, a opinião das comunidades locais. Da mesma forma, a opinião do órgão estadual (já que compete ao Estado sua administração), é igualmente importante.

O envolvimento das comunidades locais com o turismo no município encontra-se limitado à prestação de serviços indiretos. O envolvimento destas com as questões do parque estão concentradas em algumas associações locais, com pouca ou nenhuma representatividade para a atividade turística. Este envolvimento torna-se essencial para o desenvolvimento local da atividade, em conformidade com a conservação do parque. Desta forma, sugere-se o efetivo funcionamento do Conselho Intermunicipal do PEST, como forma de integração de todos os envolvidos

na consulta, e conseqüente deliberação nas questões relacionadas ao uso público do parque, das quais a visitação turística cresce em importância.

Sobre a infra-estrutura turística de visitação do parque, a pesquisa se limitou a identificar os equipamentos e serviços de agenciamento e hospedagem, oferecidos no município de Santo Amaro. Bem como foram analisados os atrativos turísticos existentes e as atividades turísticas indicadas como potenciais, contrapondo-as com as que de fato ocorrem nestes atrativos e suas implicações no uso direto desses atrativos. Não coube realizar estudos de impacto ambiental, nem de capacidade de carga destes ambientes, nem tampouco estudos de viabilidade econômica das empresas turísticas existentes. Porém, sugere-se que estes aspectos sejam melhor avaliados, a fim de organizar a atividade, estabelecer diretrizes de uso turístico apropriadas a cada uma destas áreas e controlar os riscos que podem surgir com este uso.

A idéia de que seja implantada uma sub-sede do parque no município, conforme observada por alguns proprietários de operadoras e reforçada com o exemplo do Parque Estadual da Serra do Mar, torna-se importante para auxiliar na organização, fiscalização, fornecimento de informações e direcionamento dos diversos usos públicos do parque, garantindo a sua conservação.

Outra limitação encontrada se refere ao fato do Parque do Tabuleiro envolver parte das áreas de nove municípios, cabendo a este estudo apenas a parte do parque no município de Santo Amaro. Verifica-se que a prática da atividade turística acontece em quase todos os municípios do parque, podendo-se ampliar, ou analisar o uso turístico em outros municípios pertencentes ao parque.

Para que o turismo relacionado ao uso público de áreas protegidas seja realmente compatível com a conservação dos ambientes naturais e desenvolvimento socioeconômico local, urge que se ampliem as discussões sobre esse tema, envolvendo os mais diferentes olhares, com a participação voluntária das universidades, das organizações não-governamentais, do poder público, das empresas privadas, das associações de moradores e demais organismos cooperativistas, contemplando a preocupação de todos.

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 15285. 2005. **Turismo de aventura – condutores – competência de pessoal**. Rio de Janeiro: ABNT.

_____. NBR 15286. 2005. **Turismo de aventura – informações mínimas preliminares a clientes**. Rio de Janeiro: ABNT.

_____. NBR 15331. 2006. **Turismo de aventura – sistema de gestão da segurança – requisitos**. Rio de Janeiro: ABNT.

_____. NBR Projeto 54:003.07-001. 2005. **Turismo de aventura – condutores de rafting – competências de pessoal**. Rio de Janeiro: ABNT.

ANDRADE, José Vicente de. 1998. **Turismo – Fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ed. Ática.

ANDRADE, Manuel Correia de. 2002. A geografia e a sociedade. In SOUZA et al (orgs.). **O Novo mapa do mundo – natureza e sociedade de hoje**: uma leitura geográfica. 4 ed. São Paulo: Editora Hucitec, Annablume, ANPUR.

AMARAL, Eduardo Antônio Ribas. **Parques e comunidades rurais são compatíveis?** Estudo de caso no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Agrárias, UFSC, 1998.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BITENCOURT, Neres de Lourdes da Rosa. 2000. **Uma proposta de cidadania para a preservação ambiental estudo de caso**: comunidade de vargem do braço no parque estadual da serra do tabuleiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC. 185p.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Trad. Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. MMA (2000). **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**: lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5 ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de Conservação**: intenções e resultados. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

CARLOS, Ana Fani A (org). **O consumo do espaço**. In Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 2001.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de conservação**: matéria-prima do ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002. (Série turismo).

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 7 ed. São Paulo: Futura, 2003.

FATMA. 2002. **Proposta de zoneamento – PEST**. Elaborado por SOCIOAMBIENTAL, consultores e associados Ltda.; DINÂMICA, projetos ambientais. Florianópolis, 2002. 1 CD-ROM.

_____. 2003. **A natureza do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Florianópolis: FATMA.

_____. 2006. **Unidades de Conservação**. Disponível em: <<http://www.fatma.sc.gov.br>>. Acesso em: 25 janeiro 2006.

FATMA; LCVL. 2004. **Termo de cooperação**. Florianópolis: FATMA/DEAM/LCVL.

FEEMA/FATMA. **Plano Diretor do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Rio de Janeiro: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, 1976.

FIDÉLIS FILHO, Nelson Luiz. Clima e hidrografia. In FATMA. **A natureza do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Florianópolis: FATMA, 2003.

FOLHA DO PARANÁ. **Vila Velha**: MP exige demolição de obras em parque. Disponível em <<http://www.folhadoparana.com.br>>. Acesso em: 01 fevereiro 2001.

FUKAHORI, Shigueko Terezinha Ishiy; SOLIANI, Patrícia Maria. 2003. Educação Ambiental. In: **A Natureza no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Florianópolis: FATMA, 2003.

GAMA, Ângela Maria Resende Couto. **Diagnóstico ambiental do Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC**: uma abordagem integrada da paisagem. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia, UFSC, 1998. 249p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUARDANI, F. **Turismo em estâncias hidrominerais**. São Paulo: ECA – USP, 1999.

KHATCHIKIAN, M. **Historia Del turismo**. Lima: Universidad San Martin de Porres, 2000.

KELLER, Peter. **Uma nova maneira de ver o turismo global**. In TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Editor). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. Co-editores Alexandre Panosso Neto; Mariana Aldrigui Carvalho; Paulo dos Santos Pires. São Paulo: Roca, 2005.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papyrus, 2002. (Coleção Turismo).

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo** – para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LABES, Emerson Moisés. **Questionário: do planejamento à aplicação na pesquisa**. Chapecó: Grifos, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

_____. 1990. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 2 ed. São Paulo: Atlas.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 3 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

IAP. **Unidades de Conservação do Paraná**. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/iap>>. Acesso em 25 de janeiro de 2006.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

MELO NETO, J. E. de; DA MOTA, I. S.; SERIO, F. C. Efetividade da proteção do Parque Estadual da Serra do Mar a partir dos núcleos Picinguaba e Caraguatatuba. In **Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**. Vol. 1. Curitiba: Fundação o Boticário de Proteção à Natureza; Rede Nacional Pró- Unidades de Conservação, 2004. 736p.

MILANO, Miguel Serediuk. 2002 (a). Conceitos básicos e princípios gerais de planejamento, manejo e administração de unidades de conservação. In: **Curso Manejo de Áreas Naturais Protegidas**. Curitiba: UNILIVRE.

_____; (org.). 2002 (b). **Unidades de Conservação: atualidades e tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

MMA. Cadastro Nacional de unidades de conservação. Disponível em <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 14 abril 2006.

MMA; Secretaria de Biodiversidade e Florestas; Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas; Programa Áreas Protegidas da Amazônia. **Gestão Participativa do SNUC**. Brasília, DF, 2004.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOURÃO, B. M. 1992. **Medicina hidrológica: Moderna terapêutica das águas minerais e estâncias de cura**. Poços de Caldas: prisma.

_____. 1997. A água mineral e as termas: uma história milenar. São Paulo: Abinam.

OMT. Organização Mundial do Turismo. Site oficial. Disponível em: <<http://www.world-tourism.org>>. Acesso em: 17 janeiro 2006.

PIRES, Paulo dos Santos. 2002. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.

REJOWSKI, Mirian (org.) *et al.* **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002 (Turismo).

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Flávio F. Nunes. Aspectos geológicos. In FATMA. **A natureza do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Florianópolis: FATMA, 2003.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. (coleção turismo)

SANTA CATARINA (Estado). 2001. lei nº 11.986, de 12 de novembro de 2001. **Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC**. Florianópolis.

_____. 1975. Decreto nº 1.260, de 1º de novembro de 1975. **Criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Florianópolis: publicado no DOSC de 07.11.75.

_____. 1997. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Bacias Hidrográficas de Santa Catarina: diagnóstico geral**. Florianópolis, 1997.

SANTA CATARINA. 1995. Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Plano básico de desenvolvimento ecológico-econômico- Grande Florianópolis** – Associação dos Municípios da Grande Florianópolis.

SANTA CATARINA. 2005. Secretaria de Estado da Organização do Lazer. **Roteiros turísticos regionais** – Grande Florianópolis. Material divulgação impresso.

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ (município). 2003. **Lei complementar nº 026, de 15 de outubro de 2003**. Dispõe sobre a política municipal de desenvolvimento do turismo sustentável – PMTS – e o funcionamento das atividades e empreendimentos turísticos no município de Santo Amaro da Imperatriz e dá outras providências. Santo Amaro da Imperatriz, 15 de out., 2003. 10p.

_____. 2005. **Santo Amaro da Imperatriz** – capital das águas termais. Material divulgação impresso.

SANTOS, Janete Nardelli dos. **Santo Amaro da Imperatriz: “paraíso das águas”**. Florianópolis: EDEME, 1994.

SANTOS, Milton. 1986. **Pensando o espaço do homem**. 2º ed. São Paulo: Hucitec.

SANTUR. **Pesquisa mercadológica estudo da demanda turística Município de Santo Amaro da Imperatriz: sinopse 2003 e 2004 (janeiro/fevereiro)**. Florianópolis: SANTUR, Prefeitura Municipal, 2004.

SEMA, RS. **Unidades de Conservação do Estado**. Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br>>. Acesso em: 25 janeiro 2006.

SILVA, Schirley Machado da. 2003. Uma proposta de educação ambiental integrando o princípio dos 3 Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) nas unidades escolares municipais de Santo Amaro Da Imperatriz – SC. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, UFSC. 190p.

SOLDATELI, Marcio. **Oportunidades e riscos do turismo em Rancho Queimado: subsídios para o turismo sustentável – um estudo de caso**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental, UFSC, 1999.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**. Vol. 1. Tradução Margarete Dias Pulido. 2º edição. São Paulo: Aleph, 2000.

TAKAHASHI, Leide. Uso Público em Unidades de Conservação. **Cadernos de Conservação**. Curitiba: Fundação o Boticário de Proteção à Natureza. ano 2. n^o 2. outubro de 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourençode Oliveira. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e terra, 1998.

TV PARANAENSE. **Vila Velha para estudantes**. Disponível em <<http://www.tudoparana.globo.com/tvparanaense>>. Acesso em: 24 setembro 2003.

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. São Paulo: Manole, 2001.

APÊNDICE 1

Questionário aplicado aos visitantes.

1 – O que veio conhecer em Santo Amaro da Imperatriz?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Caldas da Imperatriz / águas termais | <input type="checkbox"/> Rafting (descida em corredeiras) |
| <input type="checkbox"/> Cachoeiras / banho | <input type="checkbox"/> Caminhada ou trekking |
| <input type="checkbox"/> Pesque-Pague | <input type="checkbox"/> Vôo livre / Parapente |
| <input type="checkbox"/> Parque Aquático | <input type="checkbox"/> Aspectos Históricos |
| <input type="checkbox"/> Eventos / festas | <input type="checkbox"/> Outros: _____ |

2 – Com que frequência visita o município de Santo Amaro da Imperatriz?

- Primeira vez
 até 3 vezes/ano
 4 a 10 vezes/ano
 mais de 10 vezes/ano

3 – Você veio:

- Sozinho
 Com a família
 Com amigos
 Em excursão
 Outro _____

4 - Quanto tempo pretende permanecer no município?

- Menos de 1 dia
 De 1 até 2 dias
 Mais de 3 dias

5 – Sabia que parte das terras do município de Santo Amaro da Imperatriz pertence ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro?

- Sim Não Não conheço o Parque

6 – Qual a sua opinião sobre a atual infra-estrutura que o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro oferece para os visitantes?

- (1) Ótima (2) Boa (3) Regular (4) Ruim (5) Péssima (6) Não sabe

Se tiver algum comentário: _____

7 – De maneira geral, que fatores você considera positivo no Parque?

8 – De maneira geral, que fatores você considera negativo no Parque?

Na questão 09, responda marcando com um X, em cada proposição, indicando o seu grau de concordância com a mesma.

09 – Em sua opinião, o Parque do Tabuleiro tem como objetivos:

	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Não Sei	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
Conservar os ambientes naturais (rios, cachoeiras, ilhas, morros, praias, etc.).					
Possibilitar a realização de pesquisas científicas.					
Desenvolver atividades de recreação e turismo ecológico.					
Promover atividades de educação e interpretação ambiental aos visitantes e comunidades vizinhas.					
Deixar que as comunidades vizinhas se desenvolvam em harmonia com o meio ambiente.					

Seus dados:

Nome: _____ E-mail: _____

Cidade de Origem: _____

Gênero

- Masculino
 Feminino

Você possui:

- 1º grau incompleto
 1º grau completo
 2º grau incompleto
 2º grau completo
 Grau Universitário

Sua idade está na faixa de:

- Menor de 18 anos
 18 a 25 anos
 26 a 35 anos
 36 a 50 anos
 51 a 65 anos
 Acima de 65 anos

Se você tem alguma Crítica e/ou Sugestão sobre o Parque, indique aqui:

GRATOS POR SUA COLABORAÇÃO.

APÊNDICE 2

Roteiro de entrevista estruturada para os empresários de turismo em Santo Amaro da Imperatriz.

Data: _____ Duração: _____

Entrevistado: _____

Empresa: _____

1 – As atividades que sua empresa desenvolve se encaixam em que tipo de turismo?

2 – Estas atividades interagem com o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro? De que forma?

3 – Como você considera a infra-estrutura do Parque? Numa escala entre Ótima, Boa, Regular, Ruim e Péssima.

4 – Quais aspectos, em geral, você considera positivos no Parque (ou no Município de Santo Amaro da Imperatriz)?

5 - Quais aspectos, em geral, você considera negativos no Parque (ou no Município de Santo Amaro da Imperatriz)?

6 - O que está sendo feito pela sua empresa (ou no Município de Santo Amaro da Imperatriz) para romper estas barreiras?

7 – Você acredita que o turismo no Parque (ou no Município de Santo Amaro da Imperatriz) pode trazer benefícios para a comunidade local? De que forma?

ANEXO 1

LEI COMPLEMENTAR N° 026, de 15 de Outubro de 2003.

LEI COMPLEMENTAR N° 026, de 15 de Outubro de 2003.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – PMTS – E O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR

CAPÍTULO I

Dos Conceitos e Objetivos da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS

Artigo 1° - Entende-se por **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS** -, os programas voltados à implementação de visitação controlada e responsável, nas áreas naturais ou culturais, visando o equilíbrio entre o crescimento econômico-social, à biodiversidade e a conservação do ecossistema.

Artigo 2° - A **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS** -, deve estabelecer regras, instrumentos de gestão e recursos a serem definidos com os diversos setores sociais, econômicos e governamentais, no sentido de garantir a preservação da biodiversidade, a organização empresarial e o envolvimento da comunidade local.

Artigo 3° - A implementação da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS -, tem por objetivo:

I – planejar, regulamentar e fiscalizar a atividade turística no município, de forma a desenvolvê-la em harmonia com a preservação da biodiversidade, a conservação dos ecossistemas regionais, o uso sustentável dos recursos naturais e do patrimônio histórico e cultural, visando melhorar as condições de vida da população local;

II – incentivar a redução de resíduos, bem como seu tratamento e destinação final;

III – estabelecer condições ideais de uso e de usuários dos atrativos e das atividades, monitorando o impacto e controlando o crescimento do turismo e evitando a degradação ambiental, garantindo a qualidade dos produtos e serviços;

IV – fortalecer a cooperação interinstitucional, congregando os segmentos interessados em participar, investir e desenvolver a conservação da natureza, promovendo a sinergia entre os segmentos da iniciativa privada (ongs), do setor público, da comunidade local e dos turistas/consumidores;

V – estabelecer sistema de Licenciamento Turístico Ambiental – LTA, para as atividades, produtos e serviços turísticos oferecidos, com a formação de um cadastro municipal que identifique tais empreendedores e prestadores de serviços;

VI – promover a conscientização, capacitação e estímulo da população local, para a atividade do turismo sustentável;

VII – identificar e otimizar o potencial turístico do Município, mediante ações governamentais e apoio da iniciativa privada;

VIII – garantir a conservação de áreas representativas dos ecossistemas naturais da região, mediante o apoio à criação e manutenção de Unidades de Conservação públicas e privadas, de forma a incrementar o potencial turístico do município;

IX – promover, estimular e incentivar a criação e melhoria da infra-estrutura para a atividade do turismo, respeitando o número ideal de usuários para cada ecossistema;

X – promover o aproveitamento do turismo como veículo de educação ambiental e de agregação de valores e renda;

XI – valorizar e respeitar os costumes e tradições das comunidades locais;

XII – garantir a participação efetiva da comunidade local nas instâncias decisórias.

Artigo 4º - Para atingir os objetivos propostos pela **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS**, o poder público poderá celebrar parcerias e/ou convênios com a iniciativa privada, as universidades, os órgãos da sociedade civil representativos do terceiro setor, e as instituições públicas municipais, estaduais e federais.

CAPÍTULO II Dos Órgãos

Artigo 5º - Para gerir e administrar a **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS**, fica criado o Sistema Municipal de Turismo Sustentável – SMTS, composto pelos seguintes órgãos:

I – Órgão Executivo: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Desenvolvimento Sustentável e Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;

II – Órgão Normativo e Deliberativo: Conselho Municipal de Turismo – COMTUR e Conselho de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA;

III – Órgão Consultivo: membros da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, entidades da sociedade civil, comitê das águas, Organizações Não Governamentais – ONG's, e a comunidade científica relacionada ao turismo e meio ambiente.

CAPÍTULO III Dos Instrumentos

Artigo 6º - São instrumentos da **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS**:

I – O Plano Diretor de Turismo;

II – O zoneamento ambiental;

III – O Plano de Manejo para as Unidades de Conservação, públicas e privadas;

IV – O COMTUR; o CONDEMA;

V – O Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR;

VI – O Licenciamento Turístico Ambiental – LTA;

VII – O Sistema Municipal de Monitoramento e Controle da Visitação Turística.

Artigo 7º - Os instrumentos normativos da **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS**, serão regulamentados por lei, e devem ser implementados em total consonância com a Política Nacional do Meio Ambiente, a Política Nacional para o Ecoturismo, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT e a Agenda 21, além da legislação turística e ambiental concernente.

Artigo 8º - O poder público, em conjunto com Conselho Municipal de Turismo – COMTUR e o Conselho de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA, deve criar um sistema de controle, baseado no monitoramento do impacto da visitação e número ideal de usuários do atrativo receptor e condições de uso, com a criação de um ingresso (entrada) remunerado, que garanta a sustentabilidade turística e ambiental dos serviços e produtos.

Artigo 9º - Fica criada a Taxa de Visitação de Áreas naturais, cujos parâmetros, incidência alíquotas e forma de pagamento serão fixados por lei de iniciativa do Chefe do Executivo Municipal, que fica autorizado a estabelecer sanções administrativas e implantar um sistema de fiscalização destinado a garantir o cumprimento das normas legais estabelecidas pela **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS**, conforme legislação em vigor.

Artigo 10 - A regulamentação normativa dos objetivos e metas da **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS**, será feita por lei, e abordará todos os assuntos relacionados com o planejamento sustentável do turismo.

CAPÍTULO IV

Das propostas da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS

Artigo 11 – A **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS**, deve abranger os preceitos da atividade ambientalmente sustentável, e promover a:

I – Capacitação e qualificação de recursos humanos;

II – Educação ambiental e turística no ensino formal e informal;

III – Conscientização e respeito da população ao turista/consumidor;

IV – Sinalização informativa, educativa e de advertência;

V – Informação turística e ambiental.

Artigo 12 – A **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS**, deve também incentivar as construções ambientalmente corretas, contempladas no Código de Obras do Município, tais como:

I – planta técnica construtiva e localização das construções, que interajam com o ecossistema, adaptada à região e com o emprego de materiais e paisagismo regional;

II – priorização de mão-de-obra local;

III – pavimentação e calçamento com técnica que permita a permeabilização do solo;

IV – mecanismos logísticos de acondicionamento, coleta, transporte, descarte e tratamento dos resíduos;

V – emprego de meios de transportes alternativos e não poluentes ou agressivos ao meio ambiente.

CAPÍTULO V

Da Gestão da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS

Artigo 13 – A Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS, será implementada em consonância com a legislação federal e estadual em vigor.

Artigo 14 – A gestão da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS, será promovida pela Administração pública, com o apoio técnico do COMTUR e CONDEMA, juntamente com o Comitê das Águas, a sociedade civil organizada, comunidade científica e órgãos públicos competentes.

Artigo 15 - A gestão da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS, priorizará as seguintes ações:

I – prevenção da degradação do meio ambiente:

a) natural: extensão da área e espaço utilizável, fragilidade do ambiente e sensibilidade de espécies animais em relação à presença humana, a qualidade e quantidade dos recursos hídricos;

b) social: monitoramento da visitação, implantação de trilhas e/ou caminhos em sistema de rodízio e de distribuição dos visitantes, controle sobre o uso inadequado dos recursos hídricos e os serviços ofertados;

c) cultural: manutenção das tradições locais.

II – preservação da biodiversidade;

III – tratamento e destinação ambientalmente seguros de resíduos;

IV – recuperação das áreas degradadas.

CAPÍTULO VI

Dos Instrumentos de Fomento da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS

Artigo 16 – O Município deverá criar programas específicos através de seus órgãos competentes, que incentivem a implantação e ampliação da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS.

Artigo 17 – Poderão ser concedidos incentivos fiscais e financeiros às instituições públicas e privadas, que comprovem cabalmente através de documentação específica, que incentivem programas de pesquisa e informação de processos que utilizam as chamadas tecnologias limpas, sempre precedidas de lei.

Parágrafo único – Os instrumentos de que trata este artigo, serão concedidos sob forma de créditos especiais, deduções, isenções parcial de impostos, tarifas diferenciadas, prêmios, empréstimos e demais modalidades especificamente estabelecidas, e caráter temporário e renovável, após análise dos documentos apresentados e aprovação do órgão municipal competente, em conjunto com o COMTUR, e o CONDEMA, observando o que dispõe o “caput” deste artigo.

Artigo 18 – O Poder Público Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Desenvolvimento Sustentável e da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo, do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR e do Conselho de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA, estimulará a elaboração dos planos de gestão dos atrativos turísticos, históricos e culturais e a adoção das medidas necessárias ao aprimoramento das atividades ou empreendimentos turísticos, mediante processo de normatização e licenciamento.

Artigo 19 – As Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Urbanismo e Desenvolvimento Sustentável e da Indústria, Comércio e Turismo, com apoio do COMTUR e CONDEMA, envidarão esforços para a realização de convênios com os Poderes Públicos Estadual e Federal, ou com as Organizações Não Governamentais – ONG’s, visando implementar:

I – programas de treinamento e capacitação técnica e administrativa aos empresários e demais prestadores de serviços turísticos, que estejam operando regularmente, com vistas ao aprimoramento da qualidade dos serviços por eles prestados e à captação de financiamento para suas atividades;

II – programas específicos de divulgação das atividades e empreendimentos turísticos, devidamente cadastrados e licenciados pelo poder público, com ênfase na promoção das atividades e dos atrativos;

III – programa municipal para estímulo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN’s e Monumentos Naturais de que trata a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei Federal nº 9.985/00;

IV – programa municipal de estímulo à criação e preservação do patrimônio cultural.

CAPÍTULO VII

Das Atribuições e Competências dos Órgãos Municipais

Artigo 20 – A Prefeitura Municipal, através das suas Secretarias, do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR e do Conselho de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA, poderá captar recursos financeiros junto ao Estado, União ou junto às Organizações Não Governamentais – ONG’s, nacionais e internacionais e iniciativa privada, para efetuar cooperação técnica e financeira em ações, projetos, programas e planos relacionados ao gerenciamento da **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMTS**.

Artigo 21 – Para gerir e administrar os recursos materiais e financeiros, o poder público deverá reativar o Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR.

Artigo 22 – A Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Desenvolvimento Sustentável e da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo e com o apoio técnico do COMTUR e do CONDEMA, deverá:

I - estabelecer um sistema de licenciamento turístico-ambiental, obrigatório, nos moldes da legislação ditada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;

II – criar instrumentos e mecanismos, que garantam a avaliação e o monitoramento do impacto e o controle da visitação pública nos atrativos turísticos;

III – criar um serviço público de fiscalização turística-ambiental;

IV – criar um cadastro municipal e um banco de dados informatizado, que ajude na coleta e interpretação das informações de interesse turístico, especialmente as referentes à demanda e oferta de produtos e serviços;

V – implementar um projeto de gerenciamento de resíduos, executando ações práticas de coleta seletiva de lixo e de prevenção à poluição ambiental, sonora, visual, paisagística e atmosférica;

VI – estabelecer normas para a entrada, circulação e o estacionamento de veículos de turismo e ônibus de excursão, conforme regulamento específico e Código Nacional de Trânsito;

VII – estabelecer normas para a divulgação em vias públicas, de publicidade e propaganda dos serviços e produtos turísticos, além de disciplinar a sinalização turística informativa, educativa e advertiva.

CAPÍTULO VIII

Do Funcionamento das Atividades e Empreendimentos Turísticos

Artigo 23 – Entende-se por atividade ou empreendimento turístico, para efeito desta lei, toda a infra-estrutura, serviços e equipamentos oferecidos aos turistas/consumidores e visitantes, mediante remuneração, por pessoas físicas, jurídicas, autônomos, instituições públicas ou privadas, que visam à integração das pessoas com a natureza, praticadas em áreas de reconhecido interesse turístico e de visitação pública, incluindo-se aí:

I – as práticas ecoturísticas e os esportes de aventura e ação;

II – o comércio de viagens, assim compreendidas as agências intermediadora e/ou operadoras de viagem e turismo;

III – as propriedades particulares receptivas, ou “Sítios Turísticos Receptivos”, assim compreendidas como empresas turísticas, que venham operar atividades relacionadas diretamente ao turismo especificamente no território de sua propriedade, que por sua vez pode ser em área rural ou urbana, que receba a visita de turista/consumidor mediante pagamento e que abrigue locais de beleza cênica expressiva ou de interesse ambiental, cultural ou histórico relevantes;

IV – os meios de hospedagem, assim compreendidos todos os empreendimentos e estabelecimentos destinados a prestar serviços de acomodação e hospedagem;

V – as empresas responsáveis pela realização de eventos, encontros, convenções e festividades de natureza turística e esportiva;

VI – o fornecimento de refeições, bebidas, lanches e serviços de abastecimento destinados a atender o turista/consumidor;

VII – os serviços turísticos prestados por profissionais na realização de atividades turísticas;

VIII – os meios de transportes, assim entendidos todos os serviços de transportes de turistas/consumidores por veículos motorizados ou não, seja aéreo, terrestre ou aquático.

Parágrafo único – Entende-se por Sítio Turístico Receptivo, a propriedade ou posse particular ou pública, rural ou urbana, que receba a visita de turista/consumidor mediante pagamento e que abrigue locais de beleza cênica expressiva, ou de interesse ambiental, cultural ou histórico relevantes, tais como: cachoeiras, corredeiras, rios, nascentes, *canyons*, florestas, montanhas, chapadas, lagos, lagoas, represas, paisagens exuberantes, sítios históricos, construções ou conjuntos arquitetônicos representativos da cultura regional ou local, que abriguem atividades de lazer e cultura, e demais áreas naturais ou culturais.

CAPÍTULO IX

Do Licenciamento Turístico Ambiental – LTA

Artigo 24 – Toda atividade ou empreendimento turístico, que esteja operando ou venha a operar no Município, deverá obter anualmente a Licença Turística Ambiental – LTA, junto ao poder público, sem prejuízo de outras licenças exigíveis, e deverá atender aos critérios estabelecidos pelo Conselho de Defesa do Meio Ambiente.

Artigo 25 – O Poder Público poderá exigir, nos termos de resolução e legislação complementar do Conselho de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA e do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, a realização de estudo prévio de impacto sobre o meio ambiente, para a emissão de licença de atividades ou empreendimentos previstos neste artigo, que possuam potencial de impacto sobre o meio ambiente local.

Artigo 26 – O poder Público poderá, com base na legislação federal ditada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, exigir dos empreendimentos com significativo potencial de impacto sobre o meio ambiente, a realização de Estudo de Impacto Ambiental – EIA-RIMA.

Artigo 27 – O poder Público estabelecerá, nos prazos previstos, as regras para a obtenção da Licença Turística Ambiental – LTA, sem prejuízo de outras exigências legais cabíveis.

Artigo 28 – O Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR e o Conselho de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA, estabelecerá, através de lei, complementarmente às normas federais e estaduais em vigor, as condições mínimas para que as atividades ou empreendimentos turísticos possam obter a licença turística ambiental, tais como:

I – divulgação e informação ao consumidor;

II – instalações, equipamentos e serviços básicos;

III – credenciamento dos instrutores/monitores ambientais;

IV – saúde, segurança e higiene;

V – prevenção, controle, mitigação e compensação de danos ambientais;

VI – determinação do número ideal de usuários e o manejo da visitação turística, conforme planos de monitoramento;

VII – circulação de veículos automotores em regiões de interesse turístico;

VIII – equipamentos sonoros e de publicidade audiovisual em áreas públicas e privadas;

IX – compromisso ambiental sustentável.

Parágrafo único – O Poder Público, juntamente com o Conselho de Defesa do Meio Ambiente e do Conselho Municipal de Turismo, poderá estabelecer, através de decreto, regulamentos básicos para cada tipo de atividade ou empreendimento turístico, atendendo às suas peculiaridades.

Artigo 29 – O funcionamento dos atrativos turísticos no Município, a implantação e manutenção de sua infra-estrutura e o seu planejamento de uso, deverão respeitar, além do disposto nas deliberações normativas do Conselho de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA e do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, os seguintes instrumentos:

I – a legislação ambiental federal e estadual, em especial:

a) Código Florestal (Lei Federal nº 4.771/65) e suas posteriores alterações, principalmente no que se refere às áreas de preservação permanente e reserva legal;

b) a legislação sobre os recursos hídricos e mananciais (Lei Estadual);

c) a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998);

d) o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei Federal nº 9.985/00, notadamente no que se refere às zonas de amortecimento e corredores ecológicos entre Unidades de Conservação;

e) Código de Posturas e as leis municipais de uso e ocupação do solo.

Parágrafo único: O responsável pelos atrativos de que trata o “caput” deste artigo, deverá, obrigatória e previamente, requerer junto ao Sistema Municipal de Turismo Sustentável (SMTS), certidão de diretrizes para o referido empreendimento.

CAPÍTULO X **Da Fiscalização**

Artigo 30 – O Poder Público, poderá implantar um sistema preventivo de fiscalização e de repressão aos delitos turísticos-ambientais.

Artigo 31 – O Poder Público, através de Câmara Especial, das Secretarias ligadas à política estabelecida por esta lei, exercerá rígido controle sobre as atividades e empreendimentos turísticos, estabelecendo prazos para sua regularização, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação em vigor.

CAPÍTULO XI

Das Disposições Finais e Transitórias

Artigo 32 – As atividades ou empreendimentos turísticos que estiverem operando comercialmente terão prazo de até 120 (cento e vinte) dias para se adequarem a esta lei.

Artigo 33 – O responsável pela atividade ou empreendimento turístico, responde plenamente por qualquer acidente que tenha relação direta ou indireta, com descumprimento das medidas preventivas de segurança previstas para a atividade ou empreendimento.

Artigo 34 – O executivo Municipal baixar normas complementares e reguladoras no prazo de sessenta dias.

Artigo 35 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,

Em 15 de Outubro de 2003.

NELSON ISIDORO DA SILVA

Prefeito Municipal

LUCIANA DE OLIVEIRA

Encarregada do Expediente

ANEXO 2

Termo de Cooperação entre a Fundação do Meio Ambiente – FATMA e o Lagoa Clube de Vôo Livre – LCVL.

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – FATMA E O LAGOA CLUBE DE VÔO LIVRE – LCVL, VISANDO A PRÁTICA DE VÔO LIVRE E O APOIO A FISCALIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO.

Considerando a necessidade de inserção de diversos atores em um processo de gestão participativa para o processo de implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro preconizados pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente – SDS e a FATMA;

Considerando os objetivos de criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro de preservação da Floresta Atlântica e dos ecossistemas associados nele inseridos;

Considerando as dificuldades que as estruturas governamentais incluindo a FATMA tem de viabilizar as atividades rotineiras que permitem a manutenção da integridade física dos ecossistemas protegidos nas Unidades de Conservação;

Considerando que a prática do vôo livre de asa delta e parapente é compatível com os objetivos do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e tradicionalmente é exercida no morro do Queimado, município de Santo Amaro da Imperatriz, e que está inserido dentro dos limites do Parque;

Considerando que os desportistas praticantes do vôo livre são organizados em torno do Lagoa Clube de Vôo Livre, fundado em 1981;

Considerando finalmente que o Morro do Queimado está definido no Zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, como área destinada à prática de recreação, lazer, turismo e esportes radicais (vôo livre);

Resolvem, pelo presente instrumento o Lagoa Clube de Vôo Livre – LCVL, entidade esportiva civil, sem fins lucrativos, fundado em 26/08/81, CGC 75816.108/0001-56, com sede na Rua Fridolino Schmitz, s/nº em Santo Amaro da Imperatriz, neste ato, representado por seu presidente Sr. Carlos Roberto Vieira e a Fundação de Meio Ambiente – FATMA, representada pelo seu Diretor Geral Sr. Jânio Wagner Constante, firmar o presente Termo de Cooperação na forma e cláusulas que se seguem:

Cláusula primeira – DO OBJETO

O presente termo tem por finalidade a cooperação visando a prática do vôo livre de asa delta e parapente e o apoio à fiscalização do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, mais precisamente na área de abrangência do município de Santo Amaro da Imperatriz.

Cláusula segunda – DAS OBRIGAÇÕES

1. Das obrigações da FATMA:

- a) Conceder Autorização de uso do Morro do Queimado no interior do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro para a prática do vôo livre.
- b) Designar um técnico para acompanhar e orientar a implementação das atividades previstas neste Termo de Cooperação.

2. Das obrigações do LCVL:

- a) Através de seus associados, na prática do vôo livre, apoiar as atividades de fiscalização de flora, fauna ou usos indevidos das áreas que compõem o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, comunicando as observações via rádio e telefonia ao COPOM da Companhia de Polícia Militar de Proteção Ambiental – CPMPA e/ou Plantão da FATMA.
- b) Referenciar geograficamente através da utilização de GPS as construções irregulares, os desmatamentos, as queimadas, as vias de acesso clandestinas e as áreas de erosão nas encostas dos morros e margens dos rios, repassando os dados via rádio ou telefonia para o COPOM da CPMPA e/ou Plantão da FATMA.
- c) Participar de campanhas ambientais definidas pela SDS e FATMA na área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.
- d) Apoiar as ações de fiscalização e as campanhas ambientais a serem desenvolvidas na área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, com rádios FM, GPS, câmaras fotográficas digitais e veículos utilitários 4X4, quando requisitados pela FATMA, com base neste Termo de Cooperação.
- e) Apresentar projeto de revitalização da rampa, substituição de sanitário, colocação de lixeiras, controle de acesso à rampa e manutenção das condições para a prática de vôo livre, o qual deverá ser apresentado a FATMA no prazo máximo de 06 (seis) meses.
- f) Envidar esforços para, junto com a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, apresentar projeto a FATMA de melhoria da principal via

de acesso à rampa de vôo livre, revitalização de sua margem e fechamento de vias de acesso secundárias.

g) Designar um de seus associados para acompanhar e orientar a implementação das atividades previstas neste Termo de Cooperação.

Cláusula terceira – DA OPERACIONALIZAÇÃO

A operacionalização deste termo se fará através da implementação de projetos específicos a serem aprovados pela Diretoria de Estudos Ambientais – DEAM da FATMA e da emissão a DEAM de relatórios semestrais com informações fotográficas e georreferenciadas dos dados que tiverem sido repassados para a CPMPA e FATMA.

Cláusula quarta – DAS RESPONSABILIDADES

A Fundação de Meio Ambiente – FATMA, não se responsabiliza por nenhum encargo de natureza trabalhista porventura necessário para o cumprimento deste Termo de Cooperação, contratados pelo Lagoa Clube de Vôo Livre.

Cláusula quinta – DAS PROIBIÇÕES

Fica vedado qualquer uso ou prática não autorizada pela FATMA especialmente:

- a) queimadas;
- b) corte de vegetação;
- c) construções; e
- d) abertura de novos acessos.

Cláusula sexta – DO PRAZO

Este Termo de Cooperação terá a duração de 05 anos e poderá ser renovado automaticamente, aditado sempre que houver necessidade decidida entre as partes e revogado em comum acordo ou unilateralmente, com comunicação prévia de no

mínimo 30 (trinta) dias de antecedência ou até que o Plano de Manejo da Unidade de Conservação esteja concluído para as necessárias adequações.

Cláusula sétima – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A FATMA, que detém a responsabilidade técnico-administrativa sobre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, não se responsabilizará por acidentes de qualquer natureza que venham atingir associados, funcionários ou qualquer outra pessoa que estiver ligada às atividades do LCVL.

- b) É prerrogativa da FATMA exercer a análise e verificação sobre as atividades em execução deste Termo de Cooperação.

DO FORO

Para todas as questões decorrentes da execução deste Termo que não possam ser resolvidas em comum acordo por ambas as partes, fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis/SC.

Florianópolis, 10 de junho de 2004.

Jânio Wagner Constante

Diretor Geral – FATMA

Carlos Roberto Vieira

Presidente do LCVL

Testemunhas:

1) _____

NOME:

CPF:

2) _____

NOME:

CPF:

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)